



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 115 - TERÇA-FEIRA, 2 DE AGOSTO DE 2005 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT 1º Secretário Efraim Morais – PFL – PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO Suplentes de Secretário 1º Serlys Slhessarenko – PT – MT 2º Papaléo Paes – PMDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23 LÍDER Ney Suassuna Vice-Líderes Garibaldi Alves Filho (Vago) Gilberto Mestrinho (Vago) Amir Lando Papaléo Paes LÍDER DO PMDB – 23 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (Vago) Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Motta Valdir Raupp	 LÍDER Arns – PT Fátima Cleide – PT LÍDER DO PTB – 3 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDERES DO PDT (vago) LÍDER DO PP – 1 Valmir Amaral LÍDER DO PL – 3 Marcelo Crivella VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 3 João Capiberibe VICE-LÍDER DO PSB (Vago) LÍDER DO P-SOL Heloisa Helena VICE-LÍDER DO P-SOL Geraldo Mesquita Júnior LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT	 VICE-LÍDERES DO GOVERNO Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – Sem Partido LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 27 LÍDER José Jorge – PFL VICE-LÍDERES Álvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 15 José Agripino VICE- LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro LÍDER DO PSDB – 12 Arthur Virgílio VICE- LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) – 19 LÍDER Delcídio Amaral – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 13 Delcídio Amaral – PT VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT		
EXPEDIENTE		
Agaciol da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	 Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 123ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 1º DE AGOSTO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Pareceres

Nº 1.336, de 2005, da Comissão de Educação, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2005 (nº 973/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão a Mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina. 260077

Nº 1.337, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2003, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera o art. 198 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943..... 26080

1.2.2 – Ofício do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Nº 56/2005, de 29 de junho último, comunicando a aprovação em 19 de maio último, em turno único, da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) apresentada ao Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2003. 26108

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2005, cujo parecer foi lido anteriormente, aprovado terminativamente pela Comissão de Educação, seja apreciado pelo Plenário, tendo em vista o Ofício nº 27, de 2005, da Comissão de Educação, lido em sessão anterior..... 26109

Abertura de prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2003, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário. 26190

1.2.4 – Ofícios

Nº 171/2005, de 29 de julho último, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou

pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo e as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos..... 26109

Nº 295/2005, de 28 de julho último, da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo e as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos..... 26109

Nºs 333 e 334/2005, de 1º do corrente, respectivamente, da Liderança do PPS na Câmara dos Deputados, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciarem as Medidas Provisórias nºs 258 e 259, de 2005. 26109

1.2.5 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2005, de autoria do Senador Heráclito Fortes, que acrescenta inciso ao art. 4º da Lei nº 11.579, de 18 de março de 1952, para definir como crime o extravio ou destruição de documento objeto de investigação de comissão parlamentar de inquérito..... 26109

1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR JORGE BORNHAUSEN – Repúdio às especulações da imprensa de uma eventual participação do PFL em qualquer tentativa de acordo destinado a amenizar cassações e punições ou “blindar” a economia, em virtude das investigações promovidas pelas comissões parlamentares de inquérito em curso no Congresso Nacional..... 26110

SENADOR PAULO PAIM – Satisfação com a federalização da ORCAMP e sua transformação em Universidade Federal do Pampa. Defesa do debate no Congresso em torno de uma agenda mínima, da qual fariam parte o valor do salário mínimo, as aposentadorias e as reformas política e tributária, com a continuidade dos trabalhos das CPIs. 26112

SENADOR JOSÉ JORGE – Comentários ao artigo publicado pelo **Jornal do Commercio** intitulado

"PT não declara R\$1.200.000,00 ao TRE". Expectativa com o depoimento do ex-Ministro José Dirceu na Comissão de Ética da Câmara dos Deputados..	26114	SENADOR NEY SUASSUNA – Análise dos trabalhos do Congresso Nacional, com a votação da LDO. Proposta para que haja um entendimento entre as duas Casas, em particular entre os presidentes e relatores da CPMI dos Correios e a do Mensalão, para que seja encontrada uma maneira mais eficiente para a realização dos trabalhos. Apela ao Ministério da Agricultura e ao de Ciência e Tecnologia, juntamente com empresas do setor, no sentido de serem encontradas soluções para o plantio e distribuição de sementes de mamona. ...	26143
SENADOR ANTONIO LEITE – Defesa da conclusão das obras da Ferrovia Norte-Sul e a implantação do transporte de passageiros.	26117		
SENADORA IDELI SALVATTI – Questionamentos da população de Florianópolis com relação aos resultados das CPMIs em curso no Congresso Nacional. Participação de S. Ex ^a em reunião na Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina.	26117		
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Considerações sobre a reforma política. Questionamentos sobre a isenção do Ministro da Justiça, Márcio Thomas Bastos, para a coordenação da reforma política.....	26120	SENADOR CÉSAR BORGES – Defesa da apuração de todas as denúncias sobre "caixa 2", "mensalão" e corrupção, com a punição dos responsáveis, repelindo qualquer tentativa de "acordão".	26144
SENADOR MARCO MACIEL – Cobranças para a agilização das obras de restauração da Ponte Presidente Dutra, que liga Petrolina/PE e Juazeiro/BA. Homenagem pelo transcurso do 80º aniversário de criação do jornal O Globo	26123	SENADOR DEMÓSTENES TORRES – Manifestação contrária a qualquer tipo de "acordão", que tenha como objetivo frear as investigações sobre a corrupção no governo.....	26147
SENADOR ALVARO DIAS – Comentários ao artigo do correspondente do jornal The New York Times , Larry Rohter, sobre a prática de corrupção no Governo Lula. Especulação da imprensa da existência de acordo com intuito de amenizar as cassações e punições, em virtude das investigações promovidas pelas comissões parlamentares de inquérito em curso no Congresso Nacional.....	26128	SENADOR HERÁCLITO FORTES – Posicionamento contrário ao pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti, afirmando que o povo está perplexo com a crise política, sendo necessária uma profunda apuração dos fatos. Análise a projetos vindos do Executivo.	26149
SENADOR JOSÉ AGRIPIINO – Posicionamento do PFL contra o acordo, noticiado pela imprensa, que tem o intuito de amenizar as cassações e punições, em virtude das investigações promovidas pelas comissões parlamentares de inquérito em curso no Congresso Nacional.....	26130	1.2.7 – Comunicação da Presidência Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 2, terça-feira, às 14 horas com Ordem do Dia anteriormente designada.	26151
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Comentários sobre a renúncia do Presidente do Partido Liberal, Deputado Valdemar Costa Neto, ao mandato parlamentar. Análise da atual crise política por que passa o País.	26133	1.3 – ENCERRAMENTO	
SENADOR EFRAIM MORAIS, como Líder – Manifestação contra um possível acordo, noticiado pela imprensa, no sentido de se tentar evitar punições e cassações de parlamentares, afirmado que o compromisso do PFL é com a governabilidade e não com "acordo pizza".	26136	SENADO FEDERAL	
SENADOR SÉRGIO GUERRA – Relato das atividades desenvolvidas na CPMI dos Correios, cujo espaço de atividades foi ampliado, e cujos desdobramentos já atingiram figuras do Governo e do PT.....	26138	2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52^a LEGISLATURA	
SENADOR SIBÁ MACHADO – Questionamentos acerca dos trabalhos, os consequentes desdobramentos das atividades das CPMIs. Necessidade de ser elaborada uma agenda comum para os trabalhos do Congresso.	26140	3 – SECRETARIA DE COMISSÕES 4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES 6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR 7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR 8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR 9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ	
		CONGRESSO NACIONAL	
		10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL 11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
		12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira) 13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI) 14 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO	

Ata da 123^a Sessão Não Deliberativa em 1º de agosto de 2005

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura

*Presidência dos Srs. Tião Viana, Efraim Moraes, Sérgio Guerra
José Jorge e Eduardo Suplicy*

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.336, DE 2005

Da Comissão de Educação, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2005 (nº 973/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão a Mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina.

Relatora: Senadora Ideli Salvatti

Relator **ad hoc**: Senador Leonel Pavan

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 10, de 2005 (nº 973, de 2003 na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão a Mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina.

Por meio de Mensagem Presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 15 de abril de 2002, que outorga concessão para a exploração de canal de radiodifusão de sons e imagens, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre, comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 10, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts.

49, XII, e 223 da Constituição. Constatase que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 10, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº

39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga concessão a Mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 29 de março de 2005.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS N° 10/05 NA REUNIÃO DE 29/03/05 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

(senador Hélio Costa)

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES	1- EDISON LOBÃO
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGÉ	3- JOÃO RIBEIRO
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
ROSEANA SARNEY	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- LEONEL PAVAN
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
EDUARDO AZEREDO	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- TASSO JEREISSATI
PMDB	
HÉLIO COSTA	1- JOÃO BATISTA MOTTA
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA	4- PAPALEÓ PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
LEOMAR QUINTANILHA	7- (VAGO)
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	
AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- FRANCISO PEREIRA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIAKI	8- ANA JÚLIA CAREPA
PDT	
AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS / 0 105

Agosto de 2005

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Terça-feira 2 26079

TITULARES	BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES	BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES						EDISON LOBÃO					
JORGE BORNHAUSEN						JONAS PINHEIRO					
JOSÉ JORGE						JOÃO RIBEIRO					
MARIA DO CARMO ALVES	X					JOSÉ AGRIPINO					
ROSEANA SARNEY						MARCO MACIEL					
MARCELO CRIVELLA						ROMEU TUMA					
TEOTÔNIO VILELA FILHO						LEONEL PAVAN					
GERALDO MESQUITA						SÉRGIO GUERRA					
EDUARDO AZEREDO						LÚCIA VÂNIA					
REGINALDO DUARTE	X					TASSO JEREISSATI					
TITULARES	PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HELIO COSTA						JOÃO BATISTA MOTTA					
MAGUITO VILELA						GARIBOLDI ALVES FILHO					
VALDIR RAUPP						VAGO					
GERSON CAMATA	X					PAPALEO PAES					
SÉRGIO CABRAL						MÂO SANTA					
JOSE MARANHÃO						LUIZ OTÁVIO					
LEOMAR QUINTANILHA						VAGO					
GILBERTO MESTRINHO						VAGO					
TITULARES	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PLE, PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PLE, PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X					PAULO PAIM					
CRISTOVAM Buarque	X					ALOIZIO MERCADANTE					
FATIMA CLEIDE	X					FERNANDO V BEZERRA					
FLÁVIO ARNS						DELCIODIO AMARAL					
IDELEIS SALVATTI						ANTÔNIO CARLOS VALADARES					
ROBERTO SATURNINO						FRANCISCO PEREIRA					
MOZARILDO CAVALCANTI						PATRÍCIA SABOYA GOMES					
SÉRGIO ZAMBIAKI	X					ANA JÚLIA CAREPA					
TITULAR	PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO						JUVÉNCIO DA FONSECA					

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: ○ 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 10/08/2005


SENADOR HÉLIO COSTA

Presidente da Comissão de Educação

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA
CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

**CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.337, DE 2005

**Da Comissão de Assuntos Sociais,
sobre o Projeto de Lei do Senado nº 19, de
2003, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera o art. 198 da Consolidação
das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.**

Relator: Senador **Ney Suassuna**

Relator **Ad Hoc**, Senador **Paulo Paim**

I - Relatório

O Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2003, que altera o art. 198 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, é de autoria do eminentíssimo Senador Marcelo Crivella.

A alteração proposta ao **caput** do art. 198 da CLT está consignada nos seguintes termos:

Art. 198. É de 2º kg (vinte quilogramas) o peso máximo que um empregado pode remover, individualmente, ressalvadas as disposições especiais relativas ao trabalho do menor e da mulher.

Na sua justificação o eminentíssimo autor apresenta como razões para a aprovação da matéria, os seguintes argumentos:

O art. 198 da Consolidação das Leis do Trabalho, que integra a Seção XIV do Capítulo referente à “Segurança e Medicina do Trabalho”, mantém fixado em 60 quilos, há mais de meio século o peso máximo a ser suportado pelo trabalhador na sua faina de levantamento, transporte e descarga de mercadorias.

À época, obviamente, era incipiente a utilização de sistemas mecanizados de transporte de materiais como, por exemplo, por empilhadeiras ou esteiras rolantes, sendo feito manualmente, mesmo na estiva, na carga e descarga de caminhões ou trens, principalmente de produtos agrícolas como café, açúcar, milho, trigo e etc., acondicionados em sacos de 60 ou 50 quilos, como até hoje, até porque, no caso do café, seu preço no mercado continua fixado “por saca”.

Trabalho extremamente estafante, exige um condicionamento físico atlético, o que evidentemente, não condiz com o biótipo do trabalhador brasileiro de reduzida massa corporal, em regra subnutrido e de estatura mediana.

Estudos recentes na área da ergonomia, relacionada à medicina do trabalho, não mais recomendam a manutenção do peso estabelecido pela CLT, a qual, no particular, encontra-se desatualizada, não só face às recomendações da OIT, expressas na Convenção nº 127, aprovada e vigente no Brasil desde 1971, bem como às próprias normas da NR-17, emitida pelo Ministério do Trabalho, que trata da prevenção da fadiga somática, comumente causadora de acidentes do trabalho. Muito embora tal Convenção não tenha fixado o peso máximo admissível, deixando o assunto para a legislação de cada país, recomenda que a carga máxima suportável não deve comprometer a saúde ou a segurança do trabalhador.

Nessas condições, é mais que conveniente, por atender, não só as aludidas normas, mas como observado, a estudos da medicina do trabalho aplicados ao trabalhador brasileiro, que urge a alteração do peso fixado no art. 198 da CLT, reduzindo-o para 20 quilogramas, como forma de evitar a fadiga, com vista à preservação da saúde e da melhoria das condições do trabalho do empregado em tais atividades.

Trata-se, sem dúvida, de matéria relevante, considerando o enorme alcance social que tal benefício, uma vez implementado, acarretará aos trabalhadores brasileiros inseridos em atividades físicas estafantes, sujeitos a riscos no que concerne a segurança e saúde no trabalho.

No prazo regimental, à proposição não foram apresentadas emendas.

II – Análise

Nos termos do art. 90, inciso I, c/c o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais dar parecer sobre o presente projeto de lei.

O art. 198 da CLT, que se pretende alterado, estabelece o seguinte:

Art. 198. É de 60 kg (sessenta quilogramas) o peso máximo que um empregado pode remover individualmente, ressalvadas as disposições especiais relativas ao Trabalho do menor e da mulher.

Observa-se que a modificação legislativa que se pretende implementar está concentrada no peso que um trabalhador empregado pode remover individualmente, ressalvadas as condições especiais aplicadas à mulher e ao menor. Assim, o peso máximo que hoje é de 60 (sessenta quilogramas) seria diminuído para 20 (vinte quilogramas).

Assiste razão ao eminent autor do projeto quando salienta o anacronismo do dispositivo em vigor. Na era contemporânea, onde tantos recursos mecânicos e tecnológicos são disponibilizados pela ciência, não há como se aceitar o limite vigente de 60 kg (sessenta quilogramas), como peso máximo que um trabalhador pode deslocar individualmente.

Realmente, não mais se justifica a manutenção do limite de carga a ser suportado individualmente por um trabalhador em 60Kg nos dias atuais.

Necessário esclarecer que a regra se refere ao peso a ser transportado atualmente, sem auxílio de

qualquer equipamento. No caso de transporte de cargas mediante quaisquer outros aparelhos mecânicos prevalece o estabelecido no parágrafo único:

Art. 198.

Parágrafo único. Não está compreendida na proibição deste artigo a remoção de material feita por impulsão ou tração de vagonetes sobre trilhos, carros de mão ou quaisquer outros aparelhos mecânicos, podendo o Ministério do Trabalho, em tais casos, fixar limites diversos, que evitem sejam exigidos do empregado serviços superiores às suas forças. (Redação dada pela Lei nº 6.514, de 22-12-1977)

Assim, o empregador que providenciar a instalação de equipamentos adequados, visando a que o transporte de cargas se dê por meios mecânicos, não estará restrito ao limite previsto no capta.

As normas relativas à segurança e medicina do trabalho visam estabelecer limites e regras mínimas, num esforço de prevenção, evitando-se a necessidade de indenizar o empregado que é submetido a condições de trabalho agressivas à sua saúde, porquanto não há como aferir financeiramente o quanto vale a integridade física e mental de um indivíduo.

Nesse sentido, os ensinamentos de Segadas Vianna e Arnaldo Süsskind: "Não basta, evidentemente, assegurar uma indenização ou provenios mensais ao trabalhador vitimado por acidente de trabalho ou doença profissional. Nesse sentido não podem ser esquecidas as palavras do saudoso Ministro Alexandre Marcondes Filho, ressaltando o lado profundamente humano da segurança e da medicina do trabalho: A vida humana tem, certamente, um valor econômico. E um capital que produz e os atuários e matemáticos podem avaliá-lo. Mas a vida do homem possui, também, um imenso valor afetivo e um valor espiritual inestimável, que não se podem, pagar com todo o dinheiro do mundo. Nisto consiste, sobretudo, o valor da prevenção em que se evita a perda irreparável de um pai, de um marido, de um filho, enfim daquele que sustenta o lar proletário e preside os destinos de sua família. A prevenção é como a saúde. Um bem no 1 qual só reparamos quando o acidente e a moléstia chegam".(Instituições de Direito do Trabalho, 17ª ed. – São Paulo: LTr; 1997, V. II, pág. 899).

Não há como resistir aos argumentos na forma como colocados pelos ilustres juristas. Assim, a ampliação das medidas que assegurem a segurança e a saúde do trabalhador devem ser implementadas e adaptadas a nossa realidade.

Não podemos deixar de considerar, entretanto, o novo patamar que será fixado; como limite de peso a ser transportado manualmente, que é de 20 Kg, ressalvando-se as disposições especiais relativas ao trabalho do menor e da mulher.

A Norma Regulamentadora nº 17, expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego – Portaria nº 3.214/78, que enumera medidas de ergonomia que devem ser observadas nos locais de trabalho, estabelece que “quando mulheres e trabalhadores jovens forem designados para o transporte manual de cargas, o peso máximo destas cargas deverá ser nitidamente inferior àquele admitido para os homens, para não comprometer a sua saúde ou a sua segurança”.

No mesmo sentido a Convenção nº 127 da CLT, aprovada e vigente no Brasil desde 1971, estabelece no seu artigo 7º que “quando se empregarem mulheres e jovens trabalhadores no transporte manual de cargas, o peso máximo desta carga deverá ser consideravelmente inferior ao que se admite para trabalhadores adultos do sexo masculino”.

Ocorre que a CLT estabelece os seguintes limites para o transporte manual de cargas para a mulher:

Art. 390. Ao empregador é vedado empregar a mulher em serviço que demande o emprego de força muscular superior a 20 (vinte) quilos para o trabalho contínuo, ou 25 (vinte e cinco) quilos para o trabalho ocasional.

Parágrafo único. Não está compreendida na determinação deste artigo a remoção de material feita por impulsão ou tração de vagonetes sobre trilhos, de carros de mão ou quaisquer aparelhos mecânicos.

No que se refere ao menor, não há dispositivo pertinente à matéria no texto consolidado. Deve-se, todavia, entender-se, analogicamente, serem os mesmos limites estabelecidos para as mulheres, haja vista ser vedado ao menor o trabalho noturno, perigoso, insalubre, em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social. (CF, art. 7º, XXXIII, CLT, arts. 403 e 405).

Para atender as diretrizes traçadas tanto pela Convenção nº 127, quanto pelo Ministério do Trabalho e Emprego, seria necessário alterar também O texto do art. 390 da CLT. Outra alternativa seria que os novos limites a serem fixados para o transporte manual de cargas para homens adultos fosse diminuído para um patamar que ficasse abaixo dos 60 kg atuais, mas acima de 20Kg, que é o limite para as mulheres.

Ante tais circunstâncias, propomos que uma redução de 50% (cinquenta por cento) no limite atualmente estabelecido pelo caput do art. 198 da CLT, fixando-se como novo limite máximo o peso de 30 kg (trinta kilogramas).

Propomos também que seja fixado o prazo de um ano para que a nova lei entre em vigor, oportunizando aos empregadores a adoção das medidas necessárias a implementação destas novas regras, e por último apresentamos correções na ementa do projeto visando o aperfeiçoamento da técnica legislativa.

III – Voto

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2003, nos termos do seguinte.

Emenda nº 1 (CAS) (Substitutivo)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 19, DE 2003

Altera o art. 198 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre o peso máximo que um trabalhador pode remover individualmente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** do art. 198 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 198. É de 30 kg (trinta quilogramas) o peso máximo que um empregado pode remover, individualmente, ressalvadas as disposições especiais relativas ao trabalho do menor e da mulher. (NR)”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor um ano após a data de sua publicação.

Emenda nº 1 - CAS (Substitutivo)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LÍNEA DE VOTAÇÃO

PLS N° 19, DE 2003

TITULARES - Bloco da Minoria: (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco da Minoria: (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCO MACIEL - PFL					1- HERACLITO FORTES - PFL				
JONAS PINHEIRO - PFL					2- JOSE JORGE - PFL				
MARIA DO CARMO ALVES - PFL	X				3- DEMÓSTENES TORRES - PFL				
RODOLPHO TOURINHO - PFL					4- ROMEU TUMA - PFL				
FLEXA RIBEIRO - PSDB					5- EDUARDO AZEREDO - PSDB	X			
LEONEL PAVAN - PSDB					6- ALMEIDA LIMA - PSDB				
LÚCIA VANIA - PSDB					7- TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB				
REGINALDO DI ARTE - PSDB	X				8- SÉRGIO GUERRA - PSDB				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
NEY SUASSUNA (RELATOR)					1- HÉLIO COSTA				
WIRLANDE DA LUZ	X				2- RAMEZ TIEBET				
VALDIR RAUPP					3- JOSÉ MARANHÃO				
MÃO SANTA	X				4- PEDRO SIMON				
SERGIO CABRAL					5- VAGO				
PAPA LEO PAES					6- GERSON CAMATA				
TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo. (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco de Apoio ao Governo. (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB					1- CRISTOVAM BUARQUE - PT				
FLAVIO ARNS - PT	X				2- MAGNO MALTA (PL)				
IDELI SALVATTI - PT	X				3- EDUARDO SUPlicy - PT				
MARCELO CRIVELLA - PL			X		4- FATIMA CLEIDE - PT				
PAULO PAIM - PT	X				5- MOZARILDO CAVALCANTI - PTB				
PATRICIA SABOYA GOMES - PPS	X				6- JOÃO CAPIBARIBE - PSB				
TITULARES - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					1- JUVENCIO DA FONSECA				

// SIM: 9 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: 1 AUTOR: 1 SALA DAS REUNIÕES, EM 13/08/2005.

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

Antônio Carlos Valadares
SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES
PRESIDENTE

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 19, (Substitutivo) DE 2003.

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 13/05/2005, OS SÉNHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

RELATOR: SENADOR NEY SUASSUNA "ad hoc" - *Sen. Paulo Paim*

BLOCO MINORIA (PFL E PSDB) TITULARES	BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) SUPLENTES
MARCO MACIEL - PFL	1- HERÁCLITO FORTES - PFL.
JONAS PINHEIRO - PFL	2- JOSÉ JORGE - PFL.
MARIA DO CARMO ALVES - PFL	3- DEMÓSTENES TORRES - PFL.
RODOLPHO TOURINHO - PFL	4- ROMEU TUMA - PFL.
FLEXA RIBEIRO - PSDB	5- EDUARDO AZEREDO - PSDB.
ONEL PAVAN - PSDB	6- ALMEIDA LIMA - PSDB.
LÚCIA VÂNIA - PSDB	7- TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB.
REGINALDO DUARTE - PSDB	8- SÉRGIO GUERRA - PSDB.
PMDB TITULARES	
NEY SUASSUNA (RELATOR)	1- HÉLIO COSTA
WIRLANDE DA LUZ	2- RAMEZ TEBET
VALDIR RAUPP	3- JOSÉ MARANHÃO
MÃO SANTA	4- PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
PAPALÉO PAES	6- GERSON CAMATA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PLE E PPS)	
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	1- CRISTOVAM BUARQUE (PT)
FLÁVIO ARNS (PT)	2- MAGNO MALTA (PL)
JNELI SALVATTI (PT)	3- EDUARDO SUPlicy (PT)
MARCELO CRIVELA (PL)	4- FÁTIMA CLEIDE (PT)
PAULO PAIM (PT)	5- MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS)	6- JOÃO CAPIBERIBE (PSB)
PDT TITULARES	
AUGUSTO BOTELHO.	PDT SUPLENTES
	1- JUVÊNCIO DA FONSECA.

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Vide texto compilado

**Aprova a Consolidação das Leis do
Trabalho.**

Art. 390. Ao empregador é vedado empregar a mulher em serviço que demande o emprego de força muscular superior a 20 (vinte) quilos para o trabalho contínuo, ou 25 (vinte e cinco) quilos para o trabalho ocasional.

Parágrafo único. Não está compreendida na determinação deste artigo a remoção de material feita por impulsão ou tração de vagonetes sobre trilhos, de carros de mão ou quaisquer aparelhos mecânicos.

Art. 403. É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos. (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

Parágrafo único. O trabalho do menor não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a freqüência à escola. (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19.12.2000)

a) revogada: (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

b) revogada. (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

Art. 405 - Ao menor não será permitido o trabalho: (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28-2-1967)

I - nos locais e serviços perigosos ou insalubres, constantes de quadro para esse fim aprovado pelo Diretor Geral do Departamento de Segurança e Hi-

giene do Trabalho; (Incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28-2-1967)

II - em locais ou serviços prejudiciais à sua moralidade. (Incluído pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967)

§ 1º (Revogado pela Lei 10.097, de 19.12.2000)

§ 2º O trabalho exercido nas ruas, praças e outros logradouros dependerá de prévia autorização do Juiz de Menores, ao qual cabe verificar se a ocupação é indispensável à sua própria subsistência ou à de seus pais, avós ou irmãos e se dessa ocupação não poderá advir prejuízo à sua formação moral. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28-2-1967)

§ 3º Considera-se prejudicial à moralidade do menor o trabalho: (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28-2-1967)

a) prestado de qualquer modo, em teatros de revista, cinemas, boates, cassinos, cabarés, dancing e estabelecimentos análogos; (Incluída pelo Decreto-lei nº 229, de 28-2-1967)

b) em empresas circenses, em funções de acrobata, saltimbanco, ginasta e outras semelhantes; (Incluída pelo Decreto-lei nº 229, de 28-2-1967)

c) de produção, composição, entrega ou venda de escritos, impressos, cartazes, desenhos, gravuras, pinturas, emblemas, imagens e quaisquer outros objetos que possam, a juízo da autoridade competente, prejudicar sua formação moral; (Incluída pelo Decreto-lei nº 229, de 28-2-1967)

d) consistente na venda, a varejo, de bebidas alcoólicas. (Incluída pelo Decreto-lei nº 229, de 28-2-1967)

§ 4º Nas localidades em que existirem, oficialmente reconhecidas, instituições destinadas ao amparo dos menores jornaleiros, só aos que se encontrem sob o patrocínio dessas entidades será outorgada a autorização do trabalho a que alude o § 2º. (Incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28-2-1967)

§ 5º Aplica-se ao menor o disposto no art. 390 e seu parágrafo único. (Incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28-2-1967)

LEI N° 6.514, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1977

Altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo a segurança e medicina do trabalho e dá outras providências.

**TEXTO FINAL
DO PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 19, DE 2003 (SUBSTITUTIVO)
APROVADO PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS
SOCIAIS EM REUNIÕES
NOS DIAS 2 DE JUNHO DE 2005
E 14 DE JUNHO DE 2005, RESPECTIVAMENTE**

Altera o art. 198 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre o peso máximo que m trabalhador pode remover individualmente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** do art. 198 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 198. É de 30 kg (trinta quilogramas) o peso máximo que um empregado pode remover, individualmente, ressalvadas as disposições especiais relativas ao trabalho do menor e da mulher.

..... (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor um ano após a data de sua publicação.

Sala da Comissão, 14 de junho de 2005 – Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente – Senador **Paulo Paim**, Relator.

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Havendo número regimental, declaro aberta a 78 reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Item 1:

Atendendo aos requerimentos nº 64/2003, de autoria do Senador Mão Santa, e nº 8/2005, de autoria dos Senadores Marcelo Crivella e Papaléo Paes, para debater sobre o Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2003, que altera o art. 198 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que fixa o peso máximo de 20 quilogramas que o empregado pode remover individualmente, contamos

com a participação dos seguintes convidados que farão uma exposição de dez minutos cada um.

Devido ao adiantado da hora, encarecemos aos senhores convidados que cumpram religiosamente esse horário, tendo em vista que, logo após, deveremos comparecer a reuniões de outras comissões e em breve terá início uma nova sessão plenária do Senado Federal.

Estão presentes os senhores José Calixto Ramos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, CNTI; Eduardo Lírio Guterra, Presidente da Federação Nacional dos Portuários; Maria de Lourdes Moure, Coordenadora-Geral de Normalização em Programas do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho; Drª Maria Helena da Silva Guthier, Coordenadora Nacional de Defesa do Meio Ambiente e do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho. Comunico que o Sr. Manoel José dos Santos, Presidente da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura, CONTAG, apesar de ter sido convidado, informou à Secretaria da Comissão, por e-mail, que não poderia comparecer, devido a compromissos assumidos anteriormente.

Concedo a palavra à Drª Maria Helena da Silva Guthier para sua exposição, por dez minutos.

A SRA. MARIA HELENA DA SILVA GUTHIER
– Tentarei ser bastante objetiva.

Primeiramente, agradeço o convite formulado ao Ministério Público do Trabalho para que estivesse presente. Peço desculpas pela minha voz, pois estou bastante rouca há alguns dias.

A iniciativa desse projeto de lei, para o Ministério Público, está de acordo com a nossa atuação no dia-a-dia. Para o Ministério Público, a atuação preventiva é a mais importante. Como os senhores sabem, o Ministério Público do Trabalho investiga as empresas e tenta adequar sua conduta aos Termos de Ajustamento de Conduta, que são compromissos feitos voluntariamente pelas empresas melhorando as condições de trabalho sem que haja ação judicial.

A atuação preventiva, por meio do termo de ajustamento de conduta que nós privilegiamos tanto, tem repercussão muito pequena, porque, normalmente, atinge uma empresa que está sendo investigada. Em alguns casos, o Ministério Público faz a investigação de um determinado ramo de atividade econômica tentando melhorar as condições para esse setor. Mesmo assim, a nossa atuação acaba sendo isolada.

Um projeto de lei que pretende mudar uma condição de trabalho e têm um alcance tão grande com o esse que estamos discutindo é sempre muito bem visto pelo Ministério Público do Trabalho, porque, na verdade, quando se altera o peso máximo que um

trabalhador pode levantar sozinho, sem o auxílio de equipamentos ou de outros colegas, atinge-se um contingente enorme de trabalhadores. A nossa tendência, a princípio, é pensar que estamos falando apenas de movimentação de carga, em trabalho portuário ou, talvez, nos trabalhadores da Ceasa. Mas, na verdade, existe movimentação de mercadoria em vários ramos de atividade econômica. São inúmeros os trabalhadores que fazem movimentação de carga, não só nos setores especificamente de transporte de mercadoria, mas em outros como o comércio, onde também há transporte e manejo de cargas com peso elevado para os trabalhadores.

Com relação à amplitude de alcance desse projeto de lei, lembro que hoje é fácil constatar que o tipo de doenças que mais cresce é aquele provocado pela organização do trabalho. Hoje em dia, a maior parte das doenças são provocadas por **stress**, pelo excesso de produtividade, pela aceleração intensa do ritmo de trabalho nas empresas. Então, tendemos a ver a ergonomia, a relação do trabalhador com o trabalho, desse ponto de vista do adoecimento provocado por questões econômicas, nas atividades de escritório e naquelas que exigam uma maior demanda intelectual. Ou seja, acreditamos que os problemas relacionados às mudanças que o capitalismo moderno provocou na organização do trabalho deverão atingir mais estressando e adoecendo, transformando o trabalho numa atividade mais penosa apenas para as atividades de escritório que demandam maior esforço intelectual.

Mas isso não é verdade. Na atuação do Ministério Público, por exemplo, temos visto que o trabalho no mundo capitalista se organiza de uma tal maneira que não é apenas o trabalhador de escritório que está sofrendo estresse; todos os trabalhadores estão sofrendo uma exigência de produtividade enorme, desde aquele que realiza as tarefas mais básicas, manuais, até o trabalhador mais qualificado da empresa.

Então, podemos perceber que esse estresse que a organização do trabalho provoca atinge todo tipo de trabalhador, desde o trabalhador braçal até o trabalhador de nível de direção das empresas.

Portanto, quando pensamos nesses trabalhadores que serão beneficiados com uma legislação reduzindo o peso que vai ser suportado, pretendemos atacar dois pontos da economia. Vamos mexer na organização do trabalho, a princípio, com a simples redução do peso, mas ela terá que ser modificada, porque não mais será concentrada apenas na utilização do trabalhador para movimentar as mercadorias: ela terá que ser adaptada ou para um trabalho mais coletivo ou para uma mecanização, que pode ser mais ou menos intensa,

dependendo da capacidade econômica da empresa para se adaptar.

Enfim, embora a alteração no peso não envolva imediatamente a questão da organização do trabalho, ela vai provocar uma alteração que é extremamente benéfica. E também vai reduzir essa sobrecarga muscular do trabalhador.

Do ponto de vista do Ministério Público, o projeto deve conter apenas a regulamentação do peso máximo. Sei, aliás, que a representante do Ministério do Trabalho irá mostrar que esse peso tem parâmetro em normas de saúde e segurança dos trabalhadores. A outra regulamentação mais detalhada, a regulamentação fina do que deve ser feito vai depender da iniciativa do Ministério do Trabalho, que é órgão responsável pela expedição e pelo detalhamento das normas das condições de segurança e saúde.

Então, acredito, do modo como está hoje o projeto de lei, que ele é extremamente satisfatório e que essa regulamentação posterior, através da modificação da NR-11, será uma consequência natural desse processo.

Só para finalizar, quero falar bem rapidamente da experiência do Ministério Público em relação a esse tipo de trabalhador.

No mundo moderno, acreditamos que as relações ocorrem num patamar muito mais elevado. Já tivemos oportunidade de negociar com empregadores, para interromper o uso de tração animal. Já tivemos casos em que trabalhadores são utilizados para tracionar a mercadoria no campo. Isso ocorreu em Minas Gerais, o meu Estado.

Daí a importância de um projeto de lei que trará mais dignidade para o trabalhador. Acredito que, com essa mudança, não haverá espaço para que o trabalhador continua sendo usado para substituir os animais na tração de mercadorias no trabalho.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– A próxima expositora é a Srª Maria de Lourdes Moure, a quem concedo a palavra, por dez minutos.

A SRA. MARIA DE LOURDES MOURE – Bom dia aos componentes da Mesa e aos presentes. Gostaria de agradecer o convite que me foi formulado e de externar que, como ergonomista, estou me sentindo muito feliz em poder contribuir um pouquinho.

Fiz um breve levantamento da literatura junto com os componentes da Comissão Nacional de Ergonomia, dentro da Coordenaria-Geral de Normatização e Programas do Departamento de Saúde e Segurança do Trabalhador.

Disponibilizei para os presentes o conteúdo do material, esse resumo que fizemos, e trouxe também

a íntegra dessas convenções e normas. Se houver interesse de aprofundamento, poderei disponibilizar. E trouxe também o manual de aplicação da NR 17, que é a norma regulamentadora.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Seria bom que fosse entregue ao Presidente, para depois fazer uma distribuição, por cópia, aos membros da Comissão. Agradeço a V. Sª por isso.

A SRA. MARIA DE LOURDES MOURE – Pois não, obrigada.

Temos a Norma Regulamentadora nº 17, que trata de ergonomia, que, no seu Item 17.2, menciona o levantamento, transporte, descarga individual de materiais. No seu subitem 2.2, ela diz que esse peso deve ser tal que não seja suscetível de comprometer a sua saúde e segurança.

Não há um valor determinado, porque, toda vez que falamos em determinar um peso específico, temos vários outros fatores que contribuem. Como a lei prevê 60 quilos, é muito difícil para nós, do Ministério do Trabalho, solicitarmos um valor inferior. Então, entendemos que essa iniciativa é louvável e vai contribuir nesse sentido.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Se a senhora me permite, sem intervir, quanto a essa parte da lei que estabelece 60 quilos, parece que toda a produção de grãos está padronizada assim; as sacarias estão padronizados nos 60 quilos.

A SRA. MARIA DE LOURDES MOURE – Sim, o que pode continuar a ser feito, desde que haja um auxílio, o que já ocorre também com equipamentos de guindar. Basta formalizar o que na prática já está ocorrendo. Até porque a produtividade é maior e a indústria não consegue ser tão competitiva. Também é um benefício porque, ao vender no varejo, favorecerá o trabalhador. E acredito que seja um investimento interessante, pois outra opção em termos de pacotes menores. A empresa vai se tornar mais competitiva, será bom para o trabalhador, porque não terá a sua saúde comprometida e, quando se dão condições melhores para o trabalhador, ele também desempenha o seu trabalho com uma qualidade melhor. Então, acredito que isso até vai contribuir para gerar mais empregos.

A norma NR 17, no seu anexo, já remete à **Naio-sh**, que é uma norma americana baseada no princípio de que não se pode ter na coluna, entre a L5 e a S1, ou seja, na região lombar, uma força de compressão superior a 3,4 quilos. Existe uma fórmula que leva em consideração o tipo da carga, a altura, a distância que o trabalhador tem que percorrer para movimentar essa carga, as condições de assimetria em que ela é carregada. Há uma carga-limite, que é fixada em 23 kg, baseada em estudo epidemiológico para proteger a maior parte dos trabalhadores. Porém, mesmo com

essa norma, há limitações, porque ela não considera as condições do solo, se a temperatura é mais baixa ou mais elevada, a umidade relativa do ar maior ou menor, o que vai acarretar um esforço físico maior para o trabalhador. Então, na prática, o que observamos no Ministério do Trabalho é que, mesmo utilizando esse modelo da **Naio-sh**, muitas vezes, o peso deveria ser inferior a 20 kg para não comprometer a saúde do trabalhador.

Se nos ativermos às normas internacionais, como a da OIT, da Convenção de 67, ela também estabelece que esse peso não pode comprometer a saúde e a segurança do trabalhador e, na sua Recomendação 128, contemporânea da nossa CLT, estabelece para trabalhador adulto, masculino, 55 kg, prevendo que para a mulher deve ser muito menor, assim como para o trabalhador mais jovem, dependendo das condições em que o trabalho é feito. Então, essa carga deve ser muito mais reduzida.

Na Inglaterra, no Reino Unido, também se corrobora que esse peso deve ser de tal maneira que deva substituir até a operação de transporte e manutenção de cargas; quando representar risco de saúde e segurança para o trabalhador, evitar isso, fazendo o transporte mecanizado.

Há uma sugestão baseada num modelo biomecânico feito por Chaffin, nos Estados Unidos, que depende da distância que essa carga está do corpo do trabalhador e da altura. Então, para se ter uma idéia dos valores de referência, ela pode oscilar de 10, 15, 20kg, dependendo da altura e da distância do corpo do trabalhador, para não comprometer a sua saúde.

A diretiva européia também vai nesse sentido, ao dizer que se deve evitar o transporte manual de carga, utilizando equipamentos mecânicos para auxiliar esse transporte manual de carga. Quando não for possível evitar o transporte, que ele seja feito para reduzir o risco associado ao transporte manual de cargas. Então, nesse caso, os elementos de referência são as características da carga, o esforço físico que o trabalhador tem ao realizar, as características do trabalho e as exigências das atividades que ele tem de fazer, simultaneamente com fatores individuais. Se o trabalhador foi treinado para tal, se ele está ao tempo, as condições a que ele está submetido e o esforço em relação ao seu metabolismo.

Na norma espanhola, fixam-se alguns valores de referência. Ela prevê 25kg para que 85% da população sejam protegidos. Haverá maior proteção se esse peso for de 15kg, referente a 96% da população, e, em casos isolados, o peso de 40 kg, mas não há dados disponíveis sobre a proteção para a população. Então, ela pode comprometer a saúde do trabalhador.

Queria agradecer e ressaltar o avanço que esse projeto de lei acarreta para os trabalhadores, o quanto isso pode beneficiar tanto a produção quanto a própria integridade física do trabalhador.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Concedo a palavra ao Sr. José Calixto Ramos, próximo expositor.

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – Excelentíssimos Srs. Senadores, prezados convidados, queríamos primeiramente cumprimentar a todos, agradecer o convite dirigido á possa Confederação e dizer da nossa satisfação em participar desta reunião.

Preliminarmente, esclareço que não dispomos desse conteúdo técnico que foi exposto, limitamo-nos a fazer uma análise do projeto dentro das nossas expectativas.

O Projeto de Lei do Senado nº 10, de 2003, de autoria do Senador Marcelo Crivella, objetiva alterar o **caput** do art. 198 da CLT, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 198. É de 20kg o peso máximo que o empregado pode remover individualmente, ressalvadas as disposições especiais, relativas ao trabalho do menor e da mulher.”

Cotejando a redação dada pelo próprio projeto com a atual do mesmo dispositivo, podemos concluir que apenas substitui o máximo de peso, que era de 60kg e agora passa a ser de 20kg. Essa é a última alteração, visto que, no mais, a redação anterior é mantida literalmente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Informo ao nobre expositor que o projeto de lei de autoria do Senador Marcelo Crivella é de nº 19, de 2003, e não 10, como consta do seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – Perdão, geralmente se justifica como falha de redação.

Inverte na prática o que vinha ocorrendo em matéria do Direito do Trabalho: antes se procuravam adaptar dispositivos do trabalho masculino ao feminino. No projeto, estende-se à norma feminina o trabalho masculino. O art. 390 da CLT, incluído entre as disposições atinentes ao trabalho feminino, proíbe à mulher o serviço que demande força muscular superior a 20kg, para o trabalho contínuo.

Pode-se, então, concluir que o projeto igualou homens e mulheres quanto ao serviço que importe emprego de força muscular. Não atinge o parágrafo único do artigo alterado, que continua em vigor, coincidentemente com o parágrafo único do art. 390, relativo ao trabalho da mulher. Uma diferença, entretanto, se sobressai: no trabalho feminino é permitida a remoção de até 25kg, quando trata de trabalho ocasional.

“Art. 390. Ao empregador é vedado empregar a mulher em serviços que demandem o emprego de força muscular superior à 20kg para o trabalho contínuo ou a 25kg para o trabalho ocasional.”

Essa exceção o projeto não encapou, importando dizer que os homens não poderão remover peso superior à 20kg tanto em trabalho contínuo quanto em trabalho eventual. Pela primeira vez o trabalho da mulher torna-se mais pesado que o do homem.

Feitas essas ponderações iniciais, resta a indagação: justifica-se a alteração pretendida? Sob esse enfoque, devemos considerar dois ângulos diferentes: o do trabalhador e o do empresário.

No tocante ao trabalhador, pode-se admitir que o projeto é justificável. A prática trabalhista tem demonstrado que, operando com peso de 60kg, como é permitido à época atual, é comum o trabalhador adquirir, no decorrer do tempo, doenças incapacitantes. Como exemplo, podemos citar os movimentadores de mercadorias, antigos carregadores e ensacadores, que transportam nos ombros seguidamente, uma por uma, centenas de sacas de milho, de feijão, de arroz, sorgo, açúcar e outros produtos, colocando-as empilhadas nos armazéns ou retirando desses para embarque nos caminhões.

Embora treinados para esse tipo de serviço, tais trabalhadores, quando atingem 40 ou mais anos de idade, apresentam deformações diversas nos braços, na clavícula e na coluna vertebral, alguns deles sendo obrigados a requerer aposentadoria, e, o que é pior, tornando-se portadores de mutilações pelo resto da vida. Em consequência, sobrecarrega-se a Previdência Social.

Foi por esse motivo que a Norma Regulamentadora nº 17 definiu que “não deverá ser exigido nem admitido o transporte manual de cargas por um trabalhador cujo peso seja suscetível de comprometer sua saúde e segurança”.

A norma, um tanto vaga, serviu de alerta aos empregados. Tem conteúdo bastante humanitário e abriu caminho para que se chegassem a uma redução no peso máximo a ser transportado por um trabalhador. Partiu-se do entendimento no sentido de que, transportando pesos menores, estará o obreiro evitando mutilações e outros defeitos físicos.

Sob esse enfoque o projeto é justificável. A dúvida que restou reside em saber se 20 quilos é o peso certo e adequado ou se para os homens está definido em montante muito reduzido. Em outras palavras, pergunta-se se esse máximo de peso não é muito pequeno para os homens, já que se pulou de 60 para 20 quilos.

Desconhecemos estudos que possam definir sobre o assunto, mas é intuitivo que, transportando um menor peso, o trabalhador fica menos propenso a doenças e deformidades incapacitantes. Beneficiados ficam o próprio trabalhador, seus familiares e a sociedade. Beneficiada é também a Previdência Social por ver diminuído o número de aposentados por invalidez ou em gozo de auxílio-doença.

A Convenção 127 da OIT – Organização Internacional do Trabalho, aprovada em 20 de janeiro de 1967, prevê que não se deverá exigir nem permitir a um trabalhador o transporte manual de cargas cujo peso possa comprometer sua saúde e segurança. Não fixou limite máximo de peso, exatamente para deixar à legislação ordinária de cada povo a tarefa de definir sobre o assunto. Condicionou apenas ao fato de não causar danos à saúde e à segurança do trabalhador.

Desse modo, afigura-se que o projeto de lei em exame está conforme as exigências da própria OIT. Pergunta-se, então, sob o enfoque do empresário, se o projeto é justificável. Por lidar constante com temas trabalhistas, podemos admitir que o projeto não prejudica os empresários. A objeção que se pode levantar é quanto ao tempo necessário para a carga ou descarga de mercadorias, que passaria a ser maior, já que uma saca de 60 quilos equivale a três de 20.

Objetivamos que, em compensação, o transporte manual é mais rápido e menos cansativo, levando-nos a admitir que, afinal, os tempos despendidos praticamente se equivalem em um e outro caso.

Economicamente, o empresário não terá prejuízos, visto que as operações de carga e descarga são normalmente contratadas por tonelagem de produto, pouco importando é tamanho de saca ou embalagem. Até mesmo nos cais de porto, poucos são os casos em que a carga ou descarga de mercadorias é contratada por pagamento por cubagem, em vez de tonelagem. Uma tonelada é sempre a mesma, independente de ser composta de sacas de 20 quilos ou de 60 quilos.

Talvez sobre esse último enfoque, possam investir contra o projeto os próprios trabalhadores, já que se, por um lado, terão menos peso, por outro, dispensarão mais tempo em suas tarefas. Terão, por exemplo, de percorrer certa distância três vezes, carregando sacas de 20 quilos, quando poderiam ultrapassar em apenas uma vez à distância carregando sacas ou volumes de 60 quilos.

Mas, certamente, os trabalhadores haverão de compreender as vantagens que o projeto traz para a própria saúde, não deixando de apoiá-lo, já que lhes beneficia.

Dante do exposto, não encontramos condições para nos colocar contrários ao projeto em exame, restando-nos apenas apoiá-lo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Muito obrigado, Sr. José Calixto Ramos, pela presença e por tão bonita exposição.

Concedo a palavra ao Sr. Eduardo Lírio Guterra, por dez minutos.

O SR. EDUARDO LÍRIO GUTERRA – Bom dia a todos. Quero saudar os Srs. Senadores presentes na pessoa do Bispo e Senador Crivella, que nos convidou, e do Presidente da Comissão, Senador Antonio Carlos Valadares.

Esse projeto na questão portuária tem, pelo tamanho do Brasil, pela quantidade de portos que há no Brasil e pela atividade que exercemos no País, algumas peculiaridades que devem ser levadas em consideração.

Na verdade, o conceito de porto mundial é cada vez menos usar a mão-de-obra do trabalhador portuário, devido à existência de novas tecnologias nos nossos portos. Esses são os conceitos que temos, que hoje têm sido buscados incessantemente nos nossos portos.

Mas, como temos portos no Brasil todo, aqueles considerados organizados são aproximadamente 38; existem alguns portos que ainda hoje movimentam muita carga em sacaria, usando muita mão-de-obra de trabalhadores para realizar essas operações.

É claro que; nos grandes portos, onde existem os terminais de contêiner, não se usa o ser humano para fazer o transporte da carga. Eles estão sendo movimentados por: meio de equipamentos de última geração, que são os portêineres. Em alguns lugares, já se usam os trabalhadores em alguns navios somente para colocar a mão na hora de encaixar os contêineres no que chama-mos de castanha. Mas, em alguns portos, por exemplo, no Norte e Nordeste – posso citar o Porto Público de Recife –, é claro o uso de mão-de-obra de trabalhadores para manipular a sacaria no costado do navio.

E, junto com essa questão, os que foram criados em função da necessidade armazenar cargas fora dos portos EADs, que são estações aduaneiras, os TRAs, que são terminais retro-alfandegados, os retroportos. São áreas de movimentação e acondicionamento de carga na faixa continua dos portos. E temos também o que se chama de porto seco, em alguns Estados.

Então, nessa movimentação de cargas feita nesses locais que citei antes, com certeza, é usada a mão-de-obra do trabalhador braçal. De alguma forma, nesses portos, a nossa atividade continua usando a

mão-de-obra de trabalhador para acondicionar essas cargas nos contêineres.

Temos a palhetização de cargas que, no navio, efetivamente, não precisa que o homem coloque a mão, porque o palhete é pego pela empilhadeira e colocado no costado; basta içar a carga. Nesse caso, já vem a marinação de carga, que é feita fora ou às vezes, dependendo do porto, no costado do navio, onde os trabalhadores acondicionam as marinas. Marina é um jeito de pegar a carga: são cintas de lona resistentes para pegar 25 cargas de café.

Temos também o acondicionamento direto da carga no contêiner, que chamamos de **big bags**, grandes sacos de acondicionamento.

Para essa mão-de-obra, temos uma fiscalização na nossa atividade portuária, que é regulamentada, além de alguns artigos da CLT, também pela 8.630, que é uma legislação específica para o nosso setor. Temos a Convenção 137, que orienta os empresários, o governo e os trabalhadores, para que estudem medidas para equilibrar a questão da relação em termos de saúde, meio ambiente, etc.

Mais recentemente, em 1997, conseguimos aprovar uma norma regulamentadora específica para o setor portuário, que estabelece a questão da saúde e segurança nos nossos portos. Mas não tínhamos e não temos uma coisa clara sob esse ponto de vista de fadiga do trabalho do portuário. Quando falo do trabalhador portuário, estou me referindo também a esses trabalhadores que, mesmo que não estejam dentro da área primária de porto, exercem algum tipo de atividade que, querendo ou não, é ligada ao setor de comércio exterior.

Então, temos uma dificuldade agora, porque a CLT diferenciou esse peso entre o homem e a mulher. Hoje, temos uma mulher trabalhadora de capatazia, como chamamos, na atividade portuária, no Porto de Aratu, em Ilhéus. Para elas, não existe regulamentação. Vamos dizer assim: lá, somos obrigados a pegar 60 quilos, e quem conhece a atividade portuária sabe que não existe um controle da forma como se movimenta a carga para acondicionar nesse tipo de embalagem que citei.

Então, vemos com bons olhos esse projeto. É um projeto de alcance social que será muito interessante para nós. A iniciativa de um projeto como esse vem ao encontro aos anseios dos trabalhadores. Temos ainda alguns trabalhadores que vão se beneficiar com isso, mesmo não sendo da área portuária, que extrapolam a nossa alçada e representação. São os chamados "chapas", trabalhadores que ficam na beira da estrada. O caminhão pára, pega esses trabalhadores e leva para o local em que vai descarregar. Eles não têm do-

cumentação nenhuma. Então, tem que ser vista, além da economicidade, a questão da saúde do trabalhador, da sua sobrevida, das condições em que nós, trabalhadores, às vezes nos aposentamos.

O trabalhador portuário, o trabalhador que faz o esforço braçal, geralmente, é alguém de pouca cultura, é um trabalhador de pouco acesso à questão da cidadania e até mesmo à questão de sobrevivência. E, quando falo sobre sobrevivência, refiro-me à alimentação. Portanto, apoiamos a iniciativa dos Senadores propONENTES da lei e estamos à disposição para colaborar no que for preciso para o projeto ser aprovado.

Quero agradecer a oportunidade, em nome da Federação, e dizer que estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Eu é que agradeço a palavra do Sr. Eduardo Lírio Guterra,

Vamos, agora, ouvir os Senadores, começando pelo Senador Francisco Pereira, do Estado do Espírito Santo.

O SR. FRANCISCO PEREIRA (Bloco/PL – ES)

– Sr. Presidente, senhoras e senhores presentes, Srs. Senadores, fico feliz em contemplar essa proposta de lei, porque realmente é preciso regulamentar essa questão que atinge diretamente o trabalhador e a saúde. Então quero parabenizar, porque é muito oportuna.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Nobre Senador do Ceará.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Expositores, Senadores, permita-me o ilustre Senador Marcelo Crivella, mas discordo desse projeto, aliás, desde que o vi pela primeira vez, porque não pode ser abrangente. Ele pode ser setorial, dirigido aos portos, etc., mas, na prática, digamos, no interior do nosso Nordeste, onde as empresas, todas elas, trabalham com produtos ensacados, sacas de feijão, sacas de milho, são 60 quilos. Se o peso for fixado em 20 quilos, serão precisos três homens para pegar uma saca de milho e levar para um depósito ou retirar de um caminhão. Esse projeto pode funcionar na zona portuária, como o Dr. Eduardo falou, porque lá quase tudo é mecanizado, mas, no Nordeste, a mecanização são as mãos do trabalhador braçal.

Acredito na boa intenção de V. Ex^a ao colocar esse projeto em pauta, ao confeccioná-lo, mas entendo que ele será inócuo na maior parte deste País. É apenas uma consideração que faço. Não estou radicalizando contra o projeto, mas acredito que o seu mérito não terá... São leis que se fazem neste País, como vi hoje, no Bom Dia Brasil. Há leis que são cumpridas e outras que não são cumpridas.

Por outro lado, o Ministério do Trabalho vai cair em cima de pequenas empresas, aplicando multas sobre

pequenos comerciantes que não podem, de maneira alguma, exercitar essa lei.

Acredito que essa será uma daquelas leis, meu caro Senador Marcelo Crivella, que ninguém vai cumprir neste País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Com a palavra Senador Mão Santa, do Piauí.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Crivella, V. Ex^a é um homem muito generoso e bíblico. Na própria Bíblia, bem no meio dela, estão as leis de Salomão. E dizem que a sabedoria está no meio.

Vinte quilos é muito pouco, ridículo; 60 quilos é demais, então ficaria com a lei de Salomão, já que V. Ex^a. é um homem de Deus, avaliando que 40 quilos estariam no meio.

Digo que 20 quilos é ridículo porque o Brasil está bem pior, em todos os aspectos.

Quando eu era menino, havia educação física nos cursos de ginásial, que mudou só de nome agora, para se chamar ensino fundamental, mas estudávamos mais. Então havia educação física mesmo, espartana. *Mens sana, corporis sano.*

Eu me lembro que o professor botava os meninos para carregar um ao outro, e todos tínhamos 40, 50 quilos na nossa mocidade. E nós fomos melhor criados; hoje está pior. Nenhum colégio do ensino fundamental tem educação física, que é facultativa. Não melhorou em nada o País, a não ser em propaganda.

Então avalio isso por experiência própria: no curso ginásial, fazíamos educação física, e o instrutor botava um para carregar o outro. Todos tínhamos 50 quilos e todo menino carregava.

Portanto 40 quilos estão no meio; a sabedoria está no meio. Vinte quilos é ridículo.

As mulheres que já conquistaram o mundo – existem até as desaforadas, como o Presidente anunciou, que só chegarão à Presidência as desaforadas vão tomar o mercado até dos nossos braçais, que sempre houve em toda a civilização, os quais, na nossa cultura, chamamos de estiva.

Então eu ficaria com o Crivella, mas com a sabedoria do Rei Salomão: no meio. Considero 40 quilos razoável. Seria um avanço em termos de humanização no trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao autor da proposta, o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a presença dos nobres convidados: a Sr^a. Maria Helena da Silva Gouthier, a Dr^a Maria de Lourdes Moure,

o Sr. José Calixto Ramos e o nosso irmão Eduardo Lírio Guterra.

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo aos meus companheiros, porque esse projeto nasce de uma observação minha no campo de trabalho.

Lembro que em todas as obras que comandei – foram muitas, dezenas delas – era muito triste ver um caminhão de cimento chegar, às cinco horas da tarde, e serventes, muitos deles idosos, tendo que encostar ao lado do caminhão. Duas pessoas, em cima do caminhão, pegavam um saco, colocavam na cabeça do servente, que ia, então, se equilibrando para levar até o almoxarifado.

Isso não pode ser comparado, mesmo na comparação mais distante, a uma brincadeira de criança que carrega um colega por cinco minutos na escola.

Esse é um trabalho-profissional ao qual um operário que recebe R\$ 1,98 por hora é submetido repetidamente. Um caminhão normal traz 300 sacos de cimento, e dez rapazes carregam 10, 20, 30 sacos.

Morei no interior da Bahia, em Irecê, por dois anos, plantando feijão, num projeto que tive a oportunidade de criar, chamado Fazenda Nova Canaã. Para lá levei assentados, pessoas pobres, humildes, despovoados que foram morar na fazenda comigo. Junto com técnicos de Israel, irrigamos 100 hectares, plantando milho e feijão. Não havia nenhum de nós – nem eu mesmo – que, na época, quando trazíamos uma batedeira e colocávamos o feijão em sacos de 60 quilos, conseguisse jogar aquilo em cima de uma carretinha de trator; é muito pesado. Até porque esses sacos são deformáveis. Quando o sujeito tenta pegá-lo, parece que ele é mais pesado, e não é algo em que se possa usar o efeito de alavanca. Imaginem, quando se usa uma alavanca para remover uma pedra, se ela se deforma. Se, em vez de ser uma tora de madeira, fosse uma tora de borracha, não se conseguiria exercer um momento de torção para jogar aquilo nas costas.

Há aqueles que fazem, é verdade; há raras exceções hoje, no campo e na cidade, de pessoas que nascem fortes, que são musculosas e conseguem. Mas, mesmo essas, ao se aposentar, vão sofrer pelo resto da vida, dores nas costas, na coluna, no pescoço; terão problemas na hora de se sentar num sofá para assistir televisão.

É em nome desses brasileiros que nascem sem condições sanitárias, que muitas vezes são crianças subnutridas que sofrem a vida inteira, que ganham mal e se alimentam mal, que dormem mal, num país tão mal-dividido...

Senador Mão Santa imagine que somos hoje, no Brasil, 80 milhões de trabalhadores; quase 20 milhões estão desempregados e subempregados, ganhando

menos de um salário mínimo, num País em que herdamos do Governo passado uma dívida interna que nos obriga a pagar R\$110 bilhões para sete mil brasileiros. Sete mil famílias brasileiras são tão ricas que detêm R\$ 800.bilhões da nossa dívida interna.;

O alumínio está nas mãos de duas empresas, Alcan e Alcoa; o vidro, desde um pirex que se coloca num forno até o pára-brisa de um caminhão, Santa Marina e Blindex; o cimento está nas mãos dos Grupos Votoran, João Santos e Cauê; o aço, Cosigua, Votoran e CSN; papel, seja este papel aqui ou a embalagem ou um jornal ou um livro, temos a Aracruz e a Suzano, que já pertence à Votoran; sistema econômico, Bradesco e Itaú; meios de comunicação, Globo e Grupo Abril. Trata-se de um país tremendamente concentrado. O mercado, nessas condições, não vai olhar pelos trabalhadores, e o nosso povo precisa que o Senado Federal legisle sobre isso.

A Drª. Maria de Lourdes Moura mostrou, Senador Mão Santa, que na Espanha são quinze quilos o peso ideal. Por que será que um espanhol tem direito a uma vida profissional melhor do que a nossa? Será que é porque o homem branco da Europa é superior ao nosso mestiço, ao nosso nordestino, ao homem brasileiro, com o pensamento colonial que arrastou este País para ser palco dos maiores crimes contra os direitos humanos do índio, do brasileiro pobre, branco, negro ou mestiço?

Nós estamos, agora, lidando com a redenção de um resquício da escravidão que sobrou neste País, que é obrigar nossos trabalhadores a carregar o peso de 60 quilos, embalagens de 50 quilos por empresa, grupos econômicos que já ganharam demais. Na Europa inteira, um saco de cimento não pesa mais de 20 quilos. Na Europa inteira, desde os países escandinavos até a Península Ibérica, nós não vamos encontrar ninguém que obrigue o trabalhador, sobretudo da construção civil, a carregar mais de 20 quilos.

Há uma emenda no projeto, do Senador Ney Suassuna, que passa para 30 quilos. Então faria um apelo para que nós pudéssemos manter... O Sr. José Calixto Ramos está completamente certo: nós devemos, em seguida a esse projeto, rever o peso das mulheres, que não devem carregar mais que os homens, nem algo perto deles. Mas precisamos tocar nesse assunto em favor do povo, do operário, das pessoas simples que estão nas ceasas, nos portos, no interior do país e na construção civil, carregando um peso para o qual não estão preparadas, até porque foram crianças subnutridas que sofrem muito no seu ambiente de trabalho.

Sr. Presidente, agradecendo mais uma vez a presença dos nobres convidados, faço o à pelo para

que possamos aprovar esse projeto e resgatar os trabalhadores brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Como último inscrito, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, companheiro sindicalista Eduardo, Presidente da Federação Nacional dos Portuários, nosso líder das Confederações de Trabalhadores e também de um grande fórum que as Confederações fizeram para debater a questão sindical, criando um espaço positivo para uma boa polarização daquilo que nós queremos: no País em matéria de estrutura sindical, Calixto Ramos, Presidente da nossa CNTI, Drª. Maria de Lourdes, Coordenadora-Geral da Normatização e Programas do Departamento de Segurança e Saúde do Trabalho, que fez uma bela exposição, e tive a alegria de, naquele momento, estar aqui presente, D~ Maria Helena, Coordenadora da Saúde e Defesa do Ambiente de Trabalho, que, conforme falaram aqui os colegas – eu não estava presente –, também fez uma bela exposição, quero cumprimentar esse debate.

Entendo, Senador Crivella, autor do projeto, ser um debate que vem numa boa hora, no momento que estamos debatendo, inclusive, a nova estrutura sindical. Sabemos que em seguida virá o debate da CLT, de toda a relação entre capital e trabalho e d~s condições de trabalho também.

O projeto têm um mérito muito grande. O Calixto – permita-me, companheiro Calixto, sindicalista, chamá-lo de Calixto, como você sempre me chamou de Paim e sabe que nossa relação é direta –, de fato, levanta aqui, e a Assessoria do Partido também tinha me apresentado, esse detalhe do trabalho da mulher. Devemos fazer essa adaptação para não deixar que haja uma contradição entre o trabalho do homem e o trabalho da mulher. Mas entendo que o projeto é muito importante.

Sem sombra de dúvida, qualquer um de nós, em sã consciência, teria condição... Sabemos que, no Brasil, a tendência é cada vez mais a população envelhecer, graças à Deus. Que possamos chegar aos 60, 65, 70, 80, 90, e eu digo: tomara aos 100 anos! A tendência é que a nossa aposentadoria seja protelada. Hoje, inclusive nos Países de primeiro mundo, fala-se em 70, 75 anos.

Então é de pe perguntar: estou com 55 anos. Se eu estivesse na fábrica e me mandassem carregar um peso correspondente a 60 quilos, com certeza absoluta, eu não carregaria e seria demitido, porque não tenho condições físicas para tanto. E me considero ainda um

jovem, só que, efetivamente, não há como eu carregar um saco de 60 quilos.

Por isso, Senador Crivella, o seu projeto tem, de fato, procedência. Se analisarmos a situação da nossa seguridade social, veremos que inúmeros trabalhadores mereciam estar aqui, para ouvirmos alguém dessa área. Quantos trabalhadores já não se afastaram do mercado de trabalho devido ao problema de coluna? Porque não têm condição. Um trabalhador com dificuldade, devido ao problema de coluna, que for demitido, duvido que arrume emprego.

Portanto, é chegada a hora, efetivamente, de fazermos um bom debate sobre esse tema. O jovem que entrou no mercado de trabalho com 16 anos, como manda a Constituição, pode também, numa fase de crescimento, Senador Mão Santa, que é médico, carregar peso? É aconselhável o peso de 60 quilos?

Fiz um discurso, ontem, da tribuna, com uma repercussão positiva na sociedade, pelo que fiquei feliz, a respeito da discriminação que existe hoje com relação ao cidadão de mais de 45 anos para conseguir emprego. E, se não houver uma norma geral que garanta um peso equilibrado, daqui a pouco, terei que entrar com um projeto, dizendo: o cidadão com mais de 45 anos não poderá carregar mais "x". E o empregador vai dizer: agora é que não emprego com mais de 45.

Por isso, temos que buscar um peso ideal, para permitir que um jovem de 17, 18 anos possa se deslocar, fazendo aquela operação, como também o cidadão de 45, 50, 55 anos.

Por essa razão, o seu projeto pode parecer radical, mas não é. Creio que o projeto vai à essência. Ele busca o equilíbrio e, num País como o nosso, queiramos ou não, a tendência cada vez maior é a automação, e não por causa do projeto, sendo aplicada em detrimento do trabalho manual, prejudicando o emprego da nossa gente.

Temos um projeto – sei que a Mesa, em tese, apóia – sobre a redução da jornada de trabalho, sem redução do salário, como forma de gerar emprego. Ou o projeto tem razão de ser... É claro que se devem fazer adequações, seja no trabalho da mulher, seja pensando nesse viés da saúde e da assistência social.

Quero cumprimentar todos os painelistas pela forma firme, clara e tranquila com que fizeram a sua análise.

Vivemos num País complicado. Estamos num País que tem trabalho escravo, ou não? Alguém tem dúvida disso? Agora, temos que fazer um debate de uma relação moderna e civilizada com os nossos trabalhadores.

Por isso, meus cumprimentos ao Senador Crivella, pela iniciativa. Espero que se façam as devidas adequa-

ções, mas efetivamente precisamos regulamentar essa questão. Se olharmos para os países mais avançados, como aqui foi dito muito bem, quase todos eles estão na marca apresentada pelo nosso Senador.

Era isso o que tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Indago se algum dos debatedores deseja se pronunciar ou há algum esclarecimento adicional a fazer após a fala dos nossos Senadores.

O SR. – Gostaria de me pronunciar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– V. Ex^a tem dois minutos.

O SR. EDUARDO LÍRIO GUTERRA – Aproveitando a manifestação do Senador Paulo Paim, temos outra questão no porto, além da aposentadoria especial, para a qual basicamente não estamos mais usando esse direito. Dificilmente os trabalhadores portuários estão conseguindo se aposentar pela especial.

Há uma questão complicada e que vem ao encontro dessa discussão. Refiro-me aos trabalhadores que têm problemas médicos em função da atividade que exercem e vão ao INSS, que avalia que eles têm capacidade para trabalhar. Esses trabalhadores voltam ao porto, onde escutam que, se não estão liberados pelo INSS, podem trabalhar.

Neste País, além da questão social, há a pressão pela redução dos custos portuários e pela melhoria da nossa oferta de trabalho, do dinamismo de que os nossos portos precisam. Então, a questão social já está atingindo o trabalhador. É a forma como ele trabalha e enfrenta o seu dia-a-dia. Creio que essa é outra questão, além do equilíbrio da relação da idade das pessoas e do trabalho da mulher.

O trabalho portuário é muito masculinizado, mas já há mulheres que, através de concursos nos portos do Brasil, estão exercendo pegando carga pesada. E não sei como vamos resolver isso, além da questão da ergonomia.

O SR. MÃO SANTA (PMDS – PI) – E essas mulheres conseguem carregar 60 quilos?

Eu quero retirar as mulheres disso. Eu quero é botá-las na presidência.

Elas conseguem pegar 60 quilos?

O SR. EDUARDO LÍRIO GUTERRA – Senador, temos conhecimento de algo que aconteceu em Aratu, no porto de Salvador. Deveríamos ter alguns exemplos relativos aos portos fluviais do Norte, onde existem trabalhadores carregando bagagem. São coisas de que não temos muito conhecimento. Existe a fiscalização do Ministério do Trabalho, mas, de repente, se a pessoa pára um barco em um lugar onde não existe ninguém para ver, as coisas acontecem.

Quero acreditar que lá – em um porto que movimenta muito granel sólido – existe companheirismo, e que, na hora de pegar uma sacaria, pegam em dois ou não deixam a companheira carregar, se ela tiver que trabalhar com a sacaria. É uma questão que está colocada. Como vamos resolver este problema?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – Ri)

– O Senador faz uma provocação a uma fala do Presidente Lula. O Senador é um marcador. V. Ex^a marca em cima de todos os discursos do Presidente Lula. É um líder radical da Oposição, que falou que as mulheres são desaforadas e já querem ser Presidente da República.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Isso foi com a Heloísa Helena.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Como última participante deste debate, concedo a palavra a Sra Maria Helena da Silva Gouthier.

A SRA. MARIA HELENA DA SILVA GOUTHIER

– Assim como a questão da mulher, é importante ressaltar a situação do menor. Em termos de legislação do trabalho, até os 18 anos, ele deve ter uma condição especial que já está ressaltada no projeto de lei.

O projeto de lei dispõe tanto as condições especiais de trabalho para as mulheres quanto para o menor, observando que até os 18 anos tem que haver uma limitação.

Como falei na minha exposição, a partir do momento em que a lei estabelecer um limite menor, as condições especiais poderão ser tratadas por quem é competente para fazer isso, o Ministério do Trabalho e Emprego, através de discussões tripartites, entre empregadores, trabalhadores e o Governo.

Carregar peso em condições ideais é uma coisa, mas carregar peso, por exemplo, nos frigoríficos em que se carregam grandes e pesadas peças de carne, sob muito frio, é outra situação que agrava a saúde do trabalhador. Essas condições específicas podem ser delineadas através de normas regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, através de processo que tem ampla participação tanto dos trabalhadores quanto dos empregadores.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Doutora, se me permitir, só para um esclarecimento. Já que tocou na questão do menor, faço a seguinte pergunta: há alguma norma que diz que o menor entre 16 e 18 anos não pode carregar mais de 20 quilos?

A SRA. MARIA HELENA DA SILVA GOUTHIER

– Não estou recordando. A CLT, quando trata das condições especiais, tanto da mulher quanto...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – A CLT prevê condições especiais, mas não há norma. Por isso, digo que o projeto vem, inclusive, suprir a falha

de uma regulamentação via decreto-lei ou mesmo norma interna.

A SRA. MARIA HELENA DA SILVA GOUTHIER

– Ao estabelecer qual seria o peso.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– A Sra Maria de Lourdes pediu a palavra.

A SRA. MARIA DE LOURDES DE MOURE – Ressalto que há relevância em o Estado diminuir o peso.

Há vários estudos na literatura, além dos apresentados, que verificam que, normalmente, na população em geral, há uma incidência em torno de 4% a 5%. Nos trabalhadores que carregam peso, essa incidência é muito maior. Estudo feito na Holanda constatou que há uma prevalência de 40% para os homens e 52% para as mulheres.

Assim, ressaltou-se a questão do gênero, que é realmente relevante. O peso deve ser mais reduzido para as mulheres e, como foi muito bem lembrado pelo Senador, para os jovens que estão em fase de formação.

Não se pode pensar, matematicamente, que o trabalhador caminhará mais vezes, porque há, agora, vários dispositivos que podem auxiliar esse trabalho. Mecanizar parte do trabalho sem eliminar o posto de trabalho. Ao contrário: a empresa vai se tornar muito mais produtiva, e o comerciante também. Haverá um ônus social muito menor, porque saímos todos perdendo. Por exemplo: esse trabalhador que adoece não vai conseguir trabalhar. Se ele for incapacitado para o trabalho, toda a sociedade também pagará. No cômputo, todos saímos perdendo; o trabalhador, o empregador e toda a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

– Sr. Presidente, para concluir, estou muito feliz porque os quatro palestrantes aprovaram o projeto. O Senador Mão Santa já me declarou que tanto S. Ex^a quanto o Senador Reginaldo Duarte estão tendendo à mudança. S. Ex^a já mudou de 40 para 30 e, daqui a pouco, chegará lá.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Como S. Ex^a falou da metade, a metade de 60 é 30.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

– A metade de 60 é 30. S. Ex^a usou 40. (Risos)

Sr. Presidente, ao tentar atravessar uma piscina, se formos andando, não conseguiremos; iremos afundar, porque o nosso peso está concentrado em nossos pés. Mas, se deitarmos sobre a superfície da piscina, poderemos boiar e atravessá-la. Quando um menino carrega uma carga nas costas, ela está mais distribuída. O que acontece quando o peão ou o trabalhador do

campo leva um saco na cabeça? Ele pega a camiseta, enrola-a na cabeça e joga o saco. Aquele peso é uma carga concentrada, não distribuída, e passa a valer muito mais. É muito mais difícil de ser transportada.

Esse projeto fará com que a indústria diminua as embalagens, até para que uma dona-de-casa que queira levar um saco de batata com menos peso possa colocá-lo no carrinho e levá-lo até o carro.

Este é o objetivo maior: que a indústria, que, hoje, é extremamente concentrada, e não precisamos nos preocupar com o lucro da indústria porque toda ela é muito superavitária num país extremamente concentrado, diminua a embalagem e sobrecarregue ainda menos o nosso trabalhador.

Muito obrigado aos palestrantes e ao Senador Paulo Paim, sempre brilhante defensor do nosso povo trabalhador, que tem, no Senado Federal, um grande mártir: o Senador Paulo Paim, professor de todos nós nas causas trabalhistas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Ao encerrar esta parte da reunião de nossa Comissão de Assuntos Sociais, eu gostaria de, em primeiro lugar, felicitar os autores do requerimento de convite aos palestrantes, o qual deu oportunidade para que um debate construtivo e positivo fosse aqui realizado, como também de parabenizar os palestrantes, nas pessoas de José Calixto Ramos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNPI), Eduardo Lírio Guterra, Presidente da Federação Nacional dos Portuários, Maria de Lourdes Moure, Coordenadora-Geral de Normatização e Programas do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, e a Drª Maria Helena da Silva Gouthier, Coordenadora Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho.

Enfim, agradecemos a presença de V. S^{as}s. Sem dúvida alguma, a participação de V. S^{as}s contribuiu para o aperfeiçoamento da matéria que está em discussão nesta Comissão, de autoria do nobre Senador Marcelo Crivella.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT - RS) – O Presidente vai encerrar a reunião?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Ainda não vou encerrar, tendo em vista que existem algumas matérias, muito embora não sejam terminativas porque não há *quorum* para votação. Vamos decidir somente duas matérias, de forma, rápida, Senador, já que não haverá peso algum, nem de 30 nem de 60 quilos.

Agradeço a V. S^{as}s.

A primeira, matéria diz respeito à designação dos membros da Subcomissão do Trabalho e Previdência,

que já foi aprovada anteriormente através de um requerimento da autoria de V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

Como sugestão, designamos membros e suplentes dessa Subcomissão, que terá um grande papel a desempenhar, tendo em vista futuros trabalhos que irão tramitar no Senado Federal. Como titulares, a Senadora Lúcia Vânia, o Senador Mão Santa, o Senador Marcelo Crivella, o Senador Paulo Paim e o Senador Augusto Botelho. Como suplentes, Senador Leonel Pavan, Senador João Batista Motta, Senador João Capiberibe, Senador Flávio Arns e Senadora Patrícia Saboya Gomes.

Em se tratando de uma Subcomissão Permanente, durante a instalação, V. Ex^a colocará em votação o seu nome, e, certamente, todos os participantes integrantes da Mesa irão aprová-lo por unanimidade. V. Ex^a merece.

Como último item não-terminativo, eu pediria ao Senador Reginaldo Duarte que, em nome da Senadora Fátima Cleide, que é a Relatora, proferisse a leitura do parecer.

Trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 51, que altera a redação do art. 260 e acrescenta artigos à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente. Dispõe sobre dedução do Imposto de Renda para doação aos fundos nacional, estaduais e municipais em favor da criança e do adolescente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, consulto a Mesa, porque fui informado agora que há um requerimento para que esse projeto seja encaminhado também para um debate em outra Comissão. Não conheço o mérito do projeto, mas consulto a Mesa sobre o encaminhamento adequado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– O requerimento se encontra no Plenário; ainda não foi votado. E o ideal, Senador Paulo Paim, seria o seguinte: existem alguns projetos que já estão devidamente instruídos, com seus pareceres, com audiências públicas realizadas. Independentemente dos requerimentos, poderíamos votar alguns desses projetos, que iriam à Comissão de mérito competente, após o pronunciamento desta Comissão. Acredito que seria de bom alvitre que fizéssemos isso em relação a alguns projetos, vez que estariam cumprindo uma missão desta Comissão de Assuntos Sociais, que vem realizando um trabalho edificante desde as administrações passadas. Ficaria trançado esse trabalho caso não houvesse pronunciamento desta Comissão a respeito de alguns projetos.

Tem a palavra V. Ex^a para algum esclarecimento adicional.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu queria ponderar sobre duas questões.

Também entendo que esta Comissão seja uma das mais importantes do Senado da República. Eu mesmo tenho aqui dezenas de projetos a serem apreciados; nada a ver com a sua Presidência, pois são anteriores a ela. Eu gostaria de vê-los votados, a favor ou contra. Percebo que essas dezenas de projetos estão nas mãos do Relator, não vieram para a pauta. É claro que teríamos que acelerar as votações pela importância dos temas em debate.

Dei entrada em requerimento, porque entendo que a PEC Paralela é um tema delicadíssimo. Fizemos um amplo acordo aqui no Senado e foi para a Câmara, que alterou a PEC Paralela.

Como nós vamos tratar do tema trabalho e previdência com ou sem subcomissão, tomei a liberdade de encaminhar à Mesa o requerimento de uma audiência pública para discutirmos a PEC Paralela.

Os delegados de polícia, auditores fiscais, promotores, procuradores e policiais militares estão em massa nos corredores do Senado e gostariam de participar dessa audiência sob a Presidência de V. Ex^a. Naturalmente, colaborarei nos entendimentos. Se ainda não for possível instalar a Subcomissão, eu gostaria que fizéssemos no âmbito da própria CAS uma audiência pública para que as partes interessadas possam se posicionar sobre a PEC Paralela.

Quanto ao projeto em debate agora, Sr. Presidente, se não houver entendimento, posso pedir vista, para evitar o constrangimento, e na próxima reunião deliberaremos sobre esse e tantos outros que estão na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– O Senador Flávio Arns já pediu vista

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – S. Ex^a não devolveu?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Como S. Ex^a já pediu vista, ficará V. Ex^a livre de fazê-lo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, na forma regimental, apelo a V. Ex^a que não votemos a matéria, porque o autor não está presente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O autor é um Deputado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Como não está presente neste momento o Senador Flávio Arns, que pediu vista da matéria, solicito que na próxima reunião, com a presença de S. Ex^a, possamos ouvir também a sua opinião.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Atendido o pedido de V. Ex^a.

Quanto ao requerimento de V. Ex^a, que deu entrada no Plenário, para uma audiência pública, no caso da Subcomissão, ela só poderá fazer a convocação

depois de devidamente instalada. Como não foi instalada, a própria Comissão de Assuntos Sociais poderá se encarregar de fazer esta convocação. V. Ex^a terá uma participação preponderante, sem dúvida alguma, na realização desses debates. V. Ex^a, então, poderá fazer uma alteração neste requerimento para que, no âmbito da própria Comissão de Assuntos Sociais, seja realizada audiência pública sobre a PEC Paralela. Quais pessoas serão ouvidas?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Já tenho, inclusive, a indicação do dia, da hora e de todas as partes interessadas...

REQUERIMENTO Nº 8, DE 2005

Nos termos do inciso II, do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para, com a participação dos convidados abaixo relacionados, debater sobre o Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2003, que altera o art. 198 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Fixa o peso máximo de vinte quilogramas que um empregado pode remover, individualmente).

Convidados:

Sr. Manoel José dos Santos

Presidente da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)

SDS, Edifício Venâncio VI – 1º andar
70393-900 – Brasília – DF

Sr. José Calixto Ramos

Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI)

SEPN Q. 505, conjunto A
70730-540 – Brasília – DF

Sr. Eduardo Lírio Guterra

Presidente da Federação Nacional dos Portuários (FNP)

CLN 304, bloco C, salas 30/31
70736-030 – Brasília – DF

Sra. Maria de Lourdes Moure

Coordenadora Geral de Normatização e Programas do Departamento de Segurança e Saúde do Trabalho

Ministério do Trabalho e Emprego

Esplanada dos Ministérios, bloco F, anexo B, 1º andar

70059-900 – Brasília – DF

Sra. Maria Helena da Silva Guthier

Coordenadora Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho

Ministério Público do Trabalho

Rua Domingos Vieira, 120 – Santa Efigênia
30150-240 – Belo Horizonte – MG

Com o intuito exclusivo de colaborar para o êxito dos trabalhos, circunscritos ao horário regimental das Comissões, é o presente para propor que seja reduzido para seis o número de convidados, ficando para outra oportunidade a oitiva dos Presidentes da CNTC e da FNE, na medida em que estarão, por identidade de interesses, representados pela CONTAG e pelo FNP.

Sala da Comissão, – Senador **Marcelo Crivella**.

Ofício nº 65/2005 – GSMC

Brasília, 3 de março de 2005

Senhor Presidente,

A propósito do Requerimento nº 64, de 2003, de autoria do eminentíssimo Senador Mão Santa, no sentido da realização de audiência pública, no âmbito dessa Comissão, para “debater sobre o Projeto de Lei nº 19, de 2003”, venho manifestar o meu integral apoio à pro-

posta, ao tempo em que, com a devida **vénia**, permito-me sugerir, para que hajam enfoques diferenciados nos debates, convites também ao Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, da Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho do Ministério Público do Trabalho e a Coordenadoria Geral de Normatização e Programas do Departamento de Segurança e Saúde do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Com o intuito exclusivo de colaborar para o êxito dos trabalhos, circunscritos ao horário regimental das Comissões, proporia, também, que fosse reduzido para seis o número de convidados, ficando para outra oportunidade a oitiva dos Presidentes da CNTC e da FNE, na medida em que estarão, por identidade de interesses, representados pela CONTAG e pelo FNP.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência minhas congratulações por sua eleição para o honroso encargo de Presidente dessa Comissão. – Senador **Marcelo Crivella**.

**M I N I S TÉ R I O
D O T R A B A L H O
E E M P R E G O**
Secretaria de Inspeção do Trabalho
Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho
Coordenação-Geral de Normatização e Programas
Coordenação de Normatização e Registros

Audiência Pública sobre PL 19/93 CLT - Fixa o peso máximo de 20 quilogramas que um empregado pode remover, individualmente.

Data: 30/03/2005

Horário: 11h30

Local: Senado Federal

Ala Senador Alexandre Costa, nº 09.

Assunto: Foi lido e aprovado requerimento de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais para debater o PL 19/2003 que altera o art 198 da CLT (Fixa o peso máximo de 20 quilogramas que um empregado pode remover, individualmente). Serão chamados para o debate representantes da CONTAG / CNTI / FNP / e MTE (Sra. Maria de Lourdes Moura - Coordenadora Geral de Normatização e Programas do Departamento de Segurança e Saúde do Trabalho).

Revisão da Literatura sobre o tema CNE Comissão Nacional de Ergonomia CGNOR/DSST/SIT

Normas e Regulamentações Nacionais

Norma Regulamentadora - NR 17 Ergonomia

O item 17.2 da NR17 trata do “Levantamento, Transporte e Descarga individual de materiais”. O seu subitem 17.2.2 dispõe que não deverá ser exigido nem admitido o transporte manual de cargas, por um trabalhador cujo peso seja suscetível de comprometer sua saúde ou sua segurança.

Normas e Regulamentações Internacionais

a) OIT - C127- Convenção sobre o peso máximo, 1967

Artigo 3 – Não se deverá exigir nem permitir a um trabalhador o transporte manual de carga cujo peso possa comprometer sua saúde ou segurança.

- R128 - Recomendação sobre o peso máximo, 1967

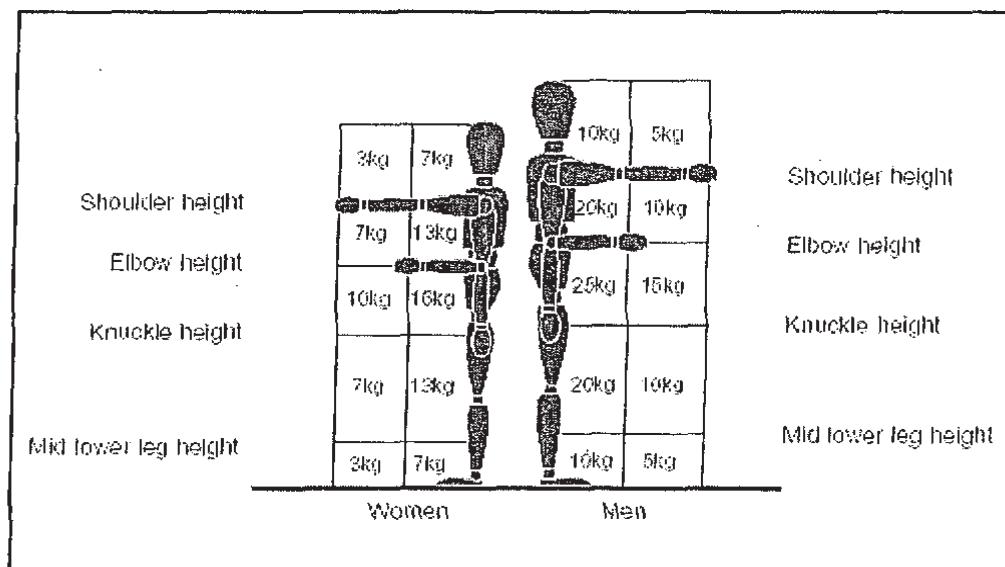
Item VI Peso máximo:

A. Homens: 55 kg; Mulheres: peso inferior.

13 "a" e "b": levando em conta as características fisiológicas do trabalhador, natureza do trabalho, condições do ambiente e outras condições que possam influenciar a saúde e segurança do trabalhador.

b) *Health & Safety Executive - HSE UK: The Manual Handling Operations Regulations 1992* requer que seja evitada na medida do possível a necessidade de operações de transporte manual de cargas que representem risco à saúde e segurança do trabalhador.

c) *SUGESTÃO HSE com base em CHAFFIN*



d) *Diretiva Européia: Council Directive 90/269/EEC of 29 May 1990*

<http://europa.eu.int/cgi-bin/eur-lex/ndl.pl?REQUEST=Seek-Deliver&LANGUAGE=es&SERVICE=eurlex&COLLECTION=lif&DOCID=390L0269>

Artigo 3 - Disposições Gerais

1. O empregador tomará medidas de organização do trabalho adequadas, ou utilizará meios adequados, e especificamente equipamentos mecânicos, com o fim de evitar que seja necessário o transporte manual de cargas.
2. Quando não for possível evitar o transporte manual de cargas pelos trabalhadores, o empregador tomará as medidas de organização do trabalho adequadas, utilizará meios adequados ou proporcionará aos trabalhadores tais meios, a fim de reduzir o risco associado ao transporte manual de cargas, levando em conta o Anexo I.

ANEXO I (*) ELEMENTOS DE REFERENCIA: (...)

1. Características da carga (...);
2. Esforço físico necessário (...);
3. Características do modo trabalho (...);
4. Exigências da atividade (...) podendo levar-se em conta simultaneamente (...).

ANEXO II (*) FATORES INDIVIDUAIS DE RISCO (...).

e) Espanha: <http://www.mtas.es/insht/legislation/RD/cargas.htm>

Disposições mínimas de segurança e saúde relativas ao transporte manual de cargas

REAL DECRETO 487/1997, de 14 de abril.

TABELA 1

Peso máximo recomendado para uma carga em condições ideais de manutenção

	Peso máximo	Fator de correção	% População protegida
Em geral	25 kg	1	85 %
Maior proteção	15 kg	0,6	95 %
Trabalhadores treinados (situações isoladas)	40 kg	1,6	Dados não disponíveis

Esses são valores máximos de peso em condições ideais; sendo que, se essas condições ideais não são proporcionadas, esses limites de peso deverão ser reduzidos.

Quando esses valores de peso são ultrapassados, se deverão tomar medidas preventivas de forma que o trabalhador não transporte as cargas, ou que o peso transportado seja menor. Entre outras medidas, e dependendo da situação, pode-se tomar alguma das seguintes: Uso de auxílio mecânico: - Levantamento da carga entre duas pessoas. -Redução dos pesos das cargas manipuladas em possível combinação com a redução da freqüência, etc.

f) NIOSH

Essa norma citada no anexo da NR 17, estabelece:

Compressão L5/S1 < 3,4 kg

Leva em conta fatores biomecânicos, fisiológicos e psicofísicos.

CL (constant load) = 23kg

Levantamento em condições ideais

90% homens 75% mulheres

Fatores redutores da carga: altura (75cm), distância (25cm), deslocamento, assimetria, freqüência, péga.

Limitações:

Essa norma Não considera: efeito cumulativo, desequilíbrio, condições do piso, calçados, instabilidade da carga, temperatura e umidade fora da faixa (19-26°C; 35-50%)

Na prática utilizando-se esse modelo verifica-se com freqüência que o "peso" deveria ser inferior a 20 kg.

"Audiência Pública sobre PL 19/93 CLT
- Fixa o peso máximo de 20
quilogramas que um empregado pode
remover, individualmente"



Senado Federal
BSB, 30 de março de 2005

Normas e Regulamentações Nacionais

■ NR 17 Ergonomia

- ◆ 17.2 Levantamento, Transporte e Descarga individual de materiais
- ◆ 17.2.2 Não deverá ser exigido nem admitido o transporte manual de cargas, por um trabalhador cujo peso seja suscetível de comprometer sua saúde ou sua segurança

Comitê Nacional de Ergonomia

Normas e Regulamentações Internacionais

■ NIOSH

- ◆ Compressão L5/S1 < 3,4 kg
- ◆ Leva em conta fatores biomecânicos, fisiológicos e psicofísico
- ◆ CL (constant load) = 23kg
 - Levantamento em condições ideais
 - 90% homens 75% mulheres
- ◆ Fatores redutores da carga: altura (75cm), distância (25cm), deslocamento, assimetria, frequência, pega

Comitê Nacional de Ergonomia

Normas e Regulamentações Internacionais

■ NIOSH

- ◆ Limitações:
 - Não considera efeito cumulativo, desequilíbrio, condições do piso, calçados, instabilidade da carga, temperatura e umidade fora da faixa (19-26°C; 35-50%)
- ◆ Na prática utilizando-se esse modelo verifica-se com freqüência que o "peso" deveria ser inferior a 20 kg

Comitê Nacional de Ergonomia

Normas e Regulamentações Internacionais

■ OIT

- ◆ OIT - C127- Convenção sobre o peso máximo, 1967
- ◆ Artigo 3 – Não se deverá exigir nem permitir a um trabalhador o transporte manual de carga cujo peso possa comprometer sua saúde ou segurança
- ◆ OIT - R128 - Recomendação sobre o peso máximo, 1967 (55kg)

Comitê Nacional de Ergonomia

Normas e Regulamentações Internacionais

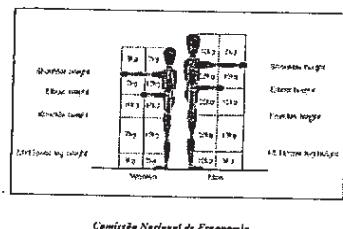
■ HSE UK : The Manual Handling Operations Regulations 1992

requer que seja evitada na medida do possível a necessidade de operações de transporte manual de cargas que representem risco à saúde e segurança do trabalhador.

Comitê Nacional de Ergonomia

Normas e Regulamentações Internacionais

- Sugestão HSE com base em CHAFFIN



Comissão Nacional de Ergonomia

7

Normas e Regulamentações Internacionais

- Diretiva Européia: Council Directive 90/269/EEC of 29 May 1990

Artigo 3 - Disposições Gerais

1. O empregador tomará medidas de organização do trabalho adequadas, ou utilizará meios adequados, e especificamente equipamentos mecânicos, com o fim de evitar que seja necessário o transporte manual de cargas.

2. Quando não for possível evitar o transporte manual de cargas pelos trabalhadores, o empregador tomará as medidas de organização do trabalho adequadas, utilizará meios adequados ou proporcionará aos trabalhadores tais meios, a fim de reduzir o risco associado ao transporte manual de cargas, levando em conta o Anexo.

Comissão Nacional de Ergonomia

>

Normas e Regulamentações Internacionais

- Diretiva Européia: Council Directive 90/269/EEC of 29 May 1990

- ◆ ANEXO I (*) ELEMENTOS DE REFERENCIA: (...)
- 1. Características da carga (...)
- 2. Esforço físico necessário (...)
- 3. Características do trabalho (...)
- 4. Exigências da alividade(...) podendo levar-se em conta simultaneamente (...)
- ◆ ANEXO II (*) FATORES INDIVIDUAIS DE RISCO (...).

Comissão Nacional de Ergonomia

,

Normas e Regulamentações Internacionais

Espanha: Disposições mínimas de segurança e saúde relativas ao transporte manual de cargas REAL DECRETO 487/1997, de 14 de abril

Característica da Carga	Peso da Carga	Peso da Carga Transportada	% População Protegida
Característica da Carga	25 kg	85 %	
Característica da Carga	35 kg	80 %	
Característica da Carga	40 kg	95 %	
Característica da Carga	45 kg	100 %	Dados referentes a pessoas com idade entre 18 e 25 anos

Estes são valores máximos de peso em condições ideais; sendo que, se essas condições ideais não são proporcionadas, estes limites de peso deverão ser reduzidos. Quando estes valores de peso são ultrapassados, se deverão tomar medidas preventivas de forma que o trabalhador não transporta cargas em que o peso transportado seja maior. Estas outras medidas, e dependendo da situação, pode-se tomar alguma das seguintes: uso de auxílio mecânico. - Levantamento da carga entre duas pessoas. - Redução dos pesos das cargas manipuladas em possível combinação com a redução da frequência, etc.

Comissão Nacional de Ergonomia

>

OBRIGADA

Maria de Lourdes Moura
mais Informações:

<http://www.mte.gov.br>

<http://europa.eu.int/cgi-bin/eur-lex>

<http://www.mtas.es/insit/legislation/RD/cargas.htm>

Comissão Nacional de Ergonomia

1

**Excelentíssimo Senhor Presidente,
Excelentíssimas Senhoras e Senhores Senadores
Membros desta Comissão, Senhores Convidados,**

Preliminarmente, cumpre-nos agradecer o convite que nos foi dirigido para discorrer, nesta Comissão, sobre o Art. 198 da Consolidação das Leis do Trabalho.

O Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2003, de autoria do senador Marcello Crivella, objetiva alterar o caput do artigo 198 da Consolidação das Leis do Trabalho, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 198 - É de 20 kg (vinte quilogramas) o peso máximo que um empregado pode remover, individualmente, ressalvadas as disposições especiais relativas ao trabalho do menor e da mulher".

Cotejando a redação dada pelo projeto com a atual do mesmo dispositivo, logo podemos concluir que apenas substitui o máximo de peso, que era de 60 (sessenta) kg e, agora, passa a ser de 20 (vinte) kg. Esta é a única alteração, visto que, no mais, a redação anterior é mantida literalmente.

Inverte-se a prática que vinha ocorrendo em matéria de direito do trabalho. Antes, procurava-se adaptar dispositivos do trabalho masculino ao feminino. No projeto, estende-se a norma feminina ao trabalho masculino. O artigo 390 da CLT, incluído entre as disposições atinentes ao trabalho feminil, proíbe à mulher o serviço que demande força muscular superior a 20 (vinte) kg, para trabalho contínuo.

Pode-se, então, concluir que o projeto igualou homens e mulheres quanto ao serviço que importe emprego de força muscular.

Não atinge o parágrafo único do artigo alterado que, continua em vigor, coincidente, mutatis mutandi, com o parágrafo único do artigo 390, relativo ao trabalho da mulher.

Uma diferença, entretanto, sobressai. É que no trabalho feminino é permitida a remoção de até 25 (vinte e cinco) kg, quando se trata de trabalho ocasional.

"Art. 390 – Ao empregador é vedado empregar a mulher em serviço que demande o emprego de força muscular superior a 20 (vinte) quilos, para o trabalho contínuo, ou 25 (vinte e cinco) quilos, para o trabalho ocasional."

Parágrafo Único – Não está compreendida na determinação deste artigo a remoção de material feita por impulsão ou tração de vagonetes sobre trilhos, de carros de mão ou quaisquer aparelhos mecânicos."

Essa exceção o projeto não encampou, importando dizer que os homens não poderão remover peso superior a 20 (vinte) kg, tanto em trabalho contínuo como no eventual.

Pela primeira vez, o trabalho da mulher torna-se mais pesado do que o do homem.

Feitas essas ponderações iniciais, resta a indagação: justifica-se a alteração pretendida?

Sob esse enfoque devemos considerar dois ângulos diferentes: o do trabalhador e o do empresário.

No tocante ao trabalhador pode-se admitir que o projeto é justificável. A prática trabalhista tem demonstrado que, operando com pesos de 60 (sessenta) kg, como é permitido, à época atual, é comum o trabalhador adquirir, com o decorrer do tempo, doenças incapacitantes. A título de exemplo, podemos citar os movimentadores de mercadorias, antigos carregadores e ensacadores, que, transportam, nos ombros, seguidamente, uma por uma, centenas de sacas de milho, feijão, arroz, sorgo e outros produtos, colocando-as, empilhadas, nos armazéns, ou retirando destes para embarque nos caminhões.

Embora treinados para esse tipo de serviço, tais trabalhadores, quando atingem 40 ou mais anos de idade, apresentam deformações diversas, nos braços, na clavícula e na coluna vertebral, com alguns deles sendo obrigados a requerer a aposentadoria e, o que é pior, ficando portadores de mutilação pelo resto da vida. Em consequência, sobrecarrega a Previdência Social.

Foi por esse motivo que a Norma Regulamentadora nº 17 definiu que “não deverá ser exigido nem admitido o transporte manual de cargas por um trabalhador cujo peso seja suscetível de comprometer sua saúde e segurança”.

A norma, um tanto vaga, serviu de alerta aos empregadores, tem conteúdo bastante humanitário e abriu caminho para que se chegasse a uma redução do peso máximo a ser transportado por um trabalhador. Partiu-se do entendimento no sentido de que transportando pesos menores, estará o obreiro evitando as mutilações e outros defeitos físicos.

É sob esse enfoque que o projeto é justificável.

A dúvida que restou reside em saber se 20 (vinte) kg é o peso certo e adequado ou se, para os homens, está definido em montante muito reduzido. Em outras palavras, perquire-se se esse máximo de peso não é muito pequeno para os homens, já que se pulou, de repente, de 60 (sessenta) para 20 (vinte) kg.

Desconhecemos estudos que possam definir sobre o assunto. Mas, é intuitivo que, transportando menor peso, o trabalhador fica menos propenso a doenças e deformidades incapacitantes.

Beneficiados ficam o próprio trabalhador, seus familiares e a sociedade.

Beneficiada é também a previdência social, por ver diminuído o número de aposentados por invalidez ou em gozo de auxílio-doença.

A Convenção nº 127 da Organização Internacional do Trabalho, aprovada em 20 de junho de 1967, prevê que “não se deverá exigir nem permitir a um trabalhador o transporte manual de cargas cujo peso possa comprometer sua saúde e segurança”. (art. 3º)

Não fixou limite máximo de peso, exatamente para deixar à legislação ordinária de cada povo a tarefa de definir sobre o assunto. Condicionou apenas ao fato de não causar danos à saúde e à segurança do trabalhador.

Deste modo, afigura-se-nos que o projeto de lei em exame está conforme as exigências da OIT.

Pergunta-se, então: sob enfoque do empresário o projeto é justificável?

O lidar constante com temas trabalhistas permite-nos admitir que o projeto não prejudica os empresários.

A objeção que se pode levantar é quanto ao tempo necessário para carga ou descarga de mercadorias, que, passaria a ser maior, já que uma saca de 60 (sessenta) quilos equivale a 3 de 20.

Objetamos que, em compensação, o transporte manual é mais rápido e menos cansativo, levando-nos a admitir, que, a final, os tempos despendidos praticamente se equivalem em um ou outro caso.

Economicamente, o empresário não terá prejuízos, visto que as operações de carga e descarga são, normalmente, contratadas por tonelagem de produto, pouco importando o tamanho de cada saca ou embalagem.

Até mesmo nos cais de porto poucos são os casos em que a carga ou descarga de mercadorias é contratada para pagamento por cubagem, em vez de tonelagem.

Uma tonelada é sempre a mesma, independente de ser composta de sacas de 20 (vinte) ou de 60 (sessenta) kg.

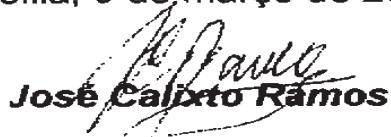
Talvez, sob esse último enfoque, quem possa investir contra o projeto são os próprios trabalhadores, já que, se por um lado, terão menos peso, por outro despenderão mais tempo em suas tarefas. Terão, por exemplo, que percorrer certa distância 3 vezes carregando sacas de 20 (vinte) kg, quando poderiam ultrapassar uma

só vez a mesma distância carregando sacas ou volumes de 60 (sessenta) kg.

Mas, certamente, os trabalhadores haverão de compreender as vantagens que o projeto traz para a própria saúde e não deixarão de apoiar o projeto, já que lhes beneficia.

Diante do exposto, não encontramos condições para colocarmo-nos contrários ao projeto em exame. Resta-nos apoiá-lo.

Brasília, 9 de março de 2005



José Calixto Ramos

OF. nº 44/2005 – PRES/CAS

Brasília, 19 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2003, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “altera o artigo 198 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1946. (Fixa o peso máximo de vinte quilograma que um empregado pode remover, individualmente).

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente, – Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente.

OF. nº 56/2005 – PRES/CAS

Brasília, 29 de julho de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou no dia 19 de maio de 2005, em turno único, a emenda nº 01-CAS (Substitutivo), de 2005, ao PLS nº 19, de 2003, de autoria do Senador Marcelo Crivella, e em 2 de junho de 2005, não tendo sido oferecidas emendas em turno Suplementar, foi definitivamente adotada, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

não tendo sido oferecidas emendas em turno Suplementar, foi definitivamente adotada, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente, – Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 56/2065 - PRES/CAS

Brasília, 29 de julho de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou no dia 19 de maio de 2005, em turno único, a emenda nº 1-CAS (Substitutivo), de 2005, ao PLS nº 19, de 2003, de autoria do Senador Marcelo Crivela, e em 2 de junho de 2005, não tendo sido oferecidas emendas em turno Suplementar, foi definitivamente adotada, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente, – Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Com referência ao **Ofício nº 27, de 2005**, da Comissão de Educação, lido anteriormente, a Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2005**, aprovado pela Comissão de Educação, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2003**, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 171/Plen

Brasília, 29 de julho de 2005

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de indicar, como titular, o deputado Devanir Ribeiro PT/SP, em substituição ao deputado Professor Luizinho — PT/SP, para integrar à Comissão Parlamentar Mista de inquérito destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo e as acusações do mesmo teor nas deliberações da PEC nº 1/1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos.

Atenciosamente, – **Odair Cunha**, Líder em Exercício do PT.

OF/A/PSB/295/05

Brasília, 28 de julho de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação do Deputado Paulo Baltazar, como titular, e o Deputado Renato Casagrande, como Suplente, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo e, as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 1/1995, que dispõe sobre a

reeleição para mandatos executivos, em substituição ao já indicado.

Atenciosamente, – Deputado **Renato Casagrande**, Líder do PSD.

OF/LID/Nº 333/2005

Brasília, 1º de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o deputado Colbert Martins/PPS – BA, em substituição ao meu nome, para ocupar a vaga de titular na Comissão Mista destinada a proferir parecer à MP 258/05, que “Dispõe sobre a Administração Tributária Federal e dá outras providências.”

Atenciosamente, – Deputado **Dimas Ramalho**, Líder.

OF/LID/Nº 334/2005

Brasília, 1º de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o deputado Nelson Proença/PPS - RS, em substituição ao meu nome, para ocupar a vaga de titular na Comissão Mista destinada a proferir parecer à MP 259/05, que “Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com fundamento no art. 23 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003, altera o art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e dá outras providências.”

Atenciosamente, – Deputado **Dimas Ramalho**, Líder.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 263, DE 2005

Acrescenta inciso ao art. 4º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, para definir como crime o extravio ou destruição de documento objeto de investigação de comissão parlamentar de inquérito.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, passa a vigor acrescido do seguinte inciso:

“Art. 4º

.....

III – extraviar, subtrair, inutilizar, danificar ou destruir, total ou parcialmente, documento

que seja objeto de investigação de Comissão Parlamentar de Inquérito:

Pena — reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, se o fato não constitui crime mais grave. (NR)"

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto tem por objetivo tipificar a conduta daqueles que extraviam, subtraem, inutilizam, danificam ou destroem documento objeto de investigação da comissão parlamentar de inquérito (CPJ), uma vez que esse fato não é adequadamente subsumível nas normas penais trazidas pelos arts. 314, 337, 347 e 356 do Código Penal. Para tanto, adicionamos mais um figura delituosa ao rol de crimes praticados contra as CPI previsto na Lei nº 1.579, de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito.

Tal tipificação se mostra necessária em decorrência das notícias veiculadas na imprensa brasileira denunciando a queima de documentos de interesse da "CPMI dos Correios" (Requerimento nº 3, de 2005-CN) por uma das empresas investigadas (DNA Propaganda Ltda.).

Condutas como essa maculam gravemente os trabalhos investigativos do Parlamento, os interesses da Justiça e o poder-dever de punir do Estado, daí a necessidade de uma tipificação penal própria e específica, mais completa do que aquelas previstas no Código Penal.

Julgamos ser contribuição importante para o aperfeiçoamento de nossa legislação penal e para a valorização dos trabalhos de investigação das comissões parlamentares de inquérito.

Sala das Sessões, 1º de agosto de 2005.

*LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA
PELA SECRETARIA GERAL DA MESA*

LEI Nº 1.579 – DE 18 DE MARÇO DE 1952

Dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito.

Art. 4º Constitui crime:

I – impedir, ou tentar impedir, mediante violência, ameaça ou assuadas, o regular funcionamento de Comissão Parlamentar de Inquérito, ou o livre exercício das atribuições de qualquer dos seus membros.

Pena – A do Artigo 329 do Código Penal.

II – Fazer afirmações falsas, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Pena - A do Artigo 342 do Código Penal.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao eminentíssimo Senador Jorge Bornhausen, por cessão do Senador Romeu Tuma.

V. Ex^a dispõe de até 15 minutos.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a imprensa, neste final de semana, noticiou e especulou sobre a possibilidade de acordos em relação às investigações e punições das CPIs em vigor; noticiou a possibilidade de acordos entre o PL e o PTB e acrescentou a existência de diálogos entre governistas, membros do Poder Executivo e líderes da Oposição.

Como Presidente Nacional do PFL, quero afirmar que o meu Partido não aceita conchavos, acordos, acordinhos ou acordões. Queremos as investigações e a punição dos corruptos e corruptores.

O PFL vem alertando o Governo Lula desde o caso Waldomiro Diniz, abafado na sua CPI requerida e somente agora instalada mediante uma decisão por 9 a 1 do Supremo Tribunal Federal.

O PFL, neste momento, deseja e está representando o pensamento da sociedade brasileira, que não aceita nenhum diálogo imoral.

Por outro lado, o PFL tem que se manifestar também a respeito de uma sugestão feita pelo eminentíssimo Senador Jefferson Péres, uma das grandes figuras do cenário político nacional e que honra esta Casa, que sugeriu um entendimento entre Governo e Oposições, entre os principais partidos, para que houvesse uma blindagem na economia brasileira.

Com todo o respeito a S. Ex^a, que merece e merece muito, o PFL, como Partido, coloca-se em oposição responsável e fiscalizadora e continuará tratando dos assuntos nacionais onde deve tratar, no Congresso, por meio de seus Líderes, comparecendo às reuniões de Líderes, sob o comando dos Presidentes das duas Casas, ajudando na confecção da agenda, discutindo os projetos prioritários, adotando posições, por meio de sua Executiva e de suas Bancadas, para dizer se vota “sim” ou se vota “não”, porque o PFL entende que

o Governo Lula não tem autoridade moral, política e administrativa para que com ele, por intermédio dos membros do seu Executivo, sentemo-nos à mesa.

Não tem autoridade moral porque não soube, não conseguiu, foi permissivo em relação à corrupção que se alastrou em muitos órgãos da administração indireta e direta.

Não tem autoridade política porque, optando pelo sistema de cooptação de partidos e Parlamentares para formar a chamada base aliada, utilizou meios incompatíveis com o Congresso Nacional e com a representação popular, chegando a esta triste figura histórica do “mensalão”, cuja existência vem sendo comprovada por todos os depoimentos.

E não tem autoridade, o Governo Lula, de ordem administrativa. Recordo que o seu primeiro ato foi a criação de quinze Ministérios, sinalizando, de um lado, que não tinha preocupação com gastos públicos; e, de outro lado, que estava, isto sim, preocupado em acertar a vida de seus candidatos derrotados nos Estados para Governador e Senador e que participaram da campanha eleitoral, um único mérito de qualificação.

Não tem autoridade administrativa porque aumentou de forma exagerada e exasperante a carga tributária, que hoje chega a quase 40%, transformando o contribuinte brasileiro em um verdadeiro burro de carga. Não tem autoridade administrativa porque, em vez de coibir as invasões em nome da propriedade privada, estimulou, fazendo presentes nos cargos administrativos elementos ligados ao MST, um movimento sem qualquer legalidade.

Não tem autoridade moral porque usou e abusou da publicidade oficial. Não tem autoridade porque faltou com a verdade para com os seus eleitores, prometendo e não cumprindo um aumento que deveria dobrar o salário mínimo e dez milhões de empregos novos.

Agora, o Governo teve a última chance de recuperar sua autoridade, de buscar sua credibilidade na reforma ministerial. A sociedade brasileira esperava um gesto que se traduzisse num choque de gestão. No entanto, nós, que poderíamos ter uma diminuição de 20 Ministérios desnecessários, 17 mil a 18 mil cargos em comissão dispensáveis e utilizados apenas politicamente. Esperávamos também – nós que representamos a sociedade brasileira – que o Presidente fosse buscar nomes de destaque entre os intelectuais, entre os formadores de opinião, entre os brasileiros vitoriosos, para compor sua nova equipe. Vimos dissipar-se essa possibilidade.

Para blindar a economia, não há necessidade de Partidos de Oposição; é preciso vontade política. A vontade política faz-se por atos. Os atos que deixaram de ser feitos no momento em que houve a reforma

ministerial poderiam, também, ser seguidos de ações que beneficiariam a economia brasileira, tal como a de reduzir em 70% ou 80% a publicidade oficial. Só a conta da Petrobras, este ano, está chegando a R\$800 milhões e tem, praticamente, o monopólio. São R\$800 milhões em publicidade! Vai-se ultrapassar a barreira de R\$1,5 bilhão entre a administração direta e indireta. A redução para 20% desse montante era mais do que suficiente. As diárias e viagens, no ano passado, chegaram a R\$900 milhões e poderiam ser reduzidas em pelo menos 50%. O Aerolula, o símbolo do deboche com o dinheiro público, poderia ser vendido, para que o Governo pudesse propor, então, uma nova fase, em que tivesse credibilidade real perante a opinião pública brasileira.

A Oposição vê a crise como favorável, até o momento, à economia. Basta verificarmos os números. No mês de maio, que foi atingido só na parte final pela crise moral e política, houve um superávit primário de R\$3,128 bilhões. A crise acelerada no mês de junho trouxe um superávit de R\$5,890 bilhões. Praticamente dobrou o superávit de maio para junho, por uma razão simples: o Governo, assustado, sofre de gás paralizante. As pessoas têm receio de assinar cheques, de emitir ordens de serviço, de assinar novas licitações, e o Governo, perdulário, que gasta mal, acumula recursos, que beneficiarão a sociedade, porque darão a oportunidade, que já deveria ter sido exercida pelo Banco Central, de baixar os juros de forma acentuada e permitir que o setor produtivo, mais aliviado, possa fazer o País crescer e gerar empregos.

Portanto, devemos acrescentar ainda que a arrecadação aumentou – não foi a crise que trouxe problemas –, que a economia internacional não sofre nenhum desassossego e que o único que balança a economia é o próprio Presidente da República, quando procura fazer exercícios chavistas, que não são compatíveis com a sua função. O Presidente deveria trabalhar menos no sentido da sua reeleição e mais pelo Brasil, deixando de lado viagens desnecessárias, para fazer valer sua presença como Chefe de Estado.

É por isso que o PFL repete: não nos sentaremos à mesa com o Executivo Federal e seus representantes, por sua falta de autoridade moral, política e administrativa, mas estaremos aqui, no Congresso Nacional, para discutir, com profundidade, todos os projetos em tramitação e aqueles que venham a ser apresentados para apreciação, discussão e votação. Esse é o nosso dever.

Fomos a Oposição no primeiro dia de Governo, porque entendemos que quem nos colocou nessa situação foi a sociedade brasileira. Quem ganha é Governo, quem perde é Oposição; quem ganha deve

governar bem e não proteger corruptos, quem perde deve fiscalizar bem, investigar e penalizar aqueles que estão fora da legalidade.

Por isso, o PFL continuará na sua linha de Oposição responsável e fiscalizadora e repudia qualquer tipo de acordo menor em face daqueles que não cumpriram com seu dever e sua responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Jorge Bornhausen.

Concedo a palavra ao eminentíssimo Senador Paulo Paim, sem prejuízo dos oradores inscritos, por até 15 minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, venho à tribuna, para comentar com alegria o anúncio da política de parceria que certamente vai trazer resultados positivos para a população do Rio Grande do Sul. Refiro-me à parceria do Governo Federal com a Universidade da Região da Campanha – Urcamp.

Senador Tião Viana, no último dia 27, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve em Bagé, para anunciar uma nova parceria que possibilitará o ensino público gratuito, visando a atender a grande demanda da região chamada metade sul.

Acredito que essa iniciativa, com essa demanda, vai viabilizar, em curto espaço de tempo, o pleno funcionamento da Universidade Federal do Pampa.

Refiro-me com orgulho a essa parceria, que definitivamente federaliza a universidade e proporciona o ensino público superior gratuito à população da metade sul do Rio Grande. Digo isso com alegria, porque apresentei, ainda no ano passado, nesta Casa, o Projeto de Lei nº 154, que autoriza o Poder Executivo a federalizar a Universidade da Região da Campanha, na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul, e, por esse motivo, graças – claro – à obra do Ministro Tarso Genro, de todos os Prefeitos da região e do Presidente Lula, percebe-se que a universidade se torna realidade.

Quando apresentei o projeto, conversei com o Ministro Tarso Genro e com o Secretário Executivo Jairo Jorge, que apoiaram a iniciativa, já que havia uma grande mobilização da metade sul pela universidade.

Comento, também, Sr. Presidente, que um dos problemas que a região da metade sul sofre é com relação à falta de investimento, o que resultou, por muito tempo, no atraso econômico e social da região. Essa situação de estagnação gerou um aumento muito grande do desemprego.

Tais fatos sempre nos incentivaram a defender e acreditar que essa parceria de transformar a Urcamp em universidade federal traria maiores investimentos

e capacitação científica e tecnológica para toda aquela região.

A sede da universidade no Município de Bagé já atendia a sete campi localizados nas cidades de Alegrete, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, São Borja, São Gabriel e Santana do Livramento. Agora, com a federalização da Urcamp, vamos poder atender também os estudantes de Jaguarão e Uruguaiana. Enfim, todos serão beneficiados, porque antes desse ato, encaminhado pelo Ministro Tarso Genro e referendo pelo Presidente Lula, repito, a Urcamp não era universidade federal, não era pública, não era gratuita.

Devemos ressaltar também que o novo cenário possibilitará utilizar a estrutura existente para a implantação de uma nova instituição, mas com a permanência de todo o corpo docente e dos funcionários da própria universidade, com a devida ampliação.

A federalização da Urcamp já é uma realidade! Uma realidade da efetiva aplicação da democracia com o investimento no social. É isso que o Governo Lula está fazendo com esse ato.

A Universidade da Região da Campanha possibilita maior capacitação ao cidadão de baixa renda, fator que certamente irá culminar com o desenvolvimento da região, o que será bom para o Rio Grande, para o nosso povo e para o País.

Cumprimentamos aqui o Reitor da Urcamp, Professor Francisco Arno Vaz da Cunha, o Ministro Tarso Genro, o Presidente Lula, os prefeitos, a sociedade organizada e toda a região da Campanha pelo empenho depositado em prol desse tema que nos é tão querido.

Todos estão de parabéns pela grande mobilização. É a realização do sonho da Universidade dos Pampas que sai do papel e começa a ser construído.

Sr. Presidente, não acompanhei o Presidente Lula porque eu estava fazendo palestra em outro Estado sobre o Estatuto do Idoso, mas me senti como se lá estivesse, na presença dos companheiros e do próprio Presidente, que esteve inclusive na minha cidade, Canoas, visitando a Refinaria Alberto Pasqualini, onde estavam sindicalistas e companheiros de Partido que ficaram muito felizes com o contato direto com o Presidente, que foi aplaudido inúmeras vezes pela forma clara, transparente, nítida como ele se comunica com a população, falando aquilo que efetivamente a população esperava. Foi muito bom para nós, de Canoas, foi muito bom para todos os funcionários da Petrobras/Canoas, foi muito bom para nossa região da Campanha a presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Alguns, Sr. Presidente, tinham uma expectativa de que, com a troca do Ministro Olívio Dutra, haveria,

na chegada do Presidente Lula ao Rio Grande, alguma ato de constrangimento. Isso, na verdade, não houve, tanto em Bagé como em Canoas o Presidente foi muito bem recebido, inclusive, na caminhada que fez, estavam lá inúmeros companheiros de Olívio Dutra, numa posição solidária, entendendo que o Presidente está fazendo o que pode de melhor para o País.

Confesso que fiquei feliz, ouvindo o noticiário de hoje ao meio dia, por saber que o saldo da balança comercial, Líder e Presidente Tião Viana, foi o maior de toda a história do País.

Há todo um debate sobre a crise política. E o Presidente tem dito e quero reafirmar: a CPI há de cumprir o seu papel; mas o País não pode parar. A economia está muito firme, está firme e continua crescendo.

Líder Tião Viana, não era a minha intenção falar desse tema hoje, mas vou aproveitar o tempo. Sou totalmente favorável a uma agenda mínima. Não vejo por que alguém possa ser contra uma agenda mínima para que o Congresso continue trabalhando, sem prejuízo algum dos trabalhos que a CPI 1 a CPI 2, a CPI 3 e a CPI 4 possam fazer.

Mas por que, como diz o nosso Senador Jefferson Péres, como diz o Ministro Jaques Wagner e como dizem outros Líderes do Congresso, por que não podemos... Vejam bem: 513 mais 81, são quase 600 Parlamentares. Nas CPIs não há 100 Parlamentares trabalhando. Temos, portanto, 500 Parlamentares que podem muito bem estar aqui debatendo e votando.

Alguns me dizem que, em momento de crise, não é possível fazer reforma política. Sinceramente, meu Líder Tião Viana, se esse quadro é verdadeiro, como dizem alguns, o que vamos fazer? No próximo ano, iremos para uma disputa eleitoral baseados nos moldes do que hoje das leis eleitoral e política? Ora, existe aí uma crise que passa pela reforma política. Não faz sentido não fazermos algumas mudanças para evitarmos que daqui há dois ou três anos estejamos novamente debatendo em uma CPI sobre a questão de termos ou não feito a reforma política.

Os fatos estão aí. Temos obrigação de, nesse momento, fazer um bom debate sobre a reforma política e avançar naquilo que for possível. Por que não fazer o bom debate da reforma tributária e votarmos o que for possível?

Alguns me dizem que eu falo sempre do salário mínimo e dos aposentados. Ora, tenho também que responder. Quem definirá o salário mínimo no próximo ano é a peça orçamentária que é votada em dezembro. Então, por que não estabelecemos um debate? Já propus inclusive que haja uma comissão mista de Deputados e de Senadores, já aprovada, para que possamos debater um projeto – e não é aquela histó-

ria sobre se serão R\$300,00, R\$400,00 ou R\$500,00 – um projeto de salário mínimo para ser implantado a partir do ano que vem, contemplando os milhões de aposentados e pensionistas. Poderíamos estar fazendo esse debate, e não depois, de forma atrapalhada e até truculenta. Na última hora, vota-se a peça orçamentária e aponta-se um número. E alguém pergunta: mas de onde vem esse número? Ninguém sabe.

Agora, poderíamos discutir a situação da Previdência, a situação dos aposentados, o valor do salário mínimo – que é possível – e, quem sabe, já a sua implantação de uma forma escalonada, como V. Exª pensa, Senador Tião Viana – e sei também que a Senadora Ideli é simpática a ela. Vejo que o Ministro do Trabalho Luiz Marinho também, o que é muito positivo. Quem sabe, já a partir de 1º de janeiro. E vai fazendo uma transição de maio para janeiro, baseado naquilo que a peça orçamentária puder efetivamente concluir como possível, numa perspectiva de que o salário mínimo no Brasil atenda ao que mandam os arts. 6º e 7º da Constituição, de forma que o trabalhador e a sua família tenham um salário mínimo adequado.

Insisto na tese porque entendo que os aposentados e pensionistas, que são em torno de 22 milhões, também gostariam de receber pelo menos o mesmo percentual que for dado ao salário mínimo.

Sr. Presidente, nessa primeira fala que faço, depois de um recesso – queiramos ou não houve, durante o mês de julho, um recesso branco em matéria de votação nas Comissões e nos Plenários da Câmara e do Senado – esperamos poder aprovar, quem sabe, o Projeto nº 58, que garantirá a reposição das perdas acumuladas dos aposentados e também dos pensionistas.

Concluo, Sr. Presidente, cumprimentando a decisão tomada pelo Presidente Lula em relação à Universidade dos Pampa e cumprimento a todos os Líderes que estão a discutir uma agenda mínima, sem prejuízo dos trabalhos feitos pelas CPIs aqui na Casa, ou seja, no Congresso Nacional.

Sr. Presidente, considero fundamental que voltemos a debater, a votar e a dar respostas à expectativa da população. Com certeza, a população aguarda os resultados das CPIs, mas também espera que avancemos nos debates aqui, no Congresso, na linha da saúde, do emprego, da renda, da educação, bem como no aperfeiçoamento dos estatutos, como o do idoso, para garantir definitivamente alguns avanços que, infelizmente, estão sendo barrados por liminares encaiminhadas principalmente na questão dos transportes interestadual e intermunicipal; há ainda o Estatuto da Igualdade Racial, o Estatuto da Pessoa Portadora de

Deficiência, o Estatuto do Índio. Portanto, matérias não faltam, Sr. Presidente.

Se houver – e tenho certeza de que haverá por parte dos Srs. Parlamentares – disposição para o debate de uma agenda mínima, ela pode ser acertada. Passaremos, então, a votar, a deliberar, e quem ganha com isso é o processo democrático, o Congresso Nacional e o povo brasileiro.

Era isso. Obrigado, Sr. Presidente.

**SEGUE, NA ÍNTegra, DISCURSO
DO SR. SENADOR PAULO PAIM.**

O SR PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Pronunciamento em que apóia a parceria entre o Governo Federal e a Urcamp, por corroborar com o projeto do Senador Paulo Paim, PLS 154/2005. A matéria propõe investimentos e políticas eficazes para a universidade e para o crescimento econômico e social do Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o que nos traz a esta tribuna hoje é o anúncio de um trabalho conjunto que certamente vai trazer resultados positivos para a população do Rio Grande do Sul. Falamos da parceria do Governo Federal com a Universidade da Região da Campanha – Urcamp.

No último dia 27, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve em Bagé para anunciar essa nova parceria que possibilitará ensino público gratuito, visando atender a grande demanda da região pela graduação.

Não podemos deixar de ressaltar que o Presidente Lula foi muito bem recebido em Canoas, cidade em que fui presidente do sindicato dos metalúrgicos. Lá, o Presidente visitou a refinaria Alberto Pasqualine, e diante dos trabalhadores esclareceu que está trabalhando para que o Brasil tenha mais justiça social e econômica, mas afirmou que ainda temos muito o que fazer pelo País.

Acreditamos que essa iniciativa vai viabilizar, em um curto espaço de tempo, o pleno funcionamento da Universidade Federal do Pampa.

Falamos com felicidade e orgulho dessa parceria que, definitivamente, federaliza a universidade e proporciona ensino público superior gratuito à população da metade sul do Rio Grande do Sul.

Apresentamos neste ano o Projeto de Lei nº 154 que “Autoriza o Poder Executivo a federalizar a Universidade da Região da Campanha, na cidade de Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul”, e por esse motivo muitas vezes fui motivado a vir aqui nesta tribuna discursar em favor deste assunto.

Um dos problemas que a região da metade sul sofre é com relação à falta de investimentos, o que re-

sultou por muito tempo no atraso econômico e social da região. Essa situação de estagnação gerou também aumentos significativos nas taxas de desemprego.

Tais fatos sempre nos incentivaram a defender e acreditar que essa parceria de transformar a Urcamp em universidade federal traria mais investimentos e capacitação científica e tecnológica para a região.

A sede da universidade no município de Bagé já atendia a sete campus localizados nas Cidades de Alegrete, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, São Borja, São Gabriel e Santana do Livramento. Agora, com a federalização da Urcamp, os estudantes de Jaguarão e Uruguaiana também serão beneficiados.

Devemos ressaltar ainda que o novo cenário utilizará a estrutura existente para a implantação de uma nova instituição, mas com a permanência do seu corpo docente e funcionários da própria universidade.

A federalização da Urcamp já é uma realidade! Uma realidade da efetiva aplicação da democracia.

É a Universidade da Região da Campanha possibilitando ao cidadão de baixa renda maior capacitação, fator que certamente irá culminar para o desenvolvimento da região e do País.

Parabenizamos o Presidente Lula, o reitor da Urcamp, Professor Francisco Arno Vaz da Cunha, o Ministro Tarso Genro, os prefeitos, a sociedade organizada e toda a região da Campanha pelo empenho depositado em favor do assunto.

Todos estão de parabéns pela grande mobilização. É a realização do sonho da Universidade do Pampa que sai do papel e começa a ser construído!

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge, sem prejuízo da lista de oradores. S. Ex^a dispõe de até 15 minutos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, vemos toda essa situação de mensalão, de recursos para campanha política sem que tenham sido devidamente contabilizados, e, ontem, o **Jornal do Comércio**, de Recife, um dos principais órgãos da imprensa pernambucana e brasileira, trouxe, na primeira página do jornal, a seguinte manchete: “PT não declara R\$1,2 milhão ao TRE”. Segundo a edição do **Jornal do Comércio**:

O PT local ‘esquece’ de declarar R\$1,2 milhão. O dinheiro enviado para a campanha de 2004 pela tesouraria nacional do Partido, então comandada por Delúbio Soares, não foi declarado à Justiça Eleitoral pelo PT de Pernambuco. A irregularidade aumenta o

clima de tensão entre petistas, acuados por denúncias de corrupção.

O dinheiro teria sido doado pelo Diretório Nacional para reforçar o caixa do Partido durante a campanha municipal de 2004. É preciso dizer que esse dinheiro foi doado legalmente. Era do caixa um do PT, e não do caixa dois. Não era daquele administrado pelo Sr. Delúbio Soares e pelo Sr. Marcos Valério, como caixa dois. Era um dinheiro regularmente inscrito no PT, provavelmente proveniente do fundo partidário ou de algum empréstimo realizado, mas, de qualquer maneira, não era do caixa dois.

Na prestação de contas apresentada ao Tribunal Regional Eleitoral, o Partido dos Trabalhadores só indicou o repasse de R\$125 mil, ou seja, pouco mais de 10% do valor real.

Na declaração ao TRE, o Partido dos Trabalhadores informa que arrecadou R\$287 mil durante todo o ano de 2004, apenas 24% do valor que o PT nacional comunicou ao Tribunal Superior Eleitoral como tendo repassado ao Diretório Regional de Pernambuco. Isto é, o PT nacional repassou ao diretório estadual ou comunicou ao TSE, na sua contabilidade, na sua prestação de contas, que repassou ao PT do Estado de Pernambuco, e este, por sua vez, não comunicou ao Tribunal Regional Eleitoral que recebeu.

Perguntado sobre a omissão, o ex-presidente do PT, à época, e atual primeiro vice-presidente, Dilson Peixoto, disse que “desconhecia a transferência de R\$1,2 milhão”. Esse valor, na contabilidade do PT de Pernambuco, deve ser tostão, porque ninguém passa R\$1,2 milhão sem que ninguém veja. É mais ou menos o equivalente a passar um elefante na frente da sua casa e você não ver. Foi o que aconteceu.

Ele era presidente, o que, aliás, não é de admirar porque, nesse Governo, as pessoas nunca sabem das coisas. Lula não sabia do mensalão; Zé Dirceu, muito menos; o Presidente Genoíno, coitado, nunca tinha ouvido falar. Na realidade, isso tudo acontecia passando pelo nariz deles.

O Presidente do PT de Pernambuco também nunca ouviu falar nesse R\$1,2 milhão que passou na sua porta. Ele demonstrou dúvidas se deveria ou não declarar o dinheiro recebido de Delúbio Soares. Também não sabia que tinha que declarar. Todos sabem que dinheiro na campanha tem de ser declarado. Palavras textuais: “Não sei se precisamos declarar. Na verdade, a origem do dinheiro é da Nacional e repassamos para os Municípios. Como recebemos em material, acho que não precisamos declarar”.

Errado. Tinha obrigação de declarar.

O tesoureiro do Partido, Sr. Francisco de Assis Ferreira Lima disse que:

A doação não foi registrada porque até o último dia 30 de abril [abril deste ano – a eleição foi em outubro], prazo final para os partidos políticos entregarem a documentação ao TRE, a Nacional [quer dizer, o Diretório Nacional do PT] não havia repassado a nota fiscal.

Ora, se não tenho a nota fiscal, não declaro. O certo, de acordo com a legislação, é fazer a declaração e dizer que depois manda a nota fiscal – isso seria o correto.

Parece que, à semelhança do repasse para o PTB do Deputado Roberto Jefferson, os tais R\$4 milhões, cuja nota fiscal até agora não foi mandada, o PT não gosta de dar recibo de suas doações.

Passados três meses do prazo legal para a oficialização do repasse para o PT de Pernambuco, o recibo até agora não chegou. O Vereador Dilson Peixoto, que é o vice-presidente, disse hoje num programa de rádio, em Recife, que entregará o recibo amanhã. Até agora, não entregou.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a defesa do PT não tem qualquer previsão legal. A coordenadora de Controle Interno do Tribunal Regional Eleitoral, Paula Cristina de Menezes Teixeira, informou que “a legislação eleitoral não deixa brecha para nenhum partido ou candidato eximir-se de declarar uma doação que não tenha sido repassada em dinheiro”. Isto é, uma doação, em dinheiro ou não sendo em dinheiro, tem de ser declarada da mesma forma.

Mas apenas o manuseio das contas oficiais pode explicar outro feito do PT de Pernambuco, que declarou que arrecadou e gastou R\$287 mil e, assim mesmo, teve um superávit de R\$62 mil que ninguém sabe de onde veio.

Fora disso, verificou-se que o PT no nosso Estado, como ocorre no Brasil inteiro, tem o chamado Campo Majoritário; no entanto, diferentemente do restante do País, esse Campo Majoritário tinha uma sede separada, existindo, portanto, duas sedes do PT lá. Não sei se isso acontece em outros Estados. Talvez outros Deputados ou Senadores do PT possam esclarecer.

Aqui estão as fotos, Sr. Presidente: são duas casas em Recife. As duas são parecidas por serem vermelhas. Uma é a sede oficial do PT, e a outra é a sede do chamado Campo Majoritário. Cada um tem uma sede diferente, sendo pagos dois aluguéis, o que significa que havia muito dinheiro sobrando.

Não conheço e não sei se em outros Estados é assim. O PT tem uma sede, e o Campo Majoritário tem outra. Isso é o que acontecia em Pernambuco.

Aliás, quando terminou a eleição passada, pediram-me uma declaração sobre o que eu havia percebido de diferente naquela eleição. Eu disse que a única coisa diferente que percebera era que o PT estava rico. Realmente, o PT deu uma demonstração de grande disponibilidade de recursos na eleição municipal do ano passado, não só em Recife, como nos Municípios do Estado.

Hoje, nós já desconfiamos da origem desse dinheiro. Assim mesmo, até daquele dinheiro recebido legalmente, via Diretório Nacional do partido, não prestaram contas devidamente.

Nós, do PFL, estamos analisando uma forma de entrar com uma representação junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Pernambuco para fazer com que o PT explique por que esse dinheiro não foi contabilizado, de onde ele veio e, assim, fornecer subsídios ao Tribunal para aprovar ou não as contas do partido no Estado de Pernambuco.

Gostaria de dizer também que a má prestação de contas acarreta, em primeiro lugar, a suspensão do pagamento do Fundo Partidário aos partidos infratores das normas eleitorais vigentes. Em segundo lugar, tendo em vista as acusações feitas, pode-se considerar que as candidaturas do PT, inclusive a de Recife, onde a candidatura do Prefeito João Paulo foi vitoriosa, estão **sub judice**.

Verificamos que isso se encaixa em todas essas questões que estão acontecendo em âmbito nacional, e sempre há o desconhecimento por parte do chefe, que deveria ter conhecimento de tudo. Tomemos, como exemplo, essa questão do caixa dois do PT. O Sr. Delúbio Soares confessa que usou um caixa dois, que tomou empréstimos junto ao banco com o aval do Sr. Marcos Valério – empréstimos levantado oficialmente pelo PT – e que, extra-oficialmente, contraiu uma quantidade muito maior de empréstimos para o PT por intermédio do Sr. Marcos Valério. Na época, ele tomou a decisão de tomar empréstimos para o PT de cerca de R\$6 milhões de reais, com o aval do Marcos Valério, nos bancos BMG e Banco Rural.

Há um outro empréstimo, feito em nome do Sr. Marcos Valério, de mais de R\$40 milhões. E ele fez isso sem consultar ninguém! Ele decidiu sozinho! Como podemos admitir que um funcionário do partido possa ter feito isso sozinho? Sim, porque o Sr. Delúbio era Tesoureiro do PT – era não, é Tesoureiro licenciado, pelo menos por enquanto! É o Tesoureiro do PT, não era um político que tivesse um mandato e uma representatividade. Ele era um funcionário do partido, recebia um salário de R\$11 mil ou R\$12 mil para ser Tesoureiro

do PT. Era um funcionário, não tinha o **status** de um representante político.

Ele tomou empréstimos de R\$6 milhões para o PT – as finanças do partido, aparentemente, estão arrasadas; parece que deve mais de R\$20 milhões na praça. Além disso, Delúbio levantou empréstimos de R\$40 milhões no nome do Sr. Marcos Valério. E ninguém sabia!

O Ministro José Dirceu, que era o presidente efetivo e real do PT – foi presidente durante muitos e muitos anos, montou o partido, levou Silvinho, Delúbio, Marcelo Sereno, todas essas pessoas para tomarem conta do PT –, não sabia de nada? Diz-se que ele não sabia de nada, que nunca ouviu falar desses empréstimos, nunca ouviu falar do “mensalão”.

E o Presidente Lula? Esse sabia menos ainda! José Dirceu sempre disse: “Tudo o que eu faço eu digo a Lula”. Quando diziam que era ele quem mandava, dizia: “Eu não mando nada. Tudo eu digo a Lula”. Então, ele e o Presidente Lula não sabiam?

Nós, que estamos aqui do outro lado do balcão, vamos dizer assim, a população brasileira, como vamos acreditar numa história dessas? Como admitir tanta autonomia para um auxiliar? Sim, porque o Delúbio, na verdade, era um auxiliar de José Dirceu e de Genoíno, que comprava, vendia e tomava empréstimos em nome dele e em nome de terceiros. Como admitir que ele tenha feito essa bagunça geral – o termo é esse mesmo – sem que o Presidente soubesse?

O Presidente, na realidade, nunca sabe de nada. Tudo bem! Tendo em vista até minimizar a crise do nosso País, vamos acreditar que o Presidente não soubesse de nada – sou um cara crédulo, acredito em Papai Noel e em todas essas coisas. Então, vamos dizer o seguinte: “Lula não sabia de nada”. Tudo bem! Eu concordo. O Ministro José Dirceu, que era o chefão geral, o primeiro-ministro, também não sabia de nada. Aí já não dá mais para acreditar. Nem quem acredita em Papai Noel pode acreditar em uma coisa dessa.

Amanhã, o Ministro José Dirceu prestará seu depoimento. Espero que ele assuma sua responsabilidade e que diga: “Eu montei um esquema. Os fins justificam os meios. Era para fazer o melhor pelo Brasil. Precisávamos comprar um bocado de deputados, então, montamos esse esquema que, infelizmente, deu errado”. Que S. Ex^a assuma a responsabilidade e não queira responsabilizar um funcionário do partido por decisões dessa gravidade.

Portanto, Sr. Presidente, a Nação inteira espera que amanhã, no Conselho de Ética da Câmara, o Deputado José Dirceu assuma as suas responsabili-

dades e admite ter metido o PT, o Governo e o País nesse buraco.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Antônio Leite.

V. Ex^a dispõe de até 15 minutos.

O SR. ANTÔNIO LEITE (PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, no Brasil, duas formas corriqueiras de desperdiçar recursos públicos decorrem da ação do Governo implementada sem base em um planejamento estratégico bem concebido e elaborado e, segundo, da facilidade com que se abandona a ação antes do seu término. Daí estar o Brasil repleto de obras fantasmas, de obras inacabadas que se erguem e jazem como verdadeiros epônimos da improvisação, da ineficiência e da pusilanimidade.

Neste breve pronunciamento, quero lamentar, em parte, o que tem acontecido com a ferrovia Norte-Sul. A ferrovia Norte-Sul foi concebida e iniciada pelo Presidente José Sarney, no âmbito de uma visão de desenvolvimento de longo prazo, não apenas dos Estados do Maranhão e do Pará, mas de todo o País, pois atravessaria as regiões Norte e Centro-Oeste, interligando-se, ao norte, com a ferrovia dos Carajás e, ao sul, com a ferrovia Centro-Atlântica.

Daria escoamento ao produto de 1800 quilômetros quadrados do cerrado brasileiro, que, há vinte anos, colocava no mercado quatro milhões de toneladas de grãos; hoje coloca quatro milhões de toneladas, e estudos há que estimam em 140 milhões de toneladas a potencialidade de produção do corredor a ser beneficiado pela ferrovia Norte-Sul. Uma vez concluída, a ferrovia Norte-Sul interligará o Norte do Brasil e o Centro-Oeste com todos os grandes portos marítimos brasileiros: Itaqui, Santos, Vitória, Sepetiba e Rio de Janeiro.

Essa ferrovia, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, para o bem do Brasil, em nenhuma hipótese pode ser abandonada. Sua construção deve ser concluída sem tergiversação, inclusive com atenção para os desdobramentos aconselháveis a partir dela.

A propósito desses desdobramentos, um está em pauta. Refiro-me à propriedade da instalação de linha normal para passageiros entre Imperatriz e Pequiá, em Açaílândia, beneficiando também o Município de Estreito e muitos outros. Nesse trecho, de aproximadamente setenta quilômetros, já existe a linha ferroviária, porém, no momento, apenas para transporte de

grãos; a instalação de uma linha normal de passageiros atenderá a antigo anseio da população, que, hoje, para ir a São Luís ou à Serra dos Carajás e a todas as cidades existentes nesse percurso utiliza o ônibus até Açaílândia, onde deixa o ônibus e passa para o trem. A instalação de linha de passageiros entre Imperatriz e Açaílândia é demanda há tempo desejada pela população tocantina, já pedida pelo Senador Edison Lobão. Ela é viável e, certamente, de muito baixo custo.

Requeiro, portanto, em nome dessa população, à Valec e à Vale do Rio Doce que realizem estudo de viabilidade para reimplantar – repito: reimplantar – o transporte ferroviário de passageiros entre as cidades de Imperatriz e Açaílândia. A iniciativa terá grande impacto social e será de capital importância para o desenvolvimento dos Municípios circunvizinhos.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti, por até 15 minutos.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, depois de quase dois meses de trabalho praticamente ininterrupto desde que tivemos as primeiras denúncias que, depois, desencadearam a abertura e o início dos trabalhos da CPMI dos Correios – agora já estamos com outras CPIs em andamento aqui, no Congresso Nacional, como a da compra de votos, do mensalão e também a dos bingos –, esse final de semana foi o primeiro, nesses quase dois meses, em que tive a oportunidade de descansar efetivamente. Aproveitei o final de semana que me deram para fazer, talvez, uma das coisas de que mais gosto naquela ilha maravilhosa em que moro, Florianópolis: circular e andar, conversar com as pessoas, jogar conversa fora, sentar no mercado público ao meio-dia de um belíssimo dia de sol e poder ter contato com as pessoas que circulam, que por ali transitam, que vão ali ter um momento de desconcentração. Fiz isso, nesse final de semana, na minha querida Florianópolis.

E nessa minha passagem, que acabou não sendo descontraída porque as pessoas estavam ansiosas por saber as coisas. Ouvi várias perguntas, algumas das quais extremamente repetitivas, que considero uma boa medida da angústia das pessoas neste momento do nosso País. Talvez a que mais tenha escutado tenha sido: “Em que isso tudo vai dar?” As pessoas estão curiosas por sabê-lo. A outra questão que as pessoas perguntaram: “Vão ser punidos mesmo? Vai haver punição?” Várias pessoas também me perguntaram:

"E os de antes? Como ficam? Isso não é novidade. Já aconteceu outras vezes". Perguntaram também: "E o que está dando certo continuará ou vamos jogar tudo no ralo, vamos deixar tudo se perder?"

Essas foram, fundamentalmente, as perguntas que tive oportunidade de escutar na convivência um pouco mais descontraída desse final de semana com a população da minha querida Florianópolis.

Registro que essas quatro angústias são as angústias de todos aqueles que estão comprometidos em encontrar, na situação em que o País se encontra nos dias de hoje, o rumo de como é que vamos transitar por este período, de tal forma que o resultado disso tudo seja efetivamente uma mudança de qualidade na administração pública, de bloqueio dos mecanismos de corrupção que efetivamente existem na máquina pública, para que possamos ter transformações de fundo não só no Executivo e no Legislativo, mas também no Judiciário, que embora passe meio despercebido nesse processo todo, tem um papel relevante no saneamento e de depuração da sociedade brasileira. E que possamos, além de dar esses saltos de qualidade em nível da estrutura do Estado brasileiro, realizar e efetivar as punições daquilo que realmente for comprovado e que não entremos numa lógica, como já tive a oportunidade de dizer, de prazo de validade. Ou seja, que não se mude o foco para que essa questão, que está entranhada na máquina pública da corrupção, não seja esquecida, não ocorra uma verdadeira amnésia de algumas personalidades ao fazerem suas declarações e, assim, possamos preservar o que está dando certo.

Como essas preocupações estão na mente e no coração dos que estão envolvidos e imbuídos em encontrar alternativas, na sexta-feira, apesar de terem me dado três dias para descansar, fui trabalhar um pouco. Participei de uma reunião importante, a última da administração do Presidente da Federação das Indústrias do meu Estado, Dr. Xavier Faraco, com quem mantive uma boa parceria ao longo do período em que esteve à frente da Presidência por conta de várias demandas que tivemos em Santa Catarina ligadas à infra-estrutura do nosso Estado.

Fui, então, à reunião da última diretoria, comandada pelo Dr. Xavier Faraco, para dar um abraço de solidariedade e até de agradecimento por tudo que tivemos condições de realizar em conjunto, no interesse de Santa Catarina. Mas ele acabou me segurando e participei da última reunião administrativa comandada pelo Dr. Faraco. E foi muito interessante debater com todo o PIB de Santa Catarina, pois estavam lá todos

os segmentos econômicos do nosso Estado. A maior parte dos empresários catarinenses têm a preocupação, que já tinha sido demonstrada inclusive ao longo dos últimos dias, de que essa retomada de crescimento, essa situação criada no nosso País, onde estamos tendo indicadores e mudanças econômicas significativas, enfim que tudo pudesse ser preservado, mantido, para que a crise política passe de tal forma que não se jogue, como se costuma dizer, a água junto com a criança na hora de esvaziar a bacia.

Então, o debate feito com o setor empresarial de Santa Catarina me foi muito elucidativo sob a ótica de como o empresariado estava vendo, no meu Estado, toda essa questão.

E para nós é muito importante registrar, apesar das declarações de vira-casaca – toda semana tem declarações bombásticas, contundentes –, que aquilo que tivemos condição de fazer neste País, que o Presidente Lula teve condição de fazer, vem da lógica dos compromissos. Vem a **Vox Populi** e apresenta um resultado de uma pesquisa em que 60% da população reconhece, na política social do Governo Lula, exatamente o compromisso do Governo Lula com a inclusão social. Porque, se assim não fosse, a população não reconheceria, comparativamente com o Governo que antecedeu o Governo Lula, essa diferença significativa de 60% da população reconhecendo como eficiente, como uma política propositiva, inclusive da população de mais baixa renda – 60% comparativamente com 15% que do Governo anterior.

Houve crescimento, geração de emprego – e os números são extremamente contundentes – com toda a situação que vivenciamos e da forma como recebemos o País, com a pequeníssima margem de manobra para colocar novamente este País para crescer, já que estava comprometido com o pagamento da dívida, com o pagamento dos compromissos anteriores, dos contratos, inclusive a própria administração da inflação com os contratos nos preços administrados das tarifas públicas, isso tudo criando uma grande dificuldade.

Houve a retomada significativa do crescimento, com a geração de emprego, cujo índice já ultrapassou a faixa de três milhões de empregos com carteira assinada em dois anos e meio, um número significativamente maior que os empregos criados no Governo anterior. Isso tudo é uma demonstração de compromissos efetivamente apresentados por este Governo para com aqueles que o apoiaram, os 53 milhões de votos que lhe deram o direito de governar este País.

Portanto, para nós, é muito importante, neste momento, vivenciar uma situação em que temos que

administrar, sim, a crise política aíposta. Temos que encontrar uma alternativa de saída dessa crise política, fazendo mudanças significativas na estrutura da máquina pública, na eliminação dos ralos por onde se esvaem os recursos públicos, pela corrupção ou por mecanismos em benefício de grupos econômicos ao invés do interesse da maioria da população, mas com a convicção de que temos que fazer isso, punindo os responsáveis, sem jogar fora, sem eliminar os avanços que a população enxerga e a população vivencia no nosso País.

Procurar o bom caminho é procurar o caminho da responsabilidade de cada um, e a responsabilidade de cada um estáposta neste momento quando se trabalha uma agenda mínima de votações aqui no Congresso Nacional. Considero da maior importância e da maior relevância neste momento que possamos, nessa retomada dos trabalhos legislativos, a partir de amanhã, no Senado e também na Câmara, votar as matérias que podem dar sustentabilidade ao crescimento retomado, com uma agilidade que a população está a esperar de todos nós.

Em um discurso anterior ao meu, disseram que não se sentariam à mesa para negociar, mas que estariam aqui para cumprir com a responsabilidade de votar as matérias relevantes.

Entendo que seria bom conversar; conversar nunca é demais. Mas, mesmo não querendo conversar, precisamos ter o compromisso de fazer as votações importantes que estão pautadas no Congresso Nacional, como, por exemplo, terminar a reforma tributária. Precisamos fazer, de uma vez por todas, a unificação do ICMS, abrindo caminho para que possamos ter a simplificação tributária. Isso é de fundamental importância. Votar o projeto da pré-empresa, Senador Paim, que pode trazer para a formalidade milhares de trabalhadores e de pequenos empresários, que só estão aguardando uma diminuição da carga tributária, uma diminuição da burocracia para virem para a formalidade, colocando dentro da visibilidade o seu empreendimento, registrando os seus empregados.

Há ainda a reformulação necessária da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, que já foi protocolada na Câmara dos Deputados. Ou seja: temos uma lista de matérias, Senador Sérgio Guerra, importantíssimas para serem votadas e essas matérias são da nossa responsabilidade.

Portanto, mesmo que setores da Oposição não queiram conversar – e têm todo o direito –, a agenda de votação deste Congresso Nacional é de responsabilidade nossa, sim. E seremos cobrados pela popula-

ção se, ao longo desse processo de crise política, não dermos respostas à altura para manutenção – volto a dizer – daquilo que está dando certo, daquilo que se tem desenvolvido no cotidiano das pessoas e que foi implementado por uma série de ações do Governo. Afinal, as coisas não acontecem de graça. Não se gerariam três milhões de empregos da noite para o dia, se não tivesse havido ação do Governo; não se bateria recorde sobre recorde nas exportações se não houvesse agenda propositiva do Governo. Apesar de todas as críticas que possam ser feitas cotidianamente aqui, no plenário, as exportações cresceram significativamente pela abertura de novos mercados e de novos produtos que a ação do Governo Lula, de forma muito especial, e até de alguns Ministros que se transformaram em verdadeiros mascates juntamente com o Presidente, abriu em nível de mercados internacionais.

São essas as questões de fundamental importância que precisamos trazer nesse processo de equação da crise política, das investigações e das punições.

E é por isso que, neste fim de semana, apesar de ter sido profundamente questionada em relação ao tipo de lazer que resolvi ter, qual seja o contato com a população nas ruas, percebi em todos que encontrei, em primeiro lugar, uma preocupação muito grande, sim, com os destinos do nosso País, com o que está acontecendo, com os rumos que vamos dar a essa situação, mas uma preocupação, eu diria, até carinhosa comigo e com todos aqueles que estão preocupados...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – (...) em sair dessa crise, aproveitando o que toda crise tem de produtiva, que é fazer com que nos viremos, nos mexamos e busquemos a melhor alternativa para superar o impasse.

E qual seria a melhor alternativa para superar o impasse de todas as pessoas? Elas me perguntavam, mas a resposta era dada pelas próprias pessoas com quem conversei. A resposta de cada uma era uma só: “Investiguem, punam, não joguem o que está dando certo fora e dêem conta de fazer com que essa crise resulte em um Brasil melhor, menos corrupto e a serviço da maioria da população”.

Essa foi a mensagem que a pessoas me passaram, de forma muito afetiva e muito tranquila.

Quero dizer...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE. *Fazendo soar a campainha.*) – Concedo mais um minuto a V. Ex^a.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Preciso de menos de um minuto.

Eu me dei o melhor lazer neste final de semana. Foi um lazer de muita conversa e de muita interação com a minha querida Ilha de Florianópolis, com os seus moradores, que me deram o termômetro certo do que precisamos fazer neste momento, Senador Sérgio Guerra.

Agradeço a V. Ex^a a gentileza de ter me concedido mais uns minutinhos e registro que nada melhor do que estar em sintonia com o que a população quer. E ela quer, indiscutivelmente, o melhor para o nosso País e que nós tenhamos capacidade política de fazer.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Sérgio Guerra.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Com a palavra o Senador Mão Santa. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Edison Lobão. (Pausa.)
Com a palavra o Senador Heráclito Fortes. (Pausa.)
Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)
Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.
V. Ex^a dispõe de até quinze minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB) – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, não há dúvida de que todos nós estamos, nesse período de tantas notícias negativas, procurando que rumos tomar, que atitudes tomar a fim de colaborar para que o Brasil realmente melhore.

Um dos pontos que aparecem com freqüência no noticiário é a reforma política, como se todos os casos de corrupção estivessem apenas no campo limitado da política, como se o envolvimento de várias figuras do setor empresarial, de funcionários do alto escalão do Governo, tudo fosse a prática política. Como se o sistema político fosse efetivamente o único viés dessa questão.

Mas não há dúvida, Sr. Presidente, de que precisamos, sim, fazer uma reforma política. Há muito tempo, aliás, creio que já há mais de três anos, o Senado aprovou pontos básicos, fundamentais da reforma política, que estão na Câmara esperando por votação, como a questão da fidelidade partidária, como a questão da cláusula de barreira e do financiamento das campanhas. São matérias que estão paradas.

Parece-me, portanto, que, talvez, este não seja o momento adequado para se fazer uma reforma política profunda, completa; uma reforma política que

realmente passe a limpo toda essa questão e que dê ao eleitor a segurança, a esperança de que, por meio do voto, ele poderá mudar este País.

É lógico que algumas medidas emergenciais têm de ser tomadas agora, para que o eleitor não vá às urnas, na eleição do ano que vem, sem nenhuma esperança de que a situação possa mudar. Muito menos podemos deixar que as coisas fiquem nesse mesmo estado ou fazer apenas alguns ajustes, que, no meu entender, seriam casuísticos, como, por exemplo, a lista fechada que a Câmara está aprovando daquela forma, dando prioridade para os atuais Deputados ficarem nos primeiros lugares da lista fechada.

É bom que a população saiba o que é lista fechada e o que é lista aberta. Lista aberta é o que temos hoje: o eleitor vota no candidato a deputado federal, a deputado estadual ou a vereador. A soma dos votos que os candidatos de um determinado partido obtêm forma um coeficiente partidário que corresponderá, portanto, ao número de vagas de cada partido. No caso da lista fechada, ocorre o inverso: o eleitor não vota mais no candidato, e sim no partido.

Muitas vezes, o eleitor nem sabe que candidatos o partido tem. E se ele vota, por exemplo, pensando que está votando no candidato "x" daquele partido – mas vota naquele partido –, na lista fechada, se aquele partido eleger apenas dois candidatos, e o dele for o quarto da lista, o candidato dele ficou fora.

Então, entendo que algumas matérias não podem ser votadas neste momento, um momento de angústia, de desesperança, de descrédito mesmo em todas as instituições brasileiras. Temos de selecionar os pontos importantes e emergenciais para a eleição do ano que vem e verificar quais são aqueles pontos que devemos votar para valer daí para frente. Há até quem defende que se institua uma constituinte exclusiva, depois da eleição de 2006, para se fazer essas grandes reformas de que o País precisa, incluindo a reforma política, que, como diz o Senador Marco Maspiel, é a mãe de todas as reformas.

Porém, Sr. Presidente, li nos jornais esses dias que o Ministro da Justiça está preparando, a toque de caixa, um projeto de iniciativa do Poder Executivo para fazer a reforma política. Não vejo no Ministro da Justiça um homem com isenção; não vejo no atual Ministro da Justiça, o Sr. Márcio Thomaz Bastos, como vê o Presidente Lula, um jurista isento para fazer isso. Não o vejo assim por várias razões: primeiro, os jornais também noticiaram que ele orientou o Sr. Delúbio Soares a contar ao Procurador-Geral da República determinados fatos e a prestar-lhe um depoimento espontâneo; e

que tem orientado inclusive outras figuras do PT. Ele é advogado do PT ou Ministro da Justiça do Brasil?

Fora isso, para mim, marcadamente, o Sr. Márcio Thomas Bastos não tem isenção, porque, no caso do meu Estado, ele agiu como advogado da CNBB, do Cimi e das ONGs, que defendiam determinado tipo de demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol. Ele foi lá, Sr. Presidente, a mando do Presidente Lula, ouviu todo mundo e quem mais o interessava: ouviu os índios que moram na reserva, ouviu os não-índios, ouviu toda a sociedade e, portanto, ele trouxe, com certeza, o pensamento da maioria dos índios que lá moram; ele trouxe, com certeza, o pensamento da sociedade como um todo e, no entanto, o Sr. Márcio Thomaz Bastos propôs ao Presidente exatamente o contrário do que ele ouviu lá.

Pior do que isso, Sr. Presidente. Como Ministro da Justiça, ele enganou o Supremo Tribunal Federal, e o fez de maneira ardilosa, porque havia uma decisão a ser tomada pelo Supremo Tribunal Federal em relação a esse assunto. Inicialmente, era apenas para o Supremo decidir, até a pedido da Procuradoria Geral da República, se a questão judicial sobre a reserva Raposa Serra do Sol era competência do Supremo ou se era competência da Justiça Federal do Estado de Roraima, a primeira instância, já que havia uma liminar concedida contra a homologação pelo Juiz de Roraima, pelo Tribunal Regional Federal, aqui, em Brasília, pelo STJ e pelo Supremo. O Ministro, então, na hora do julgamento, informou ao Ministro Relator, Carlos Ayres Britto, que ele havia revogado a Portaria que tinha dado origem à demarcação e editado uma outra Portaria, que mudava radicalmente a anterior. Portanto, todas as ações contra a homologação da reserva indígena Raposa Serra do Sol perderiam objeto.

No entanto, Sr. Presidente, isso era uma mentira, porque juridicamente uma Portaria ou qualquer ato público só tem valor depois de publicado no **Diário Oficial**; no caso de uma Portaria do Ministro da Justiça, no **Diário Oficial da União**. E a Portaria não havia sequer sido publicada. Portanto, ela não existia do ponto de vista do Direito. E ele informou ao Ministro Relator do Supremo, na hora da decisão da competência – uma vez vencido o fato de que a competência era realmente do Supremo, louvando-se de uma informação do Ministro da Justiça –, que, em face da edição de uma nova Portaria, de nº 234 deste ano, todas as ações contra a demarcação, que se baseavam na Portaria anterior, estavam prejudicadas e perdiam o objeto. Somente no dia seguinte ao julgamento do Supremo a Portaria foi publicada.

Portanto, não precisa nem ser advogado ou jurista para perceber que isso foi, no mínimo, um desrespeito ao Supremo, e ele induziu o Presidente da República – vou acreditar que o Presidente não sabia de nada também – a cometer um erro ao assinar um decreto baseado numa decisão do Supremo, que, por sua vez, se baseou numa Portaria que não existia.

Dessa forma, o Ministro da Justiça não tem, no meu entender, isenção para apresentar um projeto de reforma política para ser apreciado pelo Congresso Nacional.

Ouço V. Ex^a, Senador Marco Maciel, com muito prazer.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – O prazer é todo meu, nobre Senador Mozarildo Cavalcanti. Antes de mais nada, quero cumprimentar V. Ex^a por tratar da reforma política, uma reforma sempre cobrada e sempre adiada. Quero dizer em primeiro lugar que V. Ex^a tem razão quando diz que é fundamental que realizemos reformas políticas. O Senado já cumpriu o seu papel. V. Ex^a se lembra – eu não estava na Casa quando tudo ocorreu, mas acompanhei enquanto Vice-Presidente da República – que o Senado aprovou uma série de medidas que, se tivessem sido acolhidas na Câmara, já teriam contribuído para evitar muito do que aconteceu recentemente em nosso País. Em segundo lugar, a matéria sofreu, na Câmara, muitas mudanças, que distorceram seus objetivos. Daí por que entendo que talvez não fosse este o momento de votarmos a reforma política. Pode parecer paradoxal, pois sempre defendi reforma política desde a década de 70 e, neste momento, eu esteja defendendo algo no sentido oposto. É porque receio, tendo em vista a crise política em que vive o País e, sobretudo, a existência de três CPMIs voltadas para apurar ilícitos, que, de alguma forma, têm a ver com o processo político-eleitoral brasileiro. Se votarmos agora essas reformas, elas possam se revestir de um viés casuístico, que refletam a moldura das circunstâncias. Creio que uma reforma política deve se caracterizar por fixar princípios, como assim fez o Senado, de caráter permanente e não sejam, consequentemente, marcados pelo império das circunstâncias ou por medidas casuísticas que se voltem para superar a crise, mas sinalizar algo com relação ao futuro. Quando pensamos em reforma política, pensamos em fortalecer as instituições brasileiras. Essa é a grande questão. Só fortaleceremos essas instituições quando fizermos uma reforma política caracterizada por princípios que garantam a perenidade não somente dos processos político-eleitoral e político-partidário, mas no sentido mais amplo, do processo de melhoria do desempenho

do sistema de Governo e das instituições republicanas que também estão em crise com os episódios que, infelizmente, estamos testemunhando em nosso País. Agradeço a V. Ex^a a concessão do aparte.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Agradeço o aparte de V. Ex^a, que enriquece e dá mais força ao tema que estou discutindo. Concordo plenamente com V. Ex^a, que, realmente, é um estudioso e um defensor dessa questão.

Sempre costumo dizer, até pela minha formação de médico, que em uma situação de emergência ninguém faz tratamento definitivo. Nesse caso, trata-se a emergência, faz-se um diagnóstico e, depois, o tratamento definitivo.

Concordo plenamente com V. Ex^a. Devemos debater, sim, e até, se for o caso, aproveitar o referendo sobre o desarmamento para nele incluir algo sobre a reforma política, ouvindo a população a respeito.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Ouço, com muito prazer, o Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Meu caro Senador Mozarildo Cavalcanti, eu também gostaria de dar minha opinião sobre a reforma política que o Presidente Lula anunciou e que será coordenada pelo Ministro Márcio Thomaz Bastos. Trata-se de uma cortina de fumaça. Na verdade, o Presidente Lula sabe melhor do que nós, ou deveria saber, que a reforma política foi aprovada no Senado na legislatura anterior – há mais ou menos quatro anos –, e está na Câmara desde essa época. Durante os dois primeiros anos do seu mandato, o Presidente João Paulo não deixou que essa matéria fosse votada, não coordenou a sua votação, em acordo com esses pequenos partidos. Na realidade, o Ministro Márcio Thomaz Bastos, que é um grande jurista, não entende nada de política, muito menos de reforma política, e o Presidente Lula nunca mais falou sobre o assunto. Era para o resultado sair em 45 dias, mas aquilo só serviu como uma manchete a mais a favor do Governo: a de que seria feita uma reforma política. O mesmo acontece com a questão do fechamento das casas de bingos. Lembra-se V. Ex^a de que isso foi feito somente para esconder o caso Waldomiro? Não o escondeu, somente o adiou: hoje, está instalada a CPMI dos Bingos, de que V. Ex^a, inclusive, é o Vice-Presidente. Na realidade, trata-se de medidas paliativas que o Governo adota e, depois, esquece, nunca mais falando delas. V. Ex^a tem absoluta razão.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Agradeço o aparte, Senador José Jorge. Concordo com todos os pontos que V. Ex^a mencionou, menos com um ponto: o de que o Ministro da Justiça seja um grande jurista. Um grande jurista, no meu entender, não é só aquele que tem conhecimento jurídico, mas quem também tem outros atributos, como isenção e correção. No meu entender, como já expliquei aqui, ele não os tem; portanto, não é um grande jurista, e não tem isenção sequer para coordenar uma reforma política desse nível.

Concedo um aparte ao Senador Ramez Tebet, com muito prazer.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Mo-

zarildo Cavalcanti, estou chegando do meu Estado. É imprescindível que se faça alguma reforma política. Vou usar uma expressão do Senador Marco Maciel, que merece as nossas homenagens, publicada na **Folha de S.Paulo** há poucos dias: “A reforma política é muito falada, mas nunca priorizada”. É estranho que, neste momento, o Executivo queira conduzir a reforma política, quando isso deve ser feito por nós. Além disso, é necessário que se faça alguma coisa sob o ponto de vista constitucional, que não permite reforma política em ano eleitoral. Isso deve ser feito um ano antes do processo de eleição. Assim, devemos fazer a reforma política possível. Estamos vivendo num cenário difícil, onde se apuram atos de corrupção que têm infelicitado esta Nação. Senador Mozarildo, sem dúvida nenhuma, se aprovarmos a fidelidade partidária, que já foi votada nesta Casa, estaremos prestando um grande serviço. Juntamente com a Câmara, devemos eleger pontos a serem votados, como, por exemplo, a queda da verticalização e a fidelidade partidária. Para isso tudo há clima e tempo. No entanto, se quisermos fazer uma reforma ampla até 30 de setembro ou 1º de outubro, positivamente, não vamos conseguir. Parabenizo V. Ex^a. Acabei de fazer a minha inscrição para, amanhã, se possível, abordar esse assunto e a crise atual que o País está atravessando.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– V. Ex^a dispõe de mais um minuto para terminar seu discurso.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Agradeço, Sr. Presidente.

Finalizo dizendo que, se aprovássemos quatro itens que já foram aprovados aqui – o financiamento público ou o tipo de financiamento para a campanha do ano que vem, a fidelidade partidária, a cláusula de barreira e a verticalização –, estaríamos atacando

emergencialmente os problemas básicos. Daí para a frente, discutiríamos as outras coisas – lista fechada, voto distrital, enfim, todas as outras reformas de profundidade –, e, repito, realizariam o plebiscito para ouvir a população e saber o que ela quer, se essa história de lista fechada ou se continuar votando no candidato que acredita ser realmente o melhor e mais merecedor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Concedo a palavra ao próximo orador, Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Sérgio Guerra, Srs e Srs. Senadores, venho ferir, nesta tarde, de forma muito breve, dois assuntos que devem ficar registrados aqui, nesta Casa.

O primeiro deles, Sr. Presidente – já que V. Ex^a é, como eu, também pernambucano, diz respeito a uma cobrança ao Governo Federal no sentido de que agilize as obras de restauração e ampliação da ponte sobre o rio São Francisco, no trecho Petrolina-Juazeiro, na Bahia, a chamada Ponte Presidente Dutra. Como V. Ex^a sabe, ela é fundamental para a ligação Nordeste-Sul-Sudeste do País.

Concluída há 61 anos, a ponte já não atende às demandas do momento, visto que cresceu muito o tráfego na BR-407 e por ela transitam, por dia, pelo menos 30 mil veículos, que transportam grande densidade de carga. Assim, a sua recuperação é fundamental, posto que as eventuais interrupções da ponte, uma das maiores do País se somarmos a ponte e seus acessos, obteremos mais de 1km de extensão, provocam grande prejuízo econômico à Região, não somente para receber produtos de outras procedências e exportar a produção do Nordeste, sobretudo do Vale do São Francisco, para o Sul e Sudeste e até para o exterior, porque muito do que ali se produz segue para os portos do Recife, principalmente o de Suape, ou para os portos da Bahia, de modo especial os situados na região metropolitana de Salvador.

Em 2001, a ponte já apresentava restrições para suportar o elevado fluxo de tráfego. Por isso foi decidida a sua restauração e ampliação pelo Governo Federal, através do extinto DNER, hoje DNIT. O certame licitatório foi feito naquele mesmo ano.

No Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, como sabe V. Ex^a, foram alocados recursos e as obras foram iniciadas. Para surpresa nossa, elas perderam velocidade, sobretudo a partir de 2003, e

estamos preocupados, porque, para este ano, ainda é reduzido o volume de recursos que constam no Orçamento para a realização da referida obra. Vou mais além: esses recursos não foram alocados pelo Poder Executivo. Eles foram incluídos pelo Congresso Nacional, graças a trabalho de Parlamentares na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Além da recuperação e restauração, cogita-se também da sua ampliação, porque a ponte não tem mais condições de atender ao fluxo de veículos. Uma ponte concluída há mais de 60 anos, obviamente não foi dimensionada para o rumo de desenvolvimento que tomou o País. Portanto, certamente, além da restauração, temos que insistir em ampliá-la, como está sendo feito, de 10 metros para 20 metros, ou seja, praticamente dobrar a sua capacidade de escoar o tráfego, cada vez mais intenso.

Para que a ponte seja restaurada e ampliada, são necessárias duas providências. Em primeiro lugar, empenhar e liberar o restante da verba constante do Orçamento Geral da União de 2005. Uma pequena parte dos R\$18 milhões foram liberados, o que imprime ritmo muito lento à obra – esses recursos permitiriam a normalidade da execução para um período de apenas quatro meses. Urge também garantir para o Orçamento de 2006 alocação de pelo menos R\$10 milhões para que a obra seja concluída no próximo ano.

Faço, portanto, esse apelo por entender que se trata de algo essencial não somente para o Nordeste, sobretudo para Pernambuco e Bahia, mas também fundamental para que possamos continuar a crescer. Com isso estaremos homenageando o esforço do Senador José Coelho, ao tempo em que aqui esteve, convocado ao exercício do mandato de Senador da República, em virtude de o Senador José Jorge haver sido alçado à condição de Ministro de Minas e Energia no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, trabalho que também é desenvolvido na Câmara dos Deputados pelo Deputado Osvaldo Coelho.

V. Ex^a, Sr. Presidente, que neste momento dirige os trabalhos desta sessão, também conhece, posto que é membro da Comissão de Orçamento, o quanto significa para nós a liberação desses recursos. Dizem que a pátria começa no solo em que se habita, e eu faço essa manifestação na condição de pernambucano, preocupado com os problemas do nosso Estado. Eu diria que esse é um problema que não interessa apenas à nossa terra, à Pátria como um todo.

O segundo assunto que gostaria de suscitar hoje à Casa diz respeito ao transcurso, ocorrido sexta-feira passada, do 80º aniversário do jornal **O Globo**, que nasceu de uma iniciativa do pai do Dr. Roberto Marinho, o jornalista Roberto Irineu.

Lançado em 29 de julho de 1925, a partir daí se converteu num dos maiores jornais do País.

Há um fato que não gostaria de deixar sem o registro. Tão logo o jornal começou a funcionar, pouco mais de vinte dias após, faleceu Roberto Irineu. A mãe de Roberto Marinho o procurou e pediu-lhe que assumisse a direção do jornal. E ele, jovem, se recusou por, certamente, não ter a necessária experiência. Sugeriu, então, que o redator-geral, Eurycles de Mattos, assumisse a direção do jornal, ficando em segundo plano.

Com esse fato, quero destacar a percepção aguda que tinha Roberto Marinho. Ele sabia que não estava habilitado ainda para dirigir o jornal, muito jovem que era, e Eurycles de Mattos ficou na direção do jornal durante aproximadamente cinco anos, até que Roberto Marinho assume a direção do jornal. E o fato é que O Globo se consolidou e pôde celebrar os seus 80 anos num momento de festa que, entre outros eventos, contou com uma missa solene, celebrada pelo Arcebispo Emérito do Rio de Janeiro Dom Eugênio Salles.

É curioso, Sr. Presidente, destacar que o editorial do jornal, que circulou, como já disse, no dia 29 de julho de 1925, dizia o seguinte:

"O sucesso de um jornal depende de um grande número de circunstâncias; e é nisso que um jornal se parece com outra empresa qualquer".

Mas um jornal tem suas peculiaridades.

"A essência mesmo do jornal é a curiosidade, sexto sentido que tem por órgão o repórter, misto de ouvido, olho e faro, com mãos para escrever e pernas para andar depressa. Por pouco um habitante de marte em caricatura".

E, naturalmente, à época, era muito difícil fazer jornal. E foi graças à visão de um homem como Roberto Marinho que esse jornal se consolidou.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – V. Ex^a me permite um pequeno aparte?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Pois não, ouço o nobre Líder do PMDB, Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – V. Ex^a fala de dois assuntos muito importantes: o primeiro deles, uma ponte que é vital para o Nordeste. Que-

ro me solidarizar com V. Ex^a em sua solicitação. No segundo, V. Ex^a faz uma louvação a um órgão de imprensa que completa 80 anos de idade e que tem uma importância muito grande em nosso País. Quero também me solidarizar com V. Ex^a nessa louvação a **O Globo**. Parabéns.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Muito obrigado, nobre Senador Ney Suassuna.

Quero, neste momento, dizer, ao tempo em que felicito todos os que fazem O Globo pela passagem dos 80 anos de existência do jornal, aproveitar a ocasião para ler um pequeno trecho do discurso que proferiu João Roberto Marinho, na cerimônia ocorrida sexta-feira passada.

Disse ele:

Na segunda-feira, ao visitar a exposição “80 anos de história nas páginas do Globo”, no Centro Cultural Banco do Brasil, eu fiquei satisfeito ao me deparar com uma antiga frase de meu pai, Roberto Marinho. Bem ao estilo dele, a frase resume tudo o que disse aqui:

“Sempre considerei que o jornal, enfrentando quaisquer pressões, tem o dever de expressar com nitidez, em seus editoriais, a sua opinião sobre os fatos que sejam alvos de debate público. E ao mesmo tempo cuidar para que sua tomada de posição não se estenda às páginas de informação, cuja imparcialidade atende a um elementar direito dos leitores.”

É esse o compromisso que hoje reafirmamos.

Portanto, Sr. Presidente, encerro o meu discurso, solicitando à Mesa que, ouvido o Plenário, aprove um voto de congratulações ao jornal O Globo pelo transcurso de seu 80º aniversário de existência e, ao mesmo tempo, festejando o fato de termos no País uma imprensa que vive momentos de crescente afirmação. Sabemos que a imprensa é indispensável à prática da democracia. Não foi por outra razão que Ortega Y Gasset afirmou que o jornal é uma “praça intelectual”, na medida em que, do noticiário que contém, da opinião que expende, o jornal converte-se em um grande fórum de debate dos problemas do País e da sociedade.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR MARCO MACIEL EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

'O GLOBO SERÁ SEMPRE UM JORNAL INFORMATIVO'

• Ao final da missa pelos 80 anos do GLOBO, na Igreja da Candelária, o vice-presidente das Organizações Globo, João Roberto Marinho, falou sobre a missão principal do jornal durante esse período.

• "O aniversário de 80 anos de uma instituição como O GLOBO é o momento ideal para reafirmar compromissos.

Nascido numa época em que os jornais se viam mais como atores do debate político e ideológico, O GLOBO logo se firmaria como um observador. Como aquele cuja missão primeira é informar.

Por isso mesmo, O GLOBO sempre procurou ter os melhores talentos e tecnologia de ponta a serviço da melhor informação: correta, isenta, na hora certa.

Ao mesmo tempo, O GLOBO nunca abriu mão de expressar a sua opinião, a sua visão do mundo, as suas crenças. Mas fez isso sempre com a consciência de que a sua opinião, qualquer que fosse, jamais determinaria o que seria ou não noticiado.

Na segunda-feira, ao visitar a exposição "80 anos de história nas páginas do GLOBO" no Centro Cultural Banco do Brasil, eu fiquei satisfeito ao me deparar com uma antiga frase de meu pai, Roberto Marinho. Bem ao estilo dele, a frase resume tudo o que disse aqui:

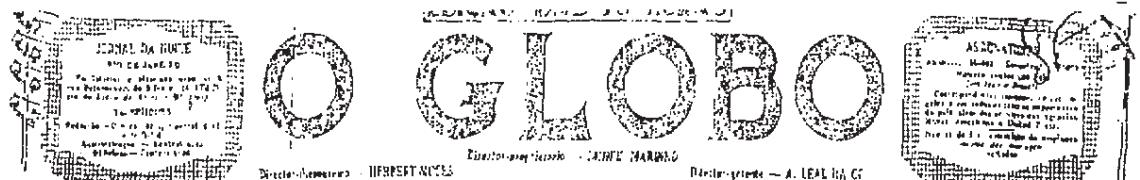
"Sempre considerei que o jornal, enfrentando

qualsquer pressões, tem o dever de expressar com nitidez, em seus editoriais, a sua opinião sobre os fatos que sejam alvos de debate público. E ao mesmo tempo cuidar para que sua fôrma de posição não se estenda às páginas de informação, cuja imparcialidade atende a um elementar direito dos leitores.

E esse o compromisso que hoje reafirmamos. O GLOBO será sempre um jornal informativo. Buscará relatar os fatos com isenção. Abrigará em suas páginas o debate entre as diversas correntes do pensamento. E não deixará de expressar a sua opinião; mas sempre de maneira explícita e transparente.

Essa opinião terá como pilar a defesa de uma sociedade aberta, democrática e socialmente justa, das liberdades do indivíduo, e a crença de que é a livre iniciativa a força motriz do desenvolvimento.

O GLOBO tem sido assim nesses 80 anos. E continuará sendo, com a ajuda inestimável de todos os seus funcionários, com a acolhida generosa de seus leitores e com a proteção de Deus."



Voltam-se as vistas para a nossa borracha!

UM CASO

Os inimigos natos

O sucesso de um jornal depende de um grande número de circunstâncias; e é nisso que um jornal se parece com outra empresa qualquer.

Dá-se, entretanto, com a empresa jornalística o que não se dá com outras: ella conta, de inicio, com varios inimigos natos que não desde o analphabeto que não lê porque não sabe, até o mais que analphabetico, que não lê porque não quer.

Mas não são apenas esses: a essencia mesma do jornal é a curiosidade, sentido sentido que tem por orgão o re-

porter, mixto d' ouvido, olho e faro com mãos para escrever e pernas para correr depressa. Por pouco um habitante de Alentejo em caramatura.

Ora, o repórter quer saber, saber para contar, saber justa-

mente coisas que outros não querem que se saibam e elle proprio não quer que sejam sabidas de outrem, collegas, sobretudo.

E aí está um dos maiores inimigos do jornal: o que tem se-

gredos a guardar e que são todos que o repórter procura, acompanha, fareja, bisbilhoteiro e curioso.

Outro inimigo é o agente da autoridade que tem ordens a cumprir, ordens que collidem com os altos interesses da publicidade.

— Não pôde entrar! Não pôde passar! Não pôde ficar ahi... são formu-

lae odiosamente restrictivas da liberdade do faro e do "furo".

Assisti, certa vez, ao seguinte caso: Era um incendio. Um "pavoroso" na gíria reportina.

Fizera-se o cordão de isolamento com o maximo rigor. Approximou-se um rapaz, afobadissimo, chapéu no alto da cabeça e quiz forçar o cordão.

O soldado que guardava aquelle ponto não consentiu. Era um caboclo reforçado, tipo de nortista e pelo desengonço da "linha" mostrava ser novo na polícia.

— Não pôde passá, moço!

— Mas eu sou da imprensa.

— Já lhe disse que não pôde, são "ordens".

Era tarde, mais de meia noite; cumpria andar com a maior actividade, assim de rapanhar as notas para o seu jornal, que era da manhã.

O reporter recorreu aos meios brandos e suaves:

— Olhe só, camarada, eu sou reporter, preciso colher umas informações, uns notinhas, saber o nome do dono da casa, se ella está no seguro, qual a companhia... você comprehende... não tenho tempo para dar a volta toda pela outra rua...

— Mas eu já disse ao senhor que não pôde; não "atéme"!

— E como é que eu hei de saber tudo isso? rugiu o reporter já irritado.

— "Ora", fez o zeloso policial, "leia as fôia amanhã de manhã"; "elas trazem tudo"...

*
* . *

São Guttemberg proteja o GLOBO dos seus inimigos naturaes.

Don Quijote.

Informações

atualizadas concernentes à **Ponte sobre o Rio São Francisco**, que liga Petrolina-PE a Juazeiro-BA, denominada **Ponte Presidente Dutra**:

- ⇒ A ponte está localizada no km 130 da BR-407 e tem uma extensão de 801m, que se somam a 250m de acessos. Atinge, hoje, um volume de 30.000 veículos por dia e tem uma grande importância estratégica para a economia da Região, pelo fato de ser a única travessia do Rio São Francisco, acessada pelas rodovias BR-122, BR-407 e BR-428, sendo fundamental para o Vale do São Francisco no contexto da exportação da produção da fruticultura;
- ⇒ Em 2001, a ponte já apresentava restrições para suportar o elevado fluxo de tráfego, por isso foi decidida a sua restauração e ampliação pelo Governo Federal, através do extinto DNER, hoje DNIT. O Certame licitatório foi feito naquele mesmo ano.
- ⇒ A obra foi iniciada em 2001, com previsão contratual de conclusão em 3 anos. Contudo, no decorrer de 2003, apenas foram liberados o restante de recursos assegurados no OGU-2002. Em 2004 não houve execução por falta de liberação orçamentária e, somente em 01/06/2005 a obra foi retomada, por haver sido o empreendimento contemplado no OGU-2005, com R\$ 8 milhões;
- ⇒ O contrato vigente tem o valor atualizado de R\$ 24,9 milhões e a execução dos serviços encontram-se num percentual de 28% de avanço físico;
- ⇒ Para a conclusão do empreendimento a demanda de recursos totaliza R\$ 18 milhões, todavia, apenas R\$ 8 milhões, como dito acima, previstos no OGU-2005;
- ⇒ As seguintes providências são imperativas para a continuidade e conclusão das obras:
 - a) *Empenhar e liberar o restante do OGU-2005, pois apenas uma pequena parte dos R\$ 8 milhões previstos foram liberados, o que imprime um ritmo lento à obra. Esses recursos permitiriam a normalidade da execução para um período de 4 meses.*
 - b) *Garantir a alocação de R\$ 10 milhões para a conclusão da obra, no OGU-2006.*

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Concedo a palavra ao próximo orador, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, é evidente que crise política dessa dimensão tem espaço também na grande imprensa de todo o mundo, e o correspondente do jornal **The New York Times** no Brasil, Larry Rohter, na edição do último fim de semana, fez apurada análise de como a corrupção desponta como uma das maiores ameaças para os ganhos democráticos na América Latina.

O tema principal da matéria é apresentado na promessa de campanha de Lula, a de que seu Governo “seria ético, honesto e moral, como o Brasil nunca viu”, e na realidade atual: “Atulado no maior – abro aspas também, porque é frase do jornalista norte-americano – e mais audacioso escândalo de corrupção da história do País”. Portanto, não é uma afirmação da Oposição política no Brasil, mas de um jornalista conceituado, de um jornal também conceituado: **The New York Times**.

No artigo, o correspondente estrangeiro demonstra ter captado o sentimento do povo brasileiro, quando escreve que foi uma promessa de retidão que “ajudou a conquistar os votos de mais de 50 milhões de brasileiros e um mandato arrebatador”.

A matéria do jornal **The New York Times** faz um paralelo entre o Presidente Lula e o Presidente do Peru, Alejandro Toledo, que também chegou ao poder com promessas semelhantes de limpar a corrupção e cujo governo se encontra sob suspeição generalizada.

Diz o jornalista: “Enquanto seu governo e sua reputação entram em colapso ao seu redor, Lula adotou no Brasil uma postura semelhante” à do Presidente peruano: ao invés de ações efetivas, frase de efeito”. E cita as seguintes frases do Presidente Lula: “Neste País, está para nascer alguém que venha querer discutir ética comigo”; “Neste País de 180 milhões de brasileiros, pode ter igual, mas não tem nem mulher nem homem que tenha coragem de me dar lição de ética, de moral e de honestidade”.

Há um aspecto na atual crise política, já mapeado em pesquisa de opinião, que merece ser analisado. No último final de semana, a pesquisa Vox Populi*, divulgada pela revista **Época**, aponta para esta realidade: o brasileiro acompanha muito de perto o escândalo do mensalão e quer punição exemplar para os políticos envolvidos; mostra que 87% da população sabem do escândalo e que mais de 80% conhecem os principais suspeitos. Creio ser esse um índice extremamente pro-

missor em matéria de interesse público pelos acontecimentos da vida pública no País.

A grande maioria dos entrevistados quer ver os responsáveis perderem o mandato e, se possível, na cadeia. É o que a pesquisa conclui. A população, portanto, não aprova a contemporização com os desmandos e o assalto aos cofres públicos.

Creio que o retrato que nos oferece essa pesquisa de opinião pública nos autoriza a rechaçar, de pronto e de maneira contundente, qualquer especulação em torno da hipótese de acordo para finalizar as investigações, oferecendo-se uma resposta sem a isenção necessária às expectativas de toda a população. A imprensa, nos últimos dias, especula essa hipótese de acordo, que queremos repudiar. Seria deplorável. Mais do que isso, seria a destruição definitiva da imagem deste Parlamento. Não haveria forma de nos explicarmos diante da opinião pública, se chegássemos a esse tipo de contemporização, buscando o entendimento, para salvar alguns e penalizar outros. O que se exige é a assepsia geral da forma mais eficiente possível.

Sr. Senador Sérgio Guerra, que preside esta sessão, em entrevista, hoje de manhã, concedida ao Bom Dia Brasil, da Rede Globo de Televisão, o Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, John Snow, afirmou que “a corrupção mina a democracia, o mercado e a confiança do investidor”. Ele procurou evitar o assunto, mas acabou pronunciando-se.

Não há como evitar opinar sobre os últimos acontecimentos no Brasil. Os tentáculos da corrupção nas empresas estatais, com ramificações nos fundos de pensão, o envolvimento de membros do Executivo, do Legislativo e dos partidos políticos minaram a gestão do Presidente Lula de forma irreversível.

É importante, portanto, a missão que as CPIs deste Congresso assumem de oferecer respostas à população com uma investigação de profundidade e competência.

O Governo Lula está sitiado. O Presidente se movimenta pelo País sem qualquer compromisso com a realidade que o cerca. Como se não bastasse ignorar as denúncias de corrupção, o Presidente faz declarações sobre política econômica em completa falta de sintonia com seus Ministros, gerando ainda mais apreensão no mercado. A economia brasileira é “muito vulnerável”, declarou Lula numa cerimônia pública no Rio Grande do Sul. Enquanto isso, seus Ministros Luiz Fernando Furlan, Antônio Palocci Filho e Henrique Meirelles sustentam o contrário.

Um dado que a crise política ofuscou e passou despercebido: a economia, no primeiro semestre do ano, para pagar juros de dívidas, foi de R\$60 bilhões,

o maior superávit primário para o período da série histórica do Banco Central, iniciado em 1991.

No mesmo período, o Governo gastou mais de R\$80 bilhões com o pagamento de juros, o equivalente a 8,6% do Produto Interno Bruto. O volume também é recorde na série do Banco Central para o semestre. Esse gasto excessivo com o pagamento de juros, registrado no primeiro semestre, deve-se, principalmente, à política adotada pelo Banco Central, que, apenas entre setembro de 2004 e maio deste ano, aumentou a taxa básica de juros nove vezes.

Portanto, antes de concluir o nosso pronunciamento, ouvimos há pouco, da tribuna do Senado Federal, a tentativa, mais uma vez, de se generalizar na vida pública brasileira a prática da corrupção eleitoral como se, nesta hora, estivéssemos investigando exclusivamente isso.

É evidente que não somos cínicos para declarar que não há corrupção eleitoral no Brasil, que essa prática não existe, que o caixa dois é ficção nas campanhas eleitorais. Obviamente, não temos o cinismo de alguns para fazer esta afirmação da tribuna do Senado Federal, mas que se investigue isso no âmbito próprio da investigação específica, porque o que estamos investigando é muito mais do que isso. Estamos investigando, como diz o jornal **The New York Times**, o maior escândalo de corrupção da história brasileira. Estamos investigando, na verdade, aquilo que se chama, no linguajar jurídico, formação de quadrilha para assalto aos cofres públicos do País.

Não existe outra forma de retratar, de desenhar o que estamos procedendo em matéria de investigação neste momento. É por isso que, depois de algumas tentativas, ninguém mais, Senador Sérgio Guerra, ousou delimitar a ação da CPMI dos Correios. Ela é muito mais do que uma Comissão Parlamentar Mista do Inquérito investigando uma estatal.

A força da pressão popular, a exigência da sociedade brasileira fez com que os trabalhos dessa CPMI se prolongassem muito além do que admitiam alguns investigar.

É impossível evitar que se investigue quando há um esquema de corrupção que lançou seus tentáculos para todas as áreas da administração federal. Não há como deixar de investigar a origem do dinheiro escuso repassado por agências de publicidade para políticos que usam assessores e sacam na boca do caixa para alimentar, sem dúvida nenhuma, financeiramente, um projeto político de poder idealizado por alguns.

Tenho exagerado na repetição de que se trata, na verdade, da arquitetura de um projeto de poder de longo prazo, mas creio que esta é a essência da análise a ser feita com a orientação eficiente aos trabalhos de

investigação, porque não chegaremos a lugar algum se não ultrapassarmos os limites das pessoas utilizadas nesse esquema de corrupção, na área operacional dele, e chegarmos aos idealizadores do projeto.

Nesta semana, certamente aquela fantasiosa versão, articulada por membros do Governo do Partido dos Trabalhadores e pelo empresário Marcos Valério, estará de forma absoluta desmontada, porque, sem dúvida, a partir dos lances que viveremos com os depoimentos desta semana, veremos o escândalo chegar, de forma muito explícita, ao quarto andar do Palácio do Planalto, não somente porque o Ex-Ministro José Dirceu, colocado no epicentro dessa crise, será alvo de questionamentos no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, mas porque outros depoimentos levam a ele, como o que no dia de hoje deve estar prestando à Polícia Federal a Srª Simone Vasconcelos, que virá à CPMI dos Correios na próxima quarta-feira.

Todos os indícios já reunidos indicam na direção do Deputado José Dirceu como um dos articuladores desse projeto de poder que passou a utilizar o lema de que o fim justifica os meios e admitiu a corrupção na administração pública como forma de captar recursos para a sustentação financeira desse projeto.

E passamos a analisar e a investigar estratégias as mais diversas e espúrias, como essa de se realizar empréstimos bancários suspeitos, que podem ser exclusivamente operações contábeis, simulando empréstimos bancários para o repasse dos recursos públicos com origem em contratos superfaturados não só nos cofres da publicidade, mas também de fundos de pensão e de outras áreas da administração federal.

Portanto, Sr. Presidente, creio estar de forma absoluta destruída essa tentativa de se restringir esse episódio à prática de corrupção eleitoral. Hoje, temos convicção absoluta de estarmos investigando um gigantesco esquema de corrupção, que envolve um número expressivo de pessoas ligadas aos setores privado e público no estabelecimento dessa associação promíscua que misturou o que é privado com o que é público, em uma simbiose condenável que certamente será, ao final dessas investigações, condenada da forma exemplar e rigorosa, como exige a sociedade brasileira, na esperança de que esses fatos não se repitam, essa estratégia não se reconstitua e que possamos realmente construir uma atividade pública com transparência, nova imagem e, sobretudo, resultados mais significativos, na busca de um país próspero, mas onde o povo possa viver com dignidade. Com o fim dessa roubalheira, certamente teremos um país mais rico e mais justo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o noticiário da imprensa do Brasil, dos jornais de circulação nacional e dos jornais de circulação local, de quinta-feira para frente – quinta, sexta, sábado e domingo – era um só: a realização de um acordão. O nome, por si só, já é muito feio. O que estaria por trás desse acordão é pior ainda, Senador Sibá Machado. O acordão estaria sendo feito, segundo a imprensa, segundo alguns relatos, para estabelecer culpados de primeira, segunda e terceira categorias. Houve um acordo entre partidos políticos sugerindo até que, entre Governo e Oposição, fulano de tal fosse cassado, sicrano pudesse renunciar ao mandato e beltrano fosse inocentado. Tudo por acordo, num famoso e chamado acordão.

Devo dizer a V. Ex^{as}s que eu estava fora, chegando no domingo. Lendo as manchetes dos jornais, eu já havia tomado conhecimento pela internet dos jornais da quinta-feira, da sexta-feira e do sábado, e acorreu-me a idéia de trazer ao meu Partido o que o Presidente fez sem se comunicar comigo – nem precisaria fazê-lo: antecipar-se, para, numa entrevista coletiva concedida à imprensa na manhã de hoje, deixar pública a posição do nosso Partido: Alto lá, “acordão”! Pode ser entre outros, mas “acordão” que envolva o PFL, sob hipótese alguma, sob preço nenhum.

Não há hipótese de o PFL, sob preço algum, aceitar fazer acordo para salvar a pele de ninguém. Se fizer acordo para salvar a pele de alguém, perderá a própria pele, a pele do Partido, que perderá o respeito da opinião pública. Partido que participar de “acordão” para estabelecer culpado de primeira, segunda e terceira categoria, para evitar cassação de quem quer que seja, será condenado e cassado pela opinião pública. E essa foi a posição que o Partido, por intermédio da palavra abalizadora do Presidente Jorge Bornhausen, colocou hoje claramente na reunião que fizemos na sede do Partido, para a qual convidamos a imprensa, e o nosso Presidente fez a interlocução da posição oficial do PFL.

Creio que vale a pena, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, fazermos uma avaliação sobre as razões da suposição do “acordão”.

Houve notícias de muitas circunstâncias e fatos em que se propunham reuniões em torno do interesse nacional, em torno de uma agenda positiva, entre partidos políticos e autoridades do Governo, Ministros de Estado.

Sr. Presidente, o lugar certo para se fazer interlocução política entre Governo e Congresso Nacional é no Congresso Nacional, é na reunião de líderes, é – como já fizemos tantas – na sala da Presidência do Congresso Nacional, reunindo os líderes de Governo e de Oposição, pactuando a agenda possível, discutindo as medidas provisórias, a reforma tributária, a reforma do Judiciário, a reforma da previdência, a Lei de Falências. Tantas matérias foram objeto de reuniões entre Governo e Oposição e produziram acordos, entendimentos e votações. O fórum apropriado para discutir o interesse nacional, entre Governo e Oposição, é o Congresso Nacional.

Uma jornalista, num dado momento, me perguntou se o Ministro Antonio Palocci havia me procurado. Eu lhe disse que sim, há uns quinze dias, três semanas. É um direito do Ministro. O Ministro o fez de forma cortês e elegante; queria conversar não sei nem ao menos o quê – se economia, se política. O Ministro é o interlocutor do Governo no campo da economia.

O Sr. Efraim Moraes (PFL – PB) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Já concedo um aparte a V. Ex^a

Elegantemente, respondi ao Ministro Antonio Palocci que, naquele momento, não era conveniente a nossa conversa, porque – este é um raciocínio que eu faço, não que eu tenha dito ao Ministro Antonio Palocci – interlocução política se faz entre líderes políticos; interlocução no campo econômico nem se faz necessário, Senador Efraim Moraes, porque o Governo sabe que conta conosco para a blindagem da economia. Não conta é com uma banda do PT, como a do ex-Deputado Plínio de Arruda Sampaio, que eu vi na televisão dizer que chamaria aqueles que contestam a política econômica do Ministro Antonio Palocci para acudir o Presidente Lula. Não é preciso se preocupar conosco. Para interlocução no plano econômico, não há necessidade alguma de se preocupar conosco. Eles têm de se preocupar com os deles. Fazemos reparos à política de juros; de resto, só damos suporte à blindagem da política econômica do Governo. Não havia, portanto, necessidade da conversa, o que pactuei com o Ministro Antonio Palocci: não há por que nos encontrarmos agora, pois a leitura da sociedade pode ser inconveniente para V. Ex^a e para o meu Partido. E assim foi.

Ouço, com muito prazer, o Senador Efraim Moraes.

O Sr. Efraim Moraes (PFL – PB) – Senador José Agripino, comunico a V. Ex^a e a esta Casa que, neste exato momento, o Deputado Valdemar Costa Neto encaminhou à Presidência da Câmara dos Deputados o

seu pedido de renúncia. Há pouco assistia na TV Câmara ao Sr. Presidente Severino Cavalcanti fazendo a leitura do encaminhamento do pedido de renúncia, fato que se enquadra muito bem no que diz V. Ex^a. Está começando, pois sabemos que, aberto o processo de cassação, a renúncia não seria mais possível. Então, o primeiro é o Sr. Valdemar Costa Neto. Comunico esse fato a V. Ex^a, que se encaixa exatamente em seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – A notícia que V. Ex^a me traz é preocupante, Senador Efraim Moraes, porque tenho receio de que, à nossa revelia, esteja em curso o provável “acordão”. “Acordão” em que termos? Termos com os quais não concordarmos, nem pactuamos.

Feita a denúncia, como está feita em relação ao Deputado Roberto Jefferson ou que pode ser feita em relação ao Deputado José Dirceu, inicia-se um processo de cassação, irreversível. Não é mais possível a renúncia, a menos que o denunciante retire a denúncia. Será que está feito um “acordão” no sentido de: V. Ex^a renuncia agora e vou retirar a denúncia feita, para que nos entendamos aqui dentro de um comportamento futuro? Não sei se isso está ou não ocorrendo. Se estiver, não conta com a nossa participação, porque, para nós, o que vale é o que está feito. Os fatos que já aconteceram vão determinar a conduta do PFL nas investigações e no apontamento de culpa, e, por parte do PFL, não haverá recuo, nem acordo para a retirada de denúncia nenhuma, esteja em que campo estiver. Nenhuma! Lamento que esse fato tenha ocorrido e espero que eu esteja errado, que essa renúncia não signifique parte de um “acordão” que possa estar em curso.

Ouço, com muito prazer, o Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador José Agripino, certamente, o Brasil inteiro ficaria bastante magoado se isso viesse a ocorrer. Digamos que haja algum entendimento para que Parlamentares renunciem em troca da retirada da acusação contra outro. Mas o que eles vão ganhar com isso é tão-somente uma única vantagem, a de poderem concorrer às eleições no ano que vem – absolutamente mais nada. Por quê? Quero acreditar que todo o processo de investigação vá transcorrer normalmente. E ainda mais, pode ser que a Justiça comum se interesse pelo fato, e essa pessoa passe a responder, como cidadão comum, também na Justiça comum. Assim, mesmo que possa haver qualquer tentativa no sentido de um acordo, esse só terá validade se, porventura, as CPIs, esta Casa e a Câmara dos Deputados também resolverem trabalhar nessa direção. Concordo absolutamente com

V. Ex^a no sentido de que não podemos jamais dar um exemplo dessa natureza para o Brasil, que tanta expectativa deposita no trabalho desta Casa. Portanto, também a respeito de qualquer encontro com o Ministro Palocci, quero entender que, num momento como este, qualquer encontro só vai trazer desconfianças, e quem convidou ou quem aceitou qualquer tipo de convite dessa natureza ficaria em maus lençóis para explicar que tipo de conversa teve e se a conversa foi para tratar de coisas para o Brasil. Então, aguardemos mais um pouco. Parabenizo V. Ex^a pelo entendimento e pelo pronunciamento.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Obrigado, Senador Sibá Machado. Concordo inteiramente com V. Ex^a. O proposto encontro entre mim e o Ministro Palocci, sugerido quinze dias ou três semanas atrás de forma cavalheiresca, não seria conveniente nem para S. Ex^a, nem para mim e o meu Partido. A interpretação poderia ser distorcida e fiz a leitura de que o Ministro Palocci é interlocutor para a economia. No que diz respeito à economia, a blindagem de sua ação está garantida por antecipação, independentemente de qualquer conversa. Neste momento temos é que agir no sentido da investigação dos fatos, da isenção – isenção que seja de verdade, que seja vista ou percebida pela opinião pública. Nós não temos o direito de dar à interpretação da opinião pública qualquer sinal de que não haja a intenção de verdade. A intenção de verdade do PFL é levar as investigações às últimas consequências e não teria sentido nenhum esse encontro que...

O Sr. Heráclito Fortes (PLF – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – ... não tem nada de mau, mas que não sinalizaria no rumo da sinceridade.

E V. Ex^a coloca muito bem a questão da cassação. O Senador Efraim coloca o pedido de renúncia do Deputado Valdemar Costa Neto e V. Ex^a lamenta o fato. Eu também lamento, lamento pelos Deputados por uma razão simples: o ato de renúncia é uma confissão antecipada de culpa, e ele retira dos Deputados o direito que a sociedade enxergava neles de opinar “sim” ou “não” quanto à cassação. Ele se confessou culpado e retirou dos seus colegas o direito de decidir legítima e democraticamente sobre o futuro do mandato que o povo lhe deu e que, na verdade, era ilegítimo pelo ato que ele acabou de praticar.

Ouço com muito prazer o Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador José Agripino, quero parabenizar V. Ex^a por tratar, com naturalidade, deste tema. Por dever de justiça e para corroborar os fatos, quero dizer daqui que quem transmitiu a V. Ex^a o convite do Ministro Palocci para

essa conversa fui eu. O Ministro Palocci mandou me procurar preocupado com a obstrução que, por meu intermédio, estávamos fazendo à votação da LDO. Chegou ao Ministro da Fazenda a informação de que nós teríamos algumas questões pontuais para discutir. Eu, então, assegurei que não, o fato era que nós não víamos com bons olhos o Congresso em recesso em plena crise, exatamente nesse mês de julho. Nossa ponto de vista foi, inclusive, transmitido permanentemente ao Presidente da Comissão, o Senador Gilberto Mestrinho – ele acompanhou todo esse episódio, inclusive tomou a iniciativa de marcar a reunião para amanhã, dia 2 de agosto. E V. Ex^a me transmitiu exatamente isso que diz agora da tribuna. É fundamental, em política, fazer as coisas com transparência; o momento não era oportuno e o encontro poderia realmente criar más interpretações. Um encontro como esse não está livre de vazamentos e, por mais importante que fosse o momento, por maior que fosse o interesse da Nação, nós tínhamos que nos proteger, é verdade.

(A Presidência faz soar a campainha.)

Então me autorizou, inclusive, a manter essa conversa, para tratar dessas questões orçamentárias. V. Ex^a tinha razão: eu fui ao encontro, tido como reservado, e o Sr. Sérgio Rosa, presidente da Previ, de maneira desonesta, fez ocorrer vazamento todo eivado de segundas intenções e, acima de tudo, orientando-se por interesses próprios. De forma que V. Ex^a está absolutamente coberto de razão, e isso não significa, pelo menos de minha parte – sei que também da de V. Ex^a –, nenhum descrédito ao Ministro Palocci. Acho que ele é vítima do fogo amigo do seu partido. Muito obrigado.

O SR JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – É possível, Senador Heráclito Fortes. Já imaginou V. Ex^a circular por aí a informação de que o Líder do PFL tinha tido um encontro, às escondidas, com o Ministro Antonio Palocci? A versão que surgiria seria a de que o “acordão” estava em curso e que o PFL estava dentro dele.

Por essa razão, por não ter sido conveniente para o PFL nem para o Ministro...

(Interrupção do som.)

O SR JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – ...e não ter sentido algum, para o bom entendimento dos fatos, o convite feito não foi aceito.

Senador Gilberto Mestrinho, não é preciso reunião de partido político com Ministro para tratar de assunto de interesse nacional. Senador César Borges, assunto de interesse nacional, V. Ex^a sabe, se trata aqui no Congresso. Quando se foi discutir o marco regulatório, se fez uma reunião aqui no Congresso com a Ministra das Minas e Energia Dilma Rousseff*. Durante uma hora e meia foram discutidos os pontos passíveis de

acordo e os que não eram passíveis de acordo. Aqui se construiu o entendimento.

Quando se foi votar a Reforma da Previdência, igualmente, se fez aqui reunião de Líderes para buscar o entendimento. Quando se foi votar a Reforma Tributária, foram não sei quantas reuniões com o Ministro Palocci, da área econômica, e aqui dentro do Congresso Nacional se construiu um acordo.

(Interrupção do som.)

O SR JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Não há por que, Sr Presidente, se fazer entendimento fora daqui, não se pode passar para a opinião pública o entendimento de que um “acordão” está em curso. Não há “acordão” com o PFL. O PFL, sim, vota o interesse nacional; vota, sim, a agenda positiva de forma transparente. E vota discutindo com os interlocutores corretos, com os líderes do governo e da oposição, discutindo, como já fizeram, na sala de Renan Calheiros, no prédio do Congresso Nacional, no gabinete do Líder do PFL, do PSDB, do Líder do Governo, mas aqui, no Congresso, discutindo o interesse nacional e construindo a agenda positiva que é possível construir.

Por exemplo, é preciso que se complete a votação da Reforma Tributária e é imperativo que se vote a Reforma Política – essa reforma é um imperativo, precisamos estabelecer a fidelidade partidária, o financiamento público de campanha. Quer falar sobre economia, blindagem de economia? Senador César Borges...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – ...nenhuma matéria se impõe mais no momento do que a autonomia do Banco Central. Senadora Heloísa Helena, os que são a favor votam, os que são contra votam, mas é algo importante para a blindagem da economia, impõe-se que se vote isso.

Nós estamos dispostos, Senador Arthur Virgílio, a sentar à mesa de negociação aqui, dentro do Congresso, para discutir questões como essas e para analisar declarações como a que ouvi na entrevista do Sr. John Snow, que é o Secretário do Tesouro dos Estados Unidos – entrevistado pela jornalista Miriam Leitão, no Bom Dia Brasil de hoje, declarou que vai questionar o Governo brasileiro com relação à política de juros, a mais alta taxa de juros do mundo.

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Ele veio aqui discutir desenvolvimento econômico, bem-estar coletivo e vai questionar o Governo em relação a um fato que, também ele, como nós, julga incorreto: taxa de juros real de 15% ao ano. Agora, ele ousou dizer que vai questionar o Governo brasileiro com relação

a isso. Na minha opinião, é um pouco de ousadia de S. Ex^a, mas concordo com a tese e acho que S. Ex^a, com a autoridade que tem, pode até dar uma contribuiçãozinha, Senador Ney Suassuna, para que, na próxima reunião do Copom, a taxa de juros seja reduzida em 0,25% ou 0,50% e este País realmente retome o crescimento.

O segundo assunto, Senadora Heloísa Helena, é a questão da corrupção. S. Ex^a respondeu claramente que corrupção atrasa desenvolvimento. E se atrasa, é a nossa hora de passar o Congresso a limpo, sem participar de "acordão", pensando...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – ...pensando no futuro do País, que não vai se construir nem com taxa de juros de 15% reais ao ano nem com o festival de corrupção que o PT resolveu promover neste País.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM). Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o Presidente do Partido Liberal, o Deputado Valdemar Costa Neto*, como anunciou o Líder do PFL, Senador José Agripino, acaba de renunciar ao seu mandato. Com isso, S. Ex^a deixa de perder os seus direitos políticos por oito anos – estava na iminência de ser cassado –, com isso S. Ex^a passa uma espécie de senha para que outros renunciem em cadeia – sem trocadilhos. Para que outros renunciem em cadeia. Esse era o verdadeiro *acordão* que se tramava, porque defender a autonomia do Banco Central para blindar a economia não é *acordão* nem muito menos é acordo espúrio coisa alguma; defender que este País tenha direito à normalidade, apesar de ser dirigido por um Governo marcado pelo compromisso com a corrupção e não com a sociedade, não é *acordão*, não é nada espúrio coisa alguma. O *acordão* era isto: era a anistia dos envolvidos; um envolvido anistiando o outro, um envolvido perdoando o outro para que todos eles pudessesem, ao fim e ao cabo, tentar a sorte nas eleições do ano que vem, driblando a Comissão Parlamentar de Inquérito, driblando imaginariamente a condenação da opinião pública e supondo que as renúncias serão suficientes para extinguirem a investigação que começa na CPI do Mensalão, que passa pela CPI dos Bingos e que já avança celeremente na CPI dos Correios.

Não sabemos ainda a extensão desse ato, desse gesto do Deputado Valdemar Costa Neto*. Sabemos que ele encerra uma confissão de culpa; sabemos que ele comprova por si só a existência do tal mensalão; sabemos que ele demonstra aquele ditado do tempo

dos nossos avós, de que a mentira tem perna curta, e a tentativa de arranjarem parceiros para a desgraça, flagrados que foram no gesto da propina, no gesto da corrupção, o Governo Lula, corruptor ativo, parlamentares, corruptos passivos. A mentira tem perna curta.

Esse episódio mesmo, Presidente Sérgio Guerra, do dirigente do nosso Partido, do seu Partido, o Senador Eduardo Azeredo, um homem de bem. Vai renunciar quando, a quê? Precisa renunciar a quê? De repente, tentaram fazer crer, Senadora Heloísa Helena, que o Senador Eduardo Azeredo teria que saber de tudo. Era o responsável, único e exclusivo, por qualquer deslize que possa ter ocorrido na sua campanha eleitoral. E ele declarou cerca de R\$9 milhões na sua prestação de contas. Lula, candidato derrotado à Presidência da República, declarou um terço disso. Na verdade, não declarou nem os bonés, nem as camisetas, nem a televisão, nenhum desses itens de *per se**. Mas, de repente, Eduardo Azeredo teria que ser responsável por tudo, saber de tudo. Lula, não.

Tenta o PT fazer a Nação acreditar que Lula não sabia do que se passava no terceiro, no quarto andar do Palácio do Planalto, no Palácio do Alvorada, na Granja do Torto. Não sabia de nada. A mentira tem pernas tão curtas!

Aqui já está a primeira diferença a dizer, eu, para a imprensa. O Senador Eduardo Azeredo vai renunciar a quê? Ao seu mandato, nunca. Por que renunciaria? Homem de bem que é, que não tem por que se envergonhar, nem bancar o avestruz e se esconder. Não tem por que.

Fica tudo tão claro, tão cristalino, tudo tão fácil de ver. A própria imprensa foi repondo as coisas nos devidos lugares. Essa notícia foi perdendo cor e peso, Senador José Agripino, foi ficando lá no seu devido tamanho. Então, a tentativa de arranjar companhia fracassou, porque todos os dias há escândalos novos. Como agora, esse escândalo da renúncia do Deputado Valdemar não vem porque um novo escândalo apareceu. Vem porque a renúncia é um escândalo em si mesmo, a renúncia é um escândalo auto-explicável, é um escândalo gerado no próprio ventre do gesto de renunciar.

Sr. Presidente, Senador Sérgio Guerra, Senador José Agripino, chamo a atenção para um fato que é extremamente relevante para compreendermos o processo político. Amanhã, na Comissão de Ética da Câmara dos Deputados, prestará depoimento o Sr. José Dirceu de Oliveira e Silva, Senador Gilberto Mestrinho. Não é uma pessoa qualquer, portanto não aceitamos que tentem pesquisar, na nossa consciência, a idéia de que se trataria de uma pessoa qualquer. Não.

Quem depõe amanhã, Líder José Agripino, é o capitão do time do Presidente Lula; quem depõe amanhã

é o Primeiro-Ministro de fato, ainda que de um regime supostamente presidencialista; quem depõe amanhã é quem gerenciava, de fato, os negócios no Estado brasileiro; quem depõe amanhã é quem havia recebido do Presidente a delegação de plenos poderes para agir em seu nome, com efeitos para dentro da administração e com efeitos até sobre a política exterior deste País; quem depõe amanhã é o Presidente ou o ex-Presidente da República real deste País, porque o Presidente Lula tem uma República imaginária, uma República só para ele, concebida só para ele, uma República vivida só para ele, uma República percebida só por ele, uma República sentida só por ele, uma República que é a República do que me parece mais, hoje, a coleção de delírios do Presidente do que propriamente a República que rende efeitos reais para a vida dos cidadãos brasileiros. Quem vai depor amanhã no Conselho de Ética é o Governo Lula, representado pelo seu mais expressivo Ministro, pelo seu Primeiro-Ministro, pelo Presidente de fato de uma República que elegeu Lula com 53 milhões de votos para que Dirceu governasse e Lula bailasse e entrâncasse pelos palcos iluminados da vida nacional e até internacional.

Eu, hoje, Senador José Agripino, almoçando com V. Ex^a e com o Senador Sérgio Guerra, Senador Jorge Bornhausen, Deputado Rodrigo Maia*, sinto-me, de certa forma, ganhador de uma aposta que não fizemos, porque eu disse: vai acontecer a renúncia hoje. Eu disse: vai acontecer a renúncia e essa renúncia não será única, ele não será o único a renunciar.

Os fatos acabaram se confirmando ou acabaram confirmando o que, para mim, não era premonição, era um mero sentimento, um mero *feeling*. E eu dizia ainda há pouco à Senadora Heloísa Helena – e sei que S. Ex^a, de novo, vai se condoer: virão outras renúncias de pessoas com passados inatacáveis, sem direito, talvez, a futuro, até porque não estão sabendo escrever com correção a sua história presente. Virão outras renúncias, renúncias furtivas, do tipo: antes morrer do que perder a vida. Mais ou menos desse tipo. Renúncias do tipo: não importa o conceito que façam de mim – pensa o renunciante –, eu – ele, o renunciante – diz: não, eu vou fazer o que é mais prático, mais pragmático e mais adequado para a minha sobrevivência política. E será assim.

Ao começar o discurso do Presidente do PL, eu tinha absoluta convicção de que S. Ex^a, até o final do seu discurso, anunciaría esse gesto.

S. Ex^a agiu, de *per se*, ou estava numa articulação bem ampla? Arrisco que estava e está numa articulação bem ampla. Arrisco que essa é uma decisão coletiva. Arrisco que todos os envolvidos irão, um a um, procurar esvaziar as investigações e, esvaziando as investigações, dirão: olha, não há mais razão nenhuma

ma para essa tal CPI, porque já estamos aqui livres de vocês – supostamente –, aproveitando que há um processo longo pela frente, que não causará inelegibilidade a ninguém, até porque não há tempo para causar inelegibilidade a ninguém, não haverá tempo para transitar em julgado nenhuma dessas ações que são propostas contra essas figuras de triste presença na vida pública brasileira.

O fato, Senadora Heloísa Helena, é que o Brasil não pode, de jeito algum, imaginar que foi negativo o que aconteceu, porque não foi. Diziam que não há mensalão. Aliás, negaram tudo. Não havia empréstimo, mas há empréstimo. Não havia mensalão, mas há mensalão. Não havia aval, mas há aval. Assinam sem ler, assinam lendo, assinam lendo e não lendo. Vimos as contradições todas sendo espelhadas na crônica tão lamentável da história mais corrupta que este País já viveu.

Aquele episódio triste do Presidente Fernando Collor virou multa de trânsito, Senador Ramez Tebet, virou Juizado de Pequenas Causas, diante do que aí está. Não há setor da atual administração que esteja imune ao pus, ao cancro da corrupção. Nenhum setor. Pode apertar qualquer tecido desse Governo que aparecerá ali a cor purulenta.

Eu me ponho a perguntar: projetos de poder tinham. E competentes. Não tinham projeto de governo. Como conseguiram essa coisa tão tentaculosa? Como conseguiram?! Como conseguiram entrar em praticamente todas as ramificações da administração brasileira com esse projeto, essa proposta articulada de saque aos cofres públicos? Como?!

Será que trocaram o projeto de governo por esse projeto de saque? Será que foi isso? Será que tiveram de optar e optaram claramente pelo projeto de saque, abandonando o projeto de poder? Porque o fato é que tiveram um ano para maturar, em um ano maturou, Senador César Borges, o caso Waldomiro Diniz. E os outros foram explodindo em cadeia. Então, foi o acaso? Não.

O episódio dos vampiros da Saúde foi terrível. Isso me chamou a atenção. E aqui houve ingênuos que comemoravam, tentando fazer crer que era algo relativo ao Prefeito de São Paulo, meu companheiro José Serra. Aqui chegamos a ouvir até piadas, enfim. Daí a pouco foram murchando. Como começaram altivos, no episódio de Santo André, depois foram murchando quando os petistas de boa-fé perceberam que aquilo era algo de enorme gravidade, que envolvia do assassinato à corrupção e toda sorte de crimes por ali.

Mas, enfim, impressionou-me que uma das figuras que vieram com o ex-Ministro da Saúde, o Ministro demitido, chegou ao Ministério da Saúde e a crônica

registra que, com quinze dias, começou a operar a corrupção. Eu pensei: meu Deus do Céu, isso não é homem, isso é um perdiúero. Isso é um perdiúero". Qualquer outro corrupto levaria mais tempo, levaria um tempinho. Quinze dias, não! Um ano, seis meses era quase um recorde mundial. Quinze dias! Pode V. Ex^a recorrer aos jornais da época e veja se não estamos nos referindo a algo que "fulano entrou, procurou saber quem operava coisa errada no Ministério, adaptou-se imediatamente àquilo e passou a chefiar o que virou a tal quadrilha dos vampiros".

Já historiamos aqui. Era preciso fazer um painel gigantesco – e colocar luz sobre ele –, envolvendo tantos casos de corrupção.

Vejo que o Brasil não está andando para trás. Alegre não estou, não é algo que se possa dizer de construtivo. Não é construtivo este momento. Mas o próximo será. A idéia de que não cabe no Congresso mais esse comportamento; não cabe na vida pública mais esse comportamento; a idéia de que não cabe no Parlamento, mas não caberá e não cabe mais no Executivo, não cabe em lugar nenhum da vida pública esse comportamento, essa postura, esse descompromisso com honrar e respeitar a coisa pública. Não cabe! E tanto não cabe que já começaram a renunciar. Renuncia um hoje, renunciará outro amanhã...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ...renunciarão não sei quantos na medida em que os fatos forem mostrando a cada um dos ainda não processados que, se quiserem manter seus direitos políticos intactos, devem renunciar. É a saída que não é heróica. Mas vou esperar heroísmo de quem trabalhava mensalão? Não! Vou esperar mesmo esses subterfúgios todos.

Tenho esperança de que, antes até da Justiça – e confio muito na Justiça –, o Congresso saberia e saberá fazer o mais justo com quem não renunciar, mas tenho certeza absoluta, Senador José Jorge, de que há um tribunal de instância mais do que superior, capaz de jurisprudenciar de maneira definitiva sobre a vida de cada homem público, de cada figura pública desta Terra. Trata-se de um tribunal que vai dar o julgamento final, que vai agir na eleição, dizendo quem volta e quem não volta para o Congresso...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ...quem se elege e quem não se elege para o Executivo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O tribunal vai ser chamado a opinar entre quem tem vida limpa e quem não tem, entre quem tem currículo e quem

tem prontuário, entre quem tem serviços prestados e quem tem vontade de se servir eternamente de uma Nação saqueada, de uma Nação vilipendiada, de uma Nação espoliada, de uma Nação humilhada.

A renúncia não é para frustrar ninguém; a renúncia é a prova de que as investigações estavam avançando no caminho certo. A renúncia é a prova de que a impunidade levou um *knock down*, não levou ainda um *knock out*. A impunidade perdeu um *round*. A impunidade perdeu um passo. E haverá de perder o compasso. E este País começa a afirmar-se e – como eu digo –, a médio e longo prazos, apontará na direção de um País mais justo, mais digno. A impunidade vai mostrar que não é possível termos mais a convivência do Congresso Nacional...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ...tão altaneiro que desejamos com práticas que envergonham a todos e que nós nivelam perante a opinião pública.

Ouço o Senador José Agripino e, em seguida, o Senador Ramez Tebet.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Arthur Virgílio, estou ouvindo V. Ex^a com muita atenção, que faz um pronunciamento da melhor qualidade. V. Ex^a mencionou uma questão sobre a qual o Brasil todo precisa refletir. Quem vai depor amanhã – e espero que vá – no Conselho de Ética da Câmara é o próprio Governo do Presidente Lula. José Dirceu é o próprio Governo do Presidente Lula. São dois anos e meio de Governo. Há pouco, eu falava sobre a perspectiva de um "acordão" envolvendo diversos Partidos políticos, dos quais o PFL se eximia e tenho absoluta certeza de que o PSDB também. E quero dizer a V. Ex^a que estou vendo aqui, numa agência noticiosa, o teor do pronunciamento do Deputado Valdemar Costa Neto, que acaba de renunciar, fazendo um pronunciamento, onde textualmente admite que cometeu um erro, mas que foi induzido ao cometimento do erro. E o erro foi ter aceitado dinheiro do PT. Ele foi induzido – palavras dele no discurso proferido há minutos – pelo Partido dos Trabalhadores a cometer o erro que o levou à renúncia. Com isso, quero dizer a V. Ex^a que o PT está, pela palavra do Presidente ou do ex-Presidente do PL, inevitavelmente, no centro do furacão, está no caldeirão, e que temos que ficar muito atentos, daqui para frente, a tudo que os acusados venham a dizer, porque pode significar a formação do elo de evidências que vai levar à formação da culpa, e a culpa que vai levar a condenações, quer com cassação, quer com prisão.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Arthur Virgílio, dirijo-me a V. Ex^a, como sempre, para, primeiramente, cumprimentá-lo e falar um pouquinho sobre a renúncia, se V. Ex^a me permite. Entendo como V. Ex^a: a renúncia é uma confissão de culpa. Portanto, as investigações do Poder Legislativo, das CPIs começaram a surtir efeito. A grande indagação que a sociedade vai fazer a partir do momento das renúncias – pois estou de acordo com V. Ex^a de que virão outras – é se vai ficar nisso. Então, cabe um esclarecimento, se V. Ex^a me permite: o julgamento político, com a renúncia, está praticamente feito, mas isso não significa que os trabalhos das CPIs tenham sido em vão, porque as conclusões irão para o Ministério Público. Renunciantes ou não terão também de responder pela Justiça comum. O tribunal maior, como V. Ex^a acaba de afirmar, é o tribunal da cidadania, o tribunal do povo. Se algum renunciante ousar se candidatar e puder se candidatar antes do julgamento final do Poder Judiciário, terá que enfrentar a opinião pública. E acho que a cidadania tem avançado neste País e, com certeza, serão condenados nas urnas também, se por acaso isso ocorrer. Meus cumprimentos a V. Ex^a e obrigado por me permitir essa breve intervenção no seu brilhante pronunciamento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado a V. Ex^a, Senador Ramez Tebet.

Respondo a V. Ex^a e ao Senador José Agripino, encerrando o meu pronunciamento, Sr. Presidente, dizendo que é impossível ao Presidente Lula dizer que não sabia da renúncia do Deputado Valdemar da Costa Neto, porque ela está publicada nos jornais. Não sabia do que se passava no terceiro andar, não sabia do que se passava no quarto andar, não sabia do que se passava na garagem do Palácio, não sabia do que se passava em lugar nenhum, não sabia do que se passava no IRB, nos Correios, não sabia de nada, mas da renúncia sabe, até porque ela é pública, ela é notória e é fruto da relação corrupta e promíscua, a partir do Palácio, que se estendeu para setores – que têm de ser extirpados do Parlamento, sim – do Congresso Nacional.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Concedo a palavra ao Senador Efraim Moraes, pela Liderança da Minoria.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, os jornais registram que estaria em curso, neste momento, um grande acordo entre as cúpulas partidárias com vistas a minimizar os efeitos da crise política e a reduzir o universo dos punidos pelos escândalos protagonizados pelo Governo

do PT. Sobretudo estaria em pauta a preservação do mandato do Presidente Lula.

Confesso, Sr. Presidente, que li essas notícias com espanto, na medida em que, como Senador do PFL e Presidente de uma das CPIs em curso, a CPI dos Bingos, desconheço qualquer movimento do meu Partido – e há pouco foi dito pelo Líder José Agripino que o PFL estaria fora desse tipo de acordo – para celebrar com quem quer que seja e a qualquer pretexto um acordo pizza.

O PFL, com a responsabilidade que tem para com o País, quer a governabilidade e se dispõe a buscá-la sem preconceitos. Mas, a pretexto de buscá-la, não compactuará com a impunidade.

Entendemos que a crise em curso só cessará na medida em que a verdade surja das investigações e que os responsáveis sejam devidamente punidos. Quanto a isso, não há o que negociar. A sociedade brasileira não aceita mais tergiversações a esse respeito.

Não temos nenhum interesse em desestabilizar o Governo ou reduzir o mandato do Presidente da República, mas não nos oporemos aos fatos. Em caso extremo – e se os fatos assim o determinarem –, não deixaremos de considerar o próprio processo de *impeachment*, que, como sabemos, é um instrumento do Estado Democrático de Direito. Esperamos que o *impeachment* não seja necessário, mas desde já reiteramos que a presente crise está sendo governada pelos fatos – como dizia o saudoso Ulysses Guimarães: Sua Excelência, o fato!

A cada dia que passa, aumentam as evidências de que o Governo Lula promoveu um monstruoso esquema sistêmico de corrupção junto à máquina pública, com vistas à sua perpetuação no Poder.

O chamado mensalão é uma excrescência sem precedentes na história republicana deste País. Se houve no passado episódios envolvendo suborno ou compra de votos, sabe-se que foram ações pontuais, localizadas. O que está presentemente em pauta é uma ação sistemática – e sistêmica –, com vistas a controlar, no âmbito da Câmara dos Deputados, um exército de Parlamentares mercenários.

Trata-se de crime de lesa-democracia. Comprase com dinheiro público – o que é mais grave ainda – a adesão de uma parcela do Legislativo, impedindo que uma das manifestações vitais da democracia – o choque das idéias – seja exercitada.

A população, diante dessas chocantes revelações, pergunta qual a validade de votações polêmicas, como a reforma da Previdência ou a reforma tributária. Foram obtidas via mensalão? Há evidências de que sim. Direitos adquiridos do trabalhador, do servidor público foram subtraídos naquelas votações, desde já

manchadas pela suspeita de que foram decididas por votos comprados.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Pior, Senador José Jorge! Pior, repito: comprados com dinheiro público, já que, conforme também está evidente, era nas estatais que a quadrilha petista se abastecia para sustentar a sua vasta e clandestina folha de pagamentos.

Ouço, V. Ex^a, Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Meu caro Senador Efraim Morais, eu gostaria de dizer, em primeiro lugar, que concordo com tudo o que V. Ex^a está falando e gostaria apenas de acrescentar um fato que considero inusitado: enquanto houve a montagem de todo esse sistema de corrupção generalizado, sistema que abrange praticamente toda a Administração Federal brasileira, o Governo, por meio dos seus líderes e do Presidente Lula, quer nos convencer de que tudo isso foi feito por Delúbio Soares e Marcos Valério. Na verdade, isso é algo no qual não dá para acreditar. Sou crédulo – acredito até em Papai Noel! – e posso até fazer um esforço para acreditar que o Presidente Lula não comandou esse sistema, mas é muito difícil não acreditar que isso era comandado pelo Ministro José Dirceu. Esse Delúbio Soares era um simples funcionário do PT, que recebia salário. Ele não podia tomar esse padrão de decisão. Então, o esforço máximo que se deve esperar da Oposição é acreditar que o Presidente Lula não estava envolvido, mas acreditar que o Ministro José Dirceu não era o grande comandante de todo esse processo é impossível, Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Senador José Jorge, como costuma dizer o Senador Arthur Virgílio: ele era o capitão do time.

Não conheço e sei que V. Ex^a também não conhece como funciona o PT, mas sabemos que não há decisão isolada dentro do Partido.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Mas quem disse que ele era o capitão foi o Presidente Lula.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Foi ele, não é?

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Foi o Presidente Lula que disse que ele era o capitão do time, e o Ministro José Dirceu disse que tudo o que fazia era do conhecimento do Presidente Lula.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – É verdade. Vou fazer essa abordagem no meu discurso.

Hoje, segunda-feira, o **Correio Braziliense** estampa ampla reportagem que confirma de maneira inapelável o envolvimento do ex-Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu, com o esquema bancário que

sustentou e promoveu as falcatrusas em triangulação com Marcos Valério e Delúbio Soares.

O ex-Ministro não apenas sabia dos empréstimos como pediu, ao tempo em que estava no Palácio, dinheiro emprestado ao Banco Rural para sua ex-mulher e emprego para ela no BMG. A gerente de Marcos Valério, Simone Vasconcelos, confirma que o assessor de José Dirceu, Roberto Marques, sacou R\$50 mil no Banco Rural.

Diante de tudo isso, o que diz o ex-Ministro? Segundo a revista **Veja** desta semana, ele é categórico. Disse José Dirceu: “Fiz tudo com o conhecimento e o aval do Presidente da República”. Vejam bem: com o conhecimento e o aval do Presidente da República. Se houvesse apenas o conhecimento, estaria o Presidente incidindo em crime de prevaricação, o que já seria suficiente para enquadrá-lo em crime de responsabilidade. Mas, além do seu conhecimento, há o aval, isto é, o seu apoio, o que agrava o delito, elevando-o ao grau de cumplicidade.

O único modo de o Presidente da República desvincular-se dessa pecha é vindo a público responder a essas afirmações do seu ex-homem forte do Governo. O Presidente está entre dois fogos cruzados: Roberto Jefferson e José Dirceu. Ao primeiro, disse que daria um cheque em branco e, a seguir, dormiria tranquilo. Ao segundo, cedeu o mais importante cargo do Governo, fazendo com que a sua própria autoridade se confundisse com a dele. Não pode, pois, desqualificar nenhum dos dois, a menos, é claro, que prove ao público que ambos o enganaram - o que, convenhamos, não parece verossímil. Lula pode até ser despreparado para a gerência do Governo, mas não é, de modo algum, inocente ou burro.

Com relação ao tal pacto de governabilidade, insistimos: nenhum homem público responsável pode-se opor à governabilidade, mas, em nome dela, não se pode acobertar o crime. E, aqui, faço coro ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que, em entrevista neste fim de semana, disse o seguinte: “Nenhum de nós está fazendo nada que atrapalhe a governabilidade. O que está acontecendo é roubo. Roubo não tem o que fazer, tem que apurar o roubo. Não há risco nenhum para a governabilidade.”

Subscrevo, sem qualquer acréscimo ou supressão, as palavras do ex-Presidente. Se alguma coisa pode atentar contra a governabilidade e a paz social, essa coisa é a trapaça com os fatos.

Outro ponto importante é não misturar fatos distintos, de gravidade diferenciada. Uma coisa é o caixa dois eleitoral, outra são o mensalão e a extorsão sistemática de dinheiro das estatais para provê-lo.

Sr. Presidente, vou concluir, pois V. Ex^a já tem sido bastante tolerante.

O que está em jogo, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, é a credibilidade das instituições políticas. Essa credibilidade foi ferida de morte.

Eu pediria a V. Ex^a mais...

(Interrupção do som.)

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PE) - ... dois minutos para concluir.

Estamos todos, até que tudo se esclareça e os responsáveis sejam exemplarmente punidos, numa grande UTI moral. Joio e trigo estão misturados neste momento e cabe a nós, Congresso Nacional, separar um do outro. Sem Parlamento não há democracia - e sem democracia não há civilização digna deste nome.

Portanto, Sr. Presidente, cabe-nos, no limite, garantir a sobrevivência das instituições democráticas. E somente a verdade permitirá que isso aconteça.

Quanto ao Presidente Lula, quero tranquilizá-lo, deixando claro que o que buscamos é o ...

(Interrupção do som.)

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PE) -mesmo que ele diz buscar. Sua Excelência tem repetido que quer que as investigações cheguem às últimas consequências, atinjam a quem atingir: Governo ou Oposição, católicos ou evangélicos.

Pois é exatamente isso que nós, do PFL, queremos. Por isso, proclamo, sem qualquer dúvida, que esse é o verdadeiro e único pacto pró-governabilidade admissível neste momento.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Ex^a a tolerância.

O Sr. Sérgio Guerra, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, recebi a notícia de que o empresário Marcos Valério acaba de dar entrada, na Procuradoria-Geral da República, em um pedido de delação premiada, isto é, para que, delatando todos os seus cúmplices, tenha uma redução na possível pena que receberá pelos crimes que cometeu.

Acredito que seria muito importante essa solicitação ser atendida – e está prevista em lei -, pois se o Dr. Marcos Valério falar o que realmente sabe podermos fazer uma grande limpeza não só no Congresso,

mas principalmente no Governo, chegando ao fundo do poço e à verdade completa.

Eu gostaria, portanto, de fazer esse apelo.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, para uma questão de ordem.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sou o orador inscrito logo após o Senador Sérgio Guerra?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Não. O seguinte é o Senador Sibá e, depois, V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado, nobre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Concedo a palavra ao nobre Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. – Sr. Presidente, Sr^{as}s Senadoras e Srs. Senadores, tenho participado, ao longo dos últimos dias, da CPMI que cuida dos Correios, cuja atividade teve o seu espaço ampliado para um exame mais detalhado das causas que produziram arrecadação ilegal para o financiamento do chamado mensalão.

Nesse período, praticamente mergulhei nos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, cujas atividades são absorventes, necessariamente complexas e exigem responsabilidade, segurança, isenção e trabalho daqueles que delas participam com espírito público.

Ouvi vários pronunciamentos na tarde de hoje e, sinceramente, determinei-me a dizer também algumas palavras.

A minha sensação, com as informações que tenho reunido, é de que esse processo, ao contrário do que alguns imaginam, está rigorosamente fora de controle. Se houvesse uma imensa articulação – e não há –, Lideranças que pudessem se impor neste instante – e não há tantas –, se houvesse uma forma de se enquadrar esse processo, ainda assim eu não acreditaria na sua eficácia.

O que se vê, de fato, muito mais do que defeitos na legislação eleitoral ou eventuais distorções no uso de recursos em campanhas eleitorais, como pensa em fazer crer a população, são setores do PT que querem “cobrir o sol com a peneira”. O que se evidencia, a cada dia, é um sistema de poder que está absolutamente se desestruturando.

Não dá para se reduzir essa crise e simplificá-la, tentando, na verdade, impor-se uma versão que não

corresponde aos fatos. Ela já derrubou o principal Ministro do Governo.

Mais do que ter sido primeiro Ministro deste Governo, o Deputado José Dirceu é alguém que construiu o PT, no geral, e a operação do PT, no particular. Sempre se afirmou dele e sobre ele que era uma pessoa que tinha qualidade e competência para organizar, chefiar e conduzir; que era não necessariamente um líder de massas, o que nunca foi, mas um líder operativo, capaz de conduzir um grande Partido, o que, de fato, parece que fez por um longo período da sua vida.

No Governo, as suas primeiras iniciativas eram nessa direção. Ouvi de vários Líderes, de vários Partidos, mais ou menos, o seguinte: "Se você quer resolver alguma coisa, fale com o Zé Dirceu. Fora do Zé Dirceu, ninguém resolve coisa alguma". E o Zé Dirceu tombou nesse processo.

Não ficou nele essa redução: a seguir, o Presidente do Partido, uma figura lendária na Esquerda brasileira, o Deputado José Genoíno, cuja imagem se confunde com a do PT, teve que abandonar a Presidência do seu Partido.

Falo de duas figuras emblemáticas no campo da Esquerda, das forças populares do Brasil. Os dois foram rigorosamente eliminados do processo político do Governo, do PT e das forças que compõem com ele.

Um segundo conjunto foi logo se apresentando. Esses não merecem maior comentário. O Sr. Delúbio Soares, tesoureiro, que confessa o que confessou e que deixa de confessar o que todos sabemos que fez, que faz e que sabe. É uma confissão explícita qualquer manifestação dele, mesmo que silenciosa. O Secretário-Geral do Partido também pouco disse, porque é evidente que não tinha o que dizer nem podia dizer. Completamente coerente com os dois, agora nem tão coerente, porque a crise desagrega os fatores desse mesmo processo, o Sr. Marcos Valério e depois a sua mulher – tudo extremamente unido e estranhamente unido.

Sinceramente, fico tomado de profunda preocupação quando assisto a companheiros do Partido dos Trabalhadores, que sei decentes, segurarem essas versões e não tomarem a única posição que deveriam tomar. Vamos fazer uma limpeza no PT e onde for preciso fazer, mas não há limpeza no PT como se o PT não fosse parte do Governo. Claro que é. Vários Ministros já deixaram de ser Governo. Para onde se olha e para onde se dá atenção, há sinais evidentes de corrupção.

Não é coisa inventada. Jamais fui Parlamentar para denunciar, nunca foi meu feitio. Todavia, percebo, em todo lugar para onde olho, em todo documento que leio, em toda versão que se apresenta, um conteúdo profundo de verdade. A sociedade lá fora observa isso.

Depois de muitas manobras, duas manobras completamente equivocadas e irresponsáveis. A primeira, a de querer colocar, nesse processo, partidos de Oposição. Direi, de maneira muito clara: o PFL e o PSDB. O PFL, por meio do Deputado Roberto Brant. O PSDB, pelo Presidente Eduardo Azeredo.

Nós sabemos, eu sei, o Congresso sabe e a sociedade brasileira também, que tanto um quanto o outro são pessoas honestas e nas suas vidas não há corrupção – nem na de Roberto Brant, nem na de Eduardo Azeredo. Se houvesse isenção, tranquilidade, nenhum dos dois estaria sendo puxado para uma crise cujo conteúdo não é o das acusações que se lhes fazem. Mas isso tudo faz parte de um processo que eu até explico, embora com ele não concorde.

O que eu estranho profundamente é a palavra e a ação do Presidente da República, como falaram aqui de maneira consistente os Senadores Efraim Moraes, José Agripino, Arthur Virgílio e outros que discursaram hoje de tarde aqui nesta sessão do Senado.

E esse Presidente? Por muitos anos foi um grande líder. Sai do Nordeste, da pobreza do Agreste seco, vai para São Paulo, onde constrói uma luta operária, um movimento sindical. Lidera um partido pequeno para transformá-lo, aos poucos, num grande partido. Assume compromissos, com a população, de vários tipos; compromissos para políticas econômicas. Os seus compromissos na área da política econômica não foram honrados. Compromissos para políticas sociais. Seus compromissos nas políticas sociais, muito menos – estes não foram honrados de forma alguma. E o compromisso supremo com aquilo que foi, no tempo forte da ação do PT, a defesa da ética na política, da transparência, uma performance dura nas CPIs, uma oposição, muitas vezes, irascível, radical, mas bastante centrada na honestidade no uso do dinheiro público. Não é para aí que os fatos se demonstram coerentes.

O exame das administrações do PT aponta, quase sempre, para um prodígio de irregularidades. No meu Estado, na minha cidade, o Recife, o Prefeito é especialista em não fazer concorrência pública; é o rei das dispensas de licitação. O Senador José Jorge acaba de trazer ao conhecimento de todos um fato absolutamente grave. Mais de R\$1 bilhão estão na contabilidade do PT nacional como sendo transferidos para a campanha do PT em Pernambuco. E, na campanha de Pernambuco, esses recursos não chegaram nem foram registrados na mesma contabilidade do mesmo partido na sua instância regional.

Por onde se olha há municípios contaminados por esse processo que não corresponde à história do PT. O caso de Santo André é uma violência das mais dramáticas já vividas na vida pública brasileira, com

todos os componentes de crime, todos os componentes policiais, que são uma condenação a um partido que lutou pelo povo brasileiro para, ao término dessa luta, concluir governos desse tipo.

Agora, vem o Presidente da República. Qual seria a atitude do Presidente Lula às primeiras manifestações da Oposição? A Oposição jamais desejar o mandato do Presidente Lula. Nunca foi preocupação da Oposição o mandato do Presidente. A Oposição sempre deseja fazer oposição sensata, dura, e ganhar as eleições para Presidente da República.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Pois não, Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Em primeiro lugar, quero dizer que concordo com V. Ex^a. Creio que todos nós, da Oposição, temos um pensamento muito coincidente neste momento. É preciso estranhar esse discurso “chavista” do Presidente Lula de dizer que a elite quer retirar o seu mandato. Na verdade, a elite está muito satisfeita com o Governo, já que os juros estão altos. O principal fator que beneficia a elite, aqueles que têm o capital, é o juro alto. Eles ganham em cima daquele capital de que dispõem, que está aplicado nos bancos. Não há elite nenhuma querendo tirar o Governo. Creio que se o Presidente Lula for queixar-se de alguém será de seus companheiros de Governo. Estes montaram uma estrutura que, na verdade, visava a um grande sistema de financiamento permanente do PT e acabou como sabemos. Todos foram descobertos. Agora mesmo, o Deputado Valdemar Costa Neto renunciou e confessou que recebeu dinheiro do PT. Inclusive, arrepende-se e diz que foi induzido pelo Partido. Com o Deputado Roberto Jefferson foi a mesma coisa. Tudo está vindo à tona. Não é a elite que está agindo desse forma, mas seus próprios companheiros é que estão se auto-denunciando. Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Agradeço o aparte do Senador José Jorge. S. Ex^a deu-me uma linha clara sobre como preciso e devo encerrar minhas palavras.

O fato mais dramático deste momento é a inserção do Presidente, suas palavras, seus gestos. Se fosse o Presidente, eleito pelos brasileiros, imbuído da responsabilidade dessa eleição e da grande vitória, jamais teria afirmado, feito, executado todo um programa de exibição, nos últimos dias, que não aponte na direção da democracia. Este Presidente sempre se empenhou em ter o apoio da elite desde que assumiu. Ninguém mais cultivou a elite brasileira do que o Presidente Lula, todas as elites, inclusive elites não-brasileiras instaladas aqui.

Pois o Presidente, num momento de crise moral e ética, como se nada tivesse a ver com essa crise, num quadro surrealista, que não dá nem gera respeito ao Presidente – ao contrário, desagrega seu conceito, sua imagem e a das instituições –, faz à Nação um discurso contra as elites que é uma fraude, é insincero, é absolutamente insincero e, eu diria, mais do que insincero, irresponsável. A conduta do Presidente do Brasil, neste momento, poderia ser qualquer outra, mesmo não sabendo dos fatos – se é o caso de o Presidente não saber deles, em que sinceramente não acredito e ninguém mais acredita. O Presidente jamais poderia se conduzir como está fazendo: na direção da ditadura. Quando o Presidente fala que se quer tomar o Governo dele com golpe, na verdade o que está dizendo é que ele não respeita o sentimento nacional, que não é capaz de assumir suas responsabilidades públicas, que não honra seu passado nem a democracia brasileira.

Penso que vamos assistir, nos próximos dias, a um movimento de desagregação, porque agora os culpados vão começar a falar, vão começar a dizer o que sabem, porque não há mais forma de se protegerem no silêncio. Vamos começar um festival de denúncias, que, queira Deus, consigamos controlar no âmbito de uma fiscalização responsável e segura que nos conduza a uma democracia segura, como o País deseja e precisa ver continuada e aperfeiçoadas. O Presidente da República, este não, já falhou. Independentemente de saber ou não da corrupção, de tê-la autorizado ou não, já falhou dramaticamente. Não mereceu os votos que os brasileiros lhe deram.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao nobre Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Efraim Morais, nesta tarde de segunda-feira, dia 1º de agosto, iniciando a retomada dos trabalhos da Casa, faço questão de lembrar algumas coisas com as quais o Presidente, Senador Renan Calheiros, precisa tomar o maior cuidado possível, para que o Senado Federal não se perca no emaranhado de atividades que tem pela frente.

Amanhã, retornam, a todo vapor, todas as Comissões permanentes da Casa, as sessões plenárias, as votações, tudo, além das Comissões Parlamentares de Inquérito que já estão funcionando e da última que foi instalada e que deverá começar seus trabalhos também no dia de amanhã. São três comissões muito fortes: a dos Bingos, da qual V. Ex^a, Senador Efraim Morais, é Presidente; a dos Correios, que, no meu entendimento, já avançou bastante; e a do Mensalão, que deve começar agora.

O que ocorre, Sr. Presidente? Às vezes, antes de dormir, fico refletindo sobre o que deve passar na cabeça da sociedade brasileira, com esse turbilhão de coisas que estão acontecendo. Preocupa-me também a forma como as notícias são dadas – veja a audiência que a TV Senado e a TV Câmara, a Rádio Senado e Rádio Câmara têm tido, em âmbito nacional –, como também os seguintes fatos: primeiro, será que as Bancadas darão conta de tantos trabalhos que têm pela frente? Como elas evitarão a sobreposição deles? Como evitarão a mediocridade de alguns resultados que poderão acontecer? Como faremos uma agenda comum entre Câmara e Senado, para que as coisas do dia-a-dia continuem acontecendo normalmente, independentemente dos resultados alcançados pelas Comissões Parlamentares de Inquérito? Como evitar que se faça das CPMIs um *show* nacional e não uma investigação?

Tenho sentido, por onde tenho andado, que há uma expectativa muito grande quanto a um pedido que está sendo feito, todos os dias, pelo Deputado Roberto Jefferson para uma acareação com José Dirceu. No meu entendimento, isso está parecendo uma luta de Mike Tyson nos bons tempos. Quando ele subiu no conceito mundial como um grande pugilista, parecia que o mundo parava para assistir a cada grande luta.

Fico pensando se esse confronto não é extremamente danoso para a continuidade de isenção da CPMI; para o seu resultado. Deve-se evitar que ela vire pizza. Não sei se vai haver nele alguma coisa proveitosa. No meu entendimento, a troca de acusações pode virar uma grande luta a ser apresentada ao Brasil, que com certeza vai parar para assistir à acareação. Desde já, rogo a V. Ex^a, que é Presidente de uma das Comissões: que se evite essa acareação, porque não estou vendo nenhuma vantagem nela. Acho que o Deputado José Dirceu e o Deputado Roberto Jefferson têm condições de explicar qualquer coisa que mereça ser explicada, sem que precisem encontrar-se. Se o quiserem, os corredores da Casa estão abertos, as salas, o plenário, e há os discursos que poderão proferir ou coisa parecida.

Outra pergunta que faço é: quem será cassado? Diante disso, discorro sobre o grande salto do Brasil. O que a pessoa que está em casa aguarda como resultado das Comissões? Primeiro, as punições contra corruptos e corruptores. Aqueles que são detentores de mandato vão perdê-lo? Vai haver renúncias, como a do ex-Deputado Valdemar Costa Neto, que acabamos de saber?

O que ocorre com o Parlamentar que a pede? Legalmente, foge da pena de perda dos direitos políticos, ou seja, poderá concorrer normalmente a uma nova eleição já no ano que vem, se quiser. Porém, entendo

que a Justiça poderá, neste momento, cumprir com sua função, que é continuar a investigação contra o Parlamentar que já se encontra sem foro privilegiado.

A minha segunda preocupação é sobre se haverá prisões. Será que haverá prisões, Sr. Presidente? É uma pergunta que deve ser feita. Novamente cabe à Justiça determinar. Nenhuma CPI tem o poder de condenar e prender. De novo, o caso vai para as barras da Justiça.

E o confisco de bens? No meu entendimento, se não acontece nada à pessoa que é flagrada numa ilicitude dessa natureza, a lição que fica registrada na história é a de que o crime compensa.

Reforma política é outro tema de que se fala muito na tribuna desta Casa. Para que se dê esse salto na limpeza Brasil, reforma política! Falamos aqui da fidelidade partidária, do financiamento público de campanha, da redefinição de direitos partidários, da votação em lista, e assim por diante. São muitos os assuntos de que se fala, mas não quero ater-me a nenhum deles.

A terceira situação que me chama mais a atenção é a do endurecimento no combate à corrupção. Tomo a liberdade de já iniciar um estudo, para saber quantos projetos tramitam no Congresso Nacional, sobre o endurecimento no combate à corrupção.

Já tenho a informação de que há mais de 30 projetos na Câmara dos Deputados. Cito alguns, como o que torna a corrupção um crime hediondo; o que cria as varas especializadas em crimes dessa natureza, para dar maior celeridade à Justiça no combate à corrupção; o que aumenta a pena de reclusão para até 12 anos, para as pessoas que forem condenadas pela prática de corrupção; o que aumenta a suspensão de direitos políticos para até 15 anos – considero uma “moleza” a pessoa perder o mandato e poder retornar três ou quatro anos depois. Há, ainda, o que trata da quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico, que seriam colocados à disposição do Ministério Público já no momento da investigação contra a corrupção.

O eminentíssimo Senador José Jorge, do PFL, antes dessa novela toda, apresentou um projeto que, na quarta-feira, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania vai tratar e que prevê a proibição definitiva de que qualquer pessoa, funcionária pública, faça contribuição a partido político. Não vou entrar nesse detalhe hoje; pretendo fazê-lo na próxima quarta-feira, porque apresento, inclusive, voto em separado.

Tenho a notícia de que a Ministra Dilma Rousseff baixou uma portaria, determinando que 75% das funções DAS-1, DAS-2 e DAS-3 e 50% das DAS-4 sejam ocupadas por funcionários de carreira, ficando as DAS-5 e DAS-6 de livre indicação.

Ainda devo ressaltar o que falei em uma das reuniões de que participei, quando estive no Estado do Acre: o Lula que conheço fugiu do dogma da Igreja Católica, da propriedade do conhecimento dos intelectuais, da orientação dos sindicalistas de carteira, que chamamos de cartoriais, ficou avesso aos modelos predeterminados e insistiu em se constituir numa liderança popular. Por mais que falem do Presidente Lula, todos nós temos consciência de que Sua Excelência é isento desse tipo de orientação. Todos nós sabemos que o Presidente Lula está conduzindo o nosso País com muita seriedade, evitando quaisquer medidas populistas e irresponsáveis; se fosse para fazer isso, teria abaixado por decreto a taxa de juros, só para agradar não sei quem.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O Presidente Lula conduz a missão de governo dentro daquilo que é a sua responsabilidade.

Concedo já o aparte a V. Ex^a.

Ciente dessa responsabilidade, o Presidente da República tem o direito, com as origens que possui, de descer, sim, de palanque, cumprimentar e abraçar as pessoas em um contato direto.

Portanto, Sr. Presidente, por mais que falem do Presidente Lula, tenho consciência absoluta de que é a pessoa certa para o momento que o Brasil está passando. É claro que preciso dizer mais uma coisa que afirmei nessa reunião do meu Estado: todo governo, mesmo os que vão à reeleição, é obrigado a se superar – é obrigado; mesmo o do Presidente Lula. É claro que tem que ser melhor do que o do Presidente Fernando Henrique. É obrigado, porque, se apenas empatasse, já estaria errado. Ele tem que superar o anterior. Se for à reeleição, tem que se superar a si próprio; e, se outro vier no seu lugar, tem que superá-lo. Isso é o natural na história das coisas.

Portanto, não vale aqui nenhum tipo de preocupação quanto à condução séria.

Permita-me um minuto para ouvir o aparte do Senador José Jorge, Sr. Presidente.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Meu caro Senador Sibá Machado, em primeiro lugar, elogio o esforço de V. Ex^a, que sempre está aqui no plenário, defendendo o Governo, como membro do PT; quando muitos não estão presentes, pois fogem, V. Ex^a sempre está aqui e na CPI, com um entusiasmo muito grande. Isso merece elogios. Em segundo lugar, eu gostaria de dizer a V. Ex^a que não dá para nós, da Oposição, ou para a sociedade brasileira acreditarmos que o Dr. Delúbio Soares, sozinho, montou toda essa estrutura, todo esse esquema. Então, vamos partir da hipótese de

que o Presidente Lula não sabia, que deixou isso com alguém. Pelo menos o Ministro José Dirceu deveria assumir a responsabilidade desses atos. Por quê? V. Ex^a sabe melhor do que eu, que é do PT, que o Primeiro-Ministro ou o ex-Ministro José Dirceu montou o PT. Ele era uma figura importantíssima no PT. O Delúbio e o Silvinho eram funcionários assalariados do Partido. Jamais poderiam tomar empréstimo bancário sem ninguém saber. Então, eu gostaria que V. Ex^a se pronunciasse um pouco sobre isso. V. Ex^a acredita que o Delúbio Soares e o Silvinho podiam sozinhos tomar essas decisões dentro do PT? Vamos esquecer o Presidente Lula e dizer que ele não sabia disso, porque realmente a questão partidária não era com ele. Mas, pelo menos, outros dirigentes do PT, o Genoíno e o José Dirceu, deveriam saber. Eu só queria saber a opinião de V. Ex^a sobre isso, que conviveu internamente com essas pessoas.

O SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador José Jorge, não se pode medir até onde vai a natureza da pessoa humana. Isso realmente nos assustou a todos. Eu também continuo atônito de saber que a arquitetura de uma coisa desse tamanho pudesse estar reduzida a apenas uma pessoa. Queremos saber se passa de Delúbio, se passa de Silvio Pereira, se passa de alguém. Mas quero acreditar que essas pessoas, por estarem trabalhando praticamente sozinhas, acabaram por achar que poderiam fazer e ir muito mais longe. Portanto, aguardo, sim, o final de toda essa investigação, porque ninguém mais do que o meu Partido, o PT, está interessado em elucidar esses fatos, porque temos 820 mil pessoas aguardando o desenrolar disso tudo para que possamos retomar a nossa vida natural de construção do espaço democrático que fizemos e da construção do Brasil.

Sr. Presidente, retorno amanhã, com certeza, para continuar esse debate e falar mais um pouco daquilo que acredito serem as medidas necessárias a serem tomadas por nossas Comissões, por esta Casa, pelo Conselho de Ética que vier a ser instalado, e tudo o mais. Temos de dar a resposta que o Brasil quer.

Agora, mais do que nunca – para encerrar –, a agenda do Congresso Nacional tem de estar acima de qualquer coisa. Aqui chamo a atenção para a fala do Presidente Renan Calheiros, para a nota que vimos na imprensa do Senador Arthur Virgílio, para as palavras ditas pelo nosso Senador e Líder do Governo, Aloizio Mercadante, e de tantos outros líderes que têm se pronunciado nesse sentido. A construção da agenda Brasil independe de qualquer coisa que esteja acontecendo. Portanto, separem uma da outra. O combate à corrupção é uma coisa e a agenda Brasil é outra. As duas têm de andar com o rigor que queremos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– Senador Sibá, esta Presidência informa que o funcionamento das Comissões será normal, informando a V. Ex^a que a pauta do Senado Federal encontra-se obstruída em função de três medidas provisórias. Mas há normalidade nas Comissões e solicitamos aos Srs. Senadores que se façam presentes para que elas possam funcionar normalmente. Quanto às CPIs, entendemos que são regimentais, e o Senado Federal está cumprindo o que determina o Regimento.

Com a palavra, o nobre Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, nobre Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o mês de julho era um mês de recesso. Só podíamos entrar em recesso se tivéssemos votado a LDO, Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Na verdade, o Congresso funcionou, o Senado funcionou, a Câmara funcionou, todos funcionaram durante todo o mês, e não tivemos a votação da LDO; ainda estamos por fazê-la.

Acabou o mês, voltamos à nossa normalidade. Hoje é o primeiro dia desse novo período legislativo, que se inicia de forma muito atribulada e com o clima muito quente neste Congresso. Já tivemos hoje a renúncia de um presidente partidário. Pode ser o primeiro de uma longa lista. Já tivemos hoje também algumas novidades: o Sr. Valério pede a delação premiada ao Ministério Público e a Sr^a Simone não depõe na Polícia Federal de Minas Gerais, mas está depoendo na Polícia Federal em Brasília, e já corre a boca miúda dos repórteres da imprensa que já há uma relação com 52 nomes.

A verdade é que estamos começando um tempo quente, mais um período quente; uma semana complicada. Neste Congresso e neste Senado, já temos a CPI dos Correios, a CPI dos Bingos, da qual V. Ex^a é o Presidente, a CPI Mista da Terra e a CPI da Emigração. Na quarta-feira, começa a CPI do Mensalão. Vamos ter que organizar essas ações, principalmente entre as duas, a do Mensalão e a dos Correios. Por estar nas duas Comissões, tenho visto que na dos Correios tem-se consolidado uma idéia, que seria: nós cuidamos da origem; a do Mensalão cuida do destino. Mas ninguém consultou o pessoal da do Mensalão, até porque ela não se reuniu ainda para debater a sua programação, nem tampouco como será o seu **modus faciendi**, a sua forma de agir.

A verdade é que acho prudente e de bom tom que o Presidente da CPI dos Correios se encontre com o Presidente da CPI do Mensalão, juntamente

com os Relatores. Que eles discutam essas possibilidades para levá-las rapidamente aos dois colegiados, para que encontremos uma solução. O que não pode e não deve ocorrer são duas CPMIs agindo da mesma forma, com duplicidade.

Por outro lado, já vi também alguns Parlamentares exarando o seu entendimento de que a CPMI dos Correios está limitada, pelo próprio nome, à área dos Correios e que, se não houver esse entendimento, poderão até buscá-lo na Justiça.

Creio que seria mais uma briga improdutiva, uma luta interna, que complicaria ainda mais o quadro. Penso que o melhor caminho é o do entendimento. Por isso, acho que a Mesa ou até mesmo os dois Presidentes, da Câmara e do Senado, deveriam promover o entendimento entre essas duas CPMIs, uma vez que ambas são CPIs mistas.

É preciso que se ache uma solução entre as duas instituições, a CPMI do Mensalão e a CPMI dos Correios, para encontrarmos o modo de uma colaborar com a outra, até porque a dos Correios está muito mais adiantada e terá de passar muitas informações para a do Mensalão. Não há necessidade de se começar de novo se já inventaram a roda.

Esse é o meu grande apelo, para que encontremos, sem debates maiores, sem aprofundamento de crise entre as duas CPMIs, sem luta de egos entre os integrantes das duas CPMIs, um modo de convivência, acertando o campo de atuação de cada uma, com a maior rapidez possível.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Com muita satisfação, Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Eu gostaria de dizer, em nome da Oposição, como Líder da Minoria, que a nossa opinião coincide com a de V. Ex^a. Temos de dividir bem esses campos de atuação das duas CPMIs, de forma que elas possam funcionar da melhor maneira possível. Creio que a CPMI do Mensalão pode ter uma atuação bem mais ampla do que a CPMI dos Correios. Como o próprio nome diz, a CPMI dos Correios cuida da corrupção nos Correios e dos seus efeitos. A do Mensalão, não, porque tem dois lados: o da despesa, que se refere aos Deputados que receberam, e já há um bom trabalho nesse campo; e o lado da receita, que diz respeito à origem desse dinheiro, de que local esse dinheiro veio, se veio de algumas estatais. Penso que a CPMI do Mensalão pode dedicar-se exatamente a esse lado, quer dizer, a acusações na Eletronorte, no IRB, em outras estatais e no Ministério da Saúde, como já fizemos anteriormente. Podemos investigar esse lado para ver se descobrimos

de onde veio a receita do mensalão. Mas a Oposição concorda com V. Ex^a, no sentido de que se devem reunir os Presidentes e os Relatores para a divisão dessa questão. Hoje mesmo, falei com o Deputado Relator da CPI dos Correios, cujo entendimento é no mesmo sentido. Deve ser também o dos Presidentes das duas comissões.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Talvez V. Ex^a, ao me apartear, tenha me despertado para mais uma alternativa. V. Ex^a é o Líder da Minoria, eu sou o Líder da Maioria nesta Casa, e nós dois pensamos da mesma forma. Talvez devêssemos procurar os Líderes da Maioria e da Minoria na Câmara dos Deputados para tentarmos, os quatro, promover a reunião desse grupo, se não for feito pelos Presidentes. Seríamos uma segunda alternativa.

A verdade é que temos de ganhar tempo e tentar fazer essa curetagem o mais rápido possível, para ver se cicatriza e se conseguimos realmente avançar em outras direções. Concordo com V. Ex^a em gênero, número e grau e fico feliz em ver essa concordância. Acho que deveríamos procurar as duas outras Lideranças na Câmara, para ver se conseguimos achar um caminho, uma senda que nos leve a uma solução rápida, para não ter mais um debate entre os membros das duas Casas.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Eu estou às ordens para qualquer reunião que V. Ex^a queira promover. Obrigado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Logo que eu termine de falar, desço para estar com V. Ex^a e conversaremos sobre isso.

Então, Sr. Presidente, essa era a minha colocação, de que o nosso tempo será mais curto ainda porque outra CPMI se inicia. E ainda existe uma para a qual indicamos, como Líderes, os membros: a da privatização. Nem sequer falamos em data para implantá-la, porque se tornou quase impossível instalar outra CPI.

Na verdade, haverá, na Casa, cinco CPIs funcionando, o que será realmente um Deus nos acuda. Vamos ver, portanto, se conseguimos encaminhar dessa forma.

Encerrada essa minha preocupação, aproveito a minha estada na tribuna para fazer um apelo, principalmente ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ao Ministério da Ciência e Tecnologia e às empresas que são alocadas, seja de pesquisa, como a Embrapa, ou essas que cuidam do problema do local adequado para o plantio da mamona com resultado.

Na Paraíba, nossa agricultura é muito difícil, sendo quase somente de subsistência, mas lá há o algodão, com o qual o bicho quase acaba, mas que está retornando – e precisamos incentivá-lo; há o agave, que

teve uma queda muito grande, e há agora a esperança grandiosa da cultura da mamona.

Aproveito para pedir ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e ao Ministério da Ciência e Tecnologia que, para aquele canto de Brasil – principalmente Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e parte do Piauí, interessados na mamona –, busquem saber que ações precisam ser implementadas para que isso progrida com mais rapidez.

Por que estou falando isso? Porque estou vendo a dificuldade no treinamento para o plantio e na distribuição de sementes para os agricultores. A data está se aproximando. Numa grande área na Paraíba, de 50 Municípios, 45 terão plantio brevemente, e não estou vendo uma ação coordenada para treinamento dos agricultores, como também não estou vendo uma ação coordenada para a distribuição dessas sementes.

Por isso, nós, que fazemos parte desse canto do Brasil, onde a agricultura é mais difícil – e isso pode ser uma esperança –, devemos buscar a interação desse dois ministérios para encontrar soluções.

Era o que eu tinha a dizer.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a e às Sr^{as} e Srs. Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, disse certa vez o filósofo inglês Francis Bacon, há mais de 400 anos, que a verdade é filha do tempo e não da autoridade. Início, portanto, esse discurso dizendo que a verdade vai aflorar. As manobras existirão, as tentativas de “acordão” sempre serão possíveis. Creio que o Governo tentou fazer um acordo patrocinado por figuras ilustres, por figuras de sua base aliada, quando o próprio Presidente da Câmara sugeriu a possibilidade de que o Deputado Valdemar Costa Neto retirasse a representação contra o Deputado Roberto Jefferson e este, então, não representaria contra o Deputado Valdemar Costa Neto.

Sem sombra de dúvida, esse acordo não prosperou. Não prosperou, Sr. Presidente, em primeiro lugar, porque os partidos de Oposição desta Casa rejeitam, completamente, esse tipo de ação nefasta que, de forma alguma, seria aceita pela opinião pública brasileira.

Aqui estiveram os Líderes do PSDB e do PFL, os Senadores Arthur Virgílio e José Agripino. Nós, que participamos da CPMI, Sr. Presidente, temos recebido permanentemente o apoio incondicional desses Líderes para que a CPMI possa fazer seu trabalho de

investigação, o trabalho de trazer a verdade ao conhecimento da Nação brasileira. O que interessa agora é investigar e saber exatamente onde estão aqueles que não respeitam as instituições públicas brasileiras. Os partidos de oposição não abrirão mão de atender esse reclamo da Nação brasileira.

Sr. Presidente, não faz parte da nossa preocupação blindar “a”, “b” ou “c” do Governo, sequer o Presidente da República. O que penso é que a população deseja a total apuração. Se, efetivamente, qualquer autoridade, qualquer ministro ou deputado, tiver participação em qualquer ato que desabone a sua conduta de homem público, terá que pagar por isso, mesmo que seja o Presidente da República. Essa é a nossa posição. Queremos apurar e sempre nos colocaremos contra qualquer tipo de acordo.

Tudo indica que se tenta, ainda, um acordo na base aliada do Governo para que rolem algumas cabeças e seja preservado o Governo e o Presidente da República. Mas esse acordo também vai fracassar, Sr. Presidente, porque a mídia brasileira, junto com a opinião pública e junto com os partidos de oposição, rejeitam plenamente esse tipo de acordo. A imprensa, a cada dia, traz novas denúncias; proliferam as denúncias, Sr. Presidente. Seguindo o fio de novelo do início, vai sendo revelada toda uma seqüência lógica. Aqui se disse que a CPMI dos Correios era desnecessária, porque se tratava de R\$3 mil e de um funcionário de quinta categoria – isso foi dito aqui pelos parlamentares do PT, mas também foi dito pelo Presidente da República. Aí está a CPMI dos Correios, aí está a CPMI dos Bingos, aí está a CPMI do Mensalão.

O que temos de identificar agora, Sr. Presidente, é a origem e o destino desses recursos. A origem, com certeza, é o favorecimento da máquina pública a vários setores econômicos que tivessem possibilidade de contribuir para a formação do caixa dois, do caixa do mensalão. As evidências estão aí, Sr. Presidente, chegaremos à origem; não temos sequer sessenta dias ainda de CPMI – regimentalmente, temos mais quatro meses ainda, e as cabeças já começam a rolar.

E vamos chegar ao destino também; estamos muito próximos disso. Os documentos da quebra de sigilo bancário já apontam os favorecidos e, com certeza, vão apontar também o porquê do favorecimento. Em discurso, o Deputado Valdemar Costa Neto disse que os recursos eram para pagar débitos de campanha de 2002, que não há um mensalão, ou seja, ele abraçou a mesma desculpa, a mesma versão apresentada pelo Governo, pelo Presidente da República, pelo Sr. Delúbio e pelo Sr. Marcos Valério. Entretanto, essa versão é falsa e, por não ser verdadeira, vai cair.

A verdade vai aparecendo paulatinamente e, se isso traz perturbação à economia, nós lamentamos, mas, se a economia brasileira tiver fundamentos sólidos, vai permanecer. Todos os fundamentos econômicos serão mantidos, independentemente de estar ou não à frente do Banco Central o Sr. Henrique Meirelles, que já deveria ter saído – nós, inclusive, discutimos a independência do Banco Central. Ninguém deseja desestabilizar o Ministro Palocci nem o Presidente Lula, mas se eventualmente se revelar que ações de ambos não se coadunam com os princípios morais e éticos exigidos ao desempenho de seus altíssimos cargos, é claro que serão chamados a dar explicações e serão julgados devidamente pela opinião pública brasileira.

Sr. Presidente, a revista **Época** publicou artigo na semana passada mostrando o porquê do beneficiamento do BMG e do Banco Rural no caso dos empréstimos feitos aos aposentados, os consignados, que podem ser descontados em folha. Constatamos uma seqüência lógica de fatos que beneficiaram efetivamente esses dois bancos e que, por sua vez, justificaram a benemerência que fizeram, sob a forma de recursos, ao PT.

Começa pelo Decreto nº 4.862, de 21 de outubro de 2003, que altera dispositivo do Regulamento da Previdência Social – começa por mudar o Regulamento da Previdência Social –, criando a possibilidade do empréstimo consignado – por enquanto sem o beneficiamento aos dois bancos.

Art. 154.
(...)

VI - Pagamento de empréstimo, financiamento de operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, públicas ou privadas, quando expressamente autorizado pelo beneficiário, até o limite de 30% do valor do benefício.

E diz mais:
§ 6º
(...)

O empréstimo deverá ser concedido pela instituição consignatária responsável pelo pagamento do benefício..."

Ou seja, só as instituições que operavam no sistema previdenciário, recebendo contribuições e pagando benefícios a aposentados, é que poderiam participar desse sistema.

Pois bem, aí vem a Medida Provisória nº 130, Sr. Presidente. Já nessa, o Governo confirma o que estava em seu Decreto, no §4º, dizendo que terá que ser

feita “com instituição consignatária da livre escolha do beneficiário” daquele empréstimo.

Pois bem, Sr. Presidente, estranhamente, em 13 de agosto de 2004, surge um Decreto, o de nº 5.180, com a seguinte ementa: “Altera dispositivo do Regulamento da Previdência aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 99, e dá outras providências”.

No seu art. 1º, ele diz: “O empréstimo poderá ser concedido por qualquer instituição consignatária, independentemente de ser ou não responsável pelo pagamento do benefício” – abre-se a porta para outras instituições.

E a revista constata que, de imediato, um único banco foi credenciado: o BMG, que, treze dias após o dia 13 de agosto, dia 26, assinou convênio e entrou com tudo na questão do benefício dado aos aposentados com empréstimo consignado.

Pois bem; nenhum outro banco se habilitou em seguida; os processos correram lentamente dentro do INSS. Nenhum outro foi habilitado e, quando habilitado foi, já havia o BMG feito um grande trabalho de captação desses empréstimos. E é por isso que o BMG estava pagando ao Governo, sob a forma de empréstimos, esse benefício. Ou seja...

(Interrupção do som.)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – (...) os empréstimos feitos ao PT pelo Sr. Marcos Valério, dentro da versão montada por ele e pelo Sr. Delúbio Soares, já estão pagos. O PT não deve nada, Senador Eduardo Suplicy, porque o benefício foi dado dessa forma, utilizando-se os aposentados do Brasil, permitindo que eles tivessem, dentro do BMG, a possibilidade de fazer um empréstimo consignado, o que se revela um filão de ouro para as instituições financeiras. Paga o aposentado – e muitos já estão com dificuldades para fazer esse tipo de pagamento. Essa era a ligação, Sr. Presidente.

Cessa aí? Não; não cessa aí, porque o sistema financeiro tradicional, que prestava serviço aos aposentados e que também recebe o pagamento das contribuições previdenciárias se sentiu lesado e, sentindo-se lesado, exigiu do Governo uma contrapartida. Essa contrapartida foi dada; e foi dada como, Sr. Presidente? Sob a forma de outra operação, denunciada pela revista **IstoÉ**, chamada o “Proer do PT”. Apesar de vários pareceres contrários, Delúbio Soares intermediou o pagamento de uma dívida de mais de R\$1,3 bilhão do INSS com os bancos. E isso foi feito por meio de legislação que aprovamos aqui em medida provisória, dessas que chegam aqui de uma hora para outra enxertadas e, por isso mesmo, constitucional. Mas chega o Líder do Governo, o Senador Aloizio Merca-

dante, dizendo: “Isso precisa ser aprovado, porque, senão, perderá a validade”.

Refiro-me à Medida Provisória nº 219, Sr. Presidente, que foi transformada na Lei nº 11.051, de 29 de dezembro de 2004, que dispõe sobre crédito na apuração de contribuição social sobre o lucro líquido e sobre a contribuição do PIS/Pasep, cujo art. 31 foi enxertado. Diz o art. 31:

Fica a União autorizada, a exclusivo critério do Ministro de Estado da Fazenda, a assumir, mediante renovação contratual, obrigações de responsabilidade de autarquias federais, desde que registradas pelo Banco Central do Brasil na Dívida Líquida do Setor Público, na data da publicação desta Lei.

Essa lei permitiu ao Ministério da Fazenda pagar uma dívida de autarquia, o que não era possível fazer. Isso foi no dia 29 de dezembro. No dia 30 de dezembro do mesmo ano, foi publicada uma Portaria, a de nº 441, do Ministério da Fazenda, assinada pelo Sr. Bernard Appy, ministro-substitutivo do Ministro, que permite que se faça esse pagamento.

Veja bem, Sr. Presidente, no dia 31 de dezembro – e veja a seqüência: 29, 30 e 31 de dezembro –, o Diretor-Presidente substituto – o titular nunca assina –, Sr. Samir de Castro Hatem, encaminha ao Ministro solicitação de pagamento de R\$1.379.694.000,00. Coisa que, segundo a revista, foi efetivada por meio de títulos públicos federais e, dentro do Governo, acabou ganhando o apelido de “Proer do PT”. Veja como há uma seqüência lógica de beneficiamento do setor público ao setor privado para que aparecesse os empréstimos e as facilidades que levaram este País a estar vivendo hoje esta situação.

Portanto, Sr. Presidente, esse débito que as instituições financeiras tiveram por conta dos serviços previdenciários está liquidado, está pago; todos estão satisfeitos. Quem não está satisfeita, Sr. Presidente, é a Nação brasileira. Quem não está satisfeita é a opinião pública do Brasil, que precisa ainda de muitas respostas: precisa saber quem foram os beneficiários do mensalão, quem foram aqueles que efetivamente depositaram e a origem de todos esses recursos. Sem sombra de dúvida, foi por intermédio de ações coordenadas como essas que foi possível o “mensalão”, mas não tenho dúvida de que este Parlamento brasileiro saberá honrar o seu dever e a sua tradição e levará até as últimas consequências as investigações, com as oitivas, a quebra de sigilo e a acareação necessária.

O Senador Sibá Machado disse aqui que não considera necessária a acareação...

(Interrupção do som.)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Só para encerrar, Sr. Presidente, a acareação é necessária, sim. Muita coisa virá à tona com todo esse trabalho, só precisamos um pouco de tempo.

Muitos poderão renunciar antes. Esse é um direito que cada um tem assegurado na Constituição, e poderá exercê-lo. Mas não podemos abrir mão de levar as investigações até às últimas instâncias. É isso que exige de nós a opinião pública brasileira.

Sei, Sr. Presidente, nobre Senador Eduardo Suplicy, que V. Ex^a raciocina assim; que V. Ex^a deseja a apuração completa e total, e não deseja a blindagem de quem quer que seja. E é isso que deveremos fazer. E vamos fazer, com certeza, para manter a credibilidade desta instituição e, principalmente, da vida política nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. César Borges, o Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente pelos Srs. José Jorge e Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador César Borges, apenas para confirmar que a Constituição brasileira estabelece muito claramente aquilo que os Deputados e Senadores não podem fazer.

Art. 54. Os Deputados e Senadores não poderão:

I – desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

(...)

II – desde a posse:

(...)

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, a;

(...)"

Também, segundo o art. 55:

Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

I – que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

(...)"

Assim, se for confirmado que estão sendo objeto de investigação pela CPMI dos Correios e pela CPMI do Mensalão, nitidamente infringem o decoro

parlamentar, constituindo-se, portanto, obrigação do Congresso Federal realizar aquilo que está previsto no art. 55, nos casos de perda de mandato por infringência do decoro parlamentar.

Essa é minha opinião como um Senador que aqui vive e sabe o que diz a Constituição.

Tem a palavra o Senador Demóstenes Torres por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores:

“Neste mundo é mais rico o que mais rapa; quem mais limpo se faz, tem mais carepa; Com sua língua, ao nobre o vil decepa. O velhaco maior sempre tem capa”.

Gregório de Mattos Guerra (por sugestão do amigo, Senador Arthur Virgílio.)

Os primeiros navegadores da expansão europeia do século XVI imaginavam que encontrariam monstros diabólicos a caminho das Índias, mas foram as calmarias equatoriais o maior suplício. Por conta do fenômeno meteorológico, as embarcações ficavam estacionadas em mar aberto por até 40 dias. Faltavam água e víveres. Disseminava-se o escorbuto. Enquanto os clérigos pregavam, a impaciência dos marujos conduzia aos motins. Era um cenário estático e de caos, nominado pelos ingleses de *doldrums*, cujo significado da palavra é estagnação e desânimo. De repente, percebo que mansuetude qualquer está a indicar que a saída à agonizante calmaria do atual mar de lama é navegar pelas brumas do pântano, onde, às escondidas, todos entrariam contaminados, alguns seriam deixados em degredo, e os salvos se tornariam santos.

Aviso ao Brasil: nesta nau eu não vou embarcar! Este é o meu primeiro mandato e pode ser o último, caso o Senado compartilhe da proposta imoral de se encerrar com a marca do simulacro as investigações da corrupção no Governo do PT. Volto ao Ministério Público de Goiás com muito orgulho caso esta Casa se funda com a escumalha, se imiscua com o rebotalho e seja co-autora do maior ato de abastardização dos costumes políticos brasileiros. Não vou participar de “acordão”, das conversas secretas, dos argumentos da calada da noite, da indecência sussurrada e das tratativas inconfidentes. Goiás me elegeu para defender seus interesses, legislar e investigar. O meu mandato não está a serviço das manobras enganadoras. Esta legislatura já possui na conta das providências duvidosas o desgaste da CPMI do Banestado. Vamos assimilar antipatia incomensuravelmente maior da sociedade caso seja oficializada a opção que o editorial do **O Estado**

de S. Paulo, do último sábado, com muita propriedade, qualificou de “A conspiração dos políticos”.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a estrutura do chamado “acordão” está sendo erguida com o material colhido no lixão a céu aberto do Governo do PT. Vai desmoronar e, aí, sim, criar ambiente de intranqüilidade social patológica. O brasileiro não vai assimilar tal pachola. O Palácio do Planalto lançou a idéia, parte da Oposição gostou da oferta e está em curso um movimento para arrefecer os ânimos investigadores, suprimir informações contagiantes, subtrair peças do quebra-cabeça, fabricar lacunas e encerrar o mais rápido possível o “cepeísmo”, com a oferta de uma dúzia de cabeças cortadas na Câmara dos Deputados e ponto. Em contraprestação, todos os políticos cometeram crimes eleitorais, mas cuja conduta, a partir da hermenêutica do Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, saiu da esfera do dolo para representar o engano continuado. Somas milionárias foram subtraídas do contribuinte nesses dois anos e meio para sustentar as campanhas do PT e da base adquirida, manter o mensalão, conferir mimos como o Land Rover do Sr. Silvinho e fazer o bem de determinadas pessoas. Inopinadamente, de acordo com o Manual Prático da Nova Ética Bastosiana, tais condutas não podem ser consideradas um ato deliberado de locupletação, mas uma atitude impensada, quase tola. Todo o sistema de corrupção engendrado pelo Partido dos Trabalhadores teria a qualidade do erro escusável. Os estipendiários anteriores ao patronato do Delúbio Soares, então, se beneficiariam da anistia ampla, geral e irrestrita e tudo ficaria perfeitamente lindo porque assim tem de ser para o bem do panglossismo brasiliense.

Sr. Presidente, não se pode falar de erro, mas de um complexo sistema delituoso que se enquadra no conceito de sociedade criminosa. Existe uma mística de que o Comando Vermelho, no Rio de Janeiro, e o Primeiro Comando da Capital, em São Paulo, nasceram dos ensinamentos organizacionais dos presos políticos. Muitos dos fundadores do PT, que estiveram reclusos durante o regime militar, demonstraram que houve, na verdade, uma química muito maior entre as partes. O pessoal do Partido compreendeu e se simpatizou pelos postulados do art. 171 do Código Penal apresentados, no cárcere, por vigaristas de todo gênero. No poder, trataram de pôr em prática um rosário de crimes. Contra o sistema financeiro. Eleitoral. De lavagem de dinheiro. De formação de quadrilha. De corrupção ativa e passiva. De concussão e de sonegação fiscal. E crime de responsabilidade, se ficar provado que o Excelentíssimo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sabia e abaixou a cabeça em assentimento ao “mensalão”.

Eu não vou aceitar o indulto privilegiado, a correição parcial ou o perdão formidável em nome da falsa preservação das instituições e da tal governabilidade. Isso no politiquês tem a significação da trapaça. A crise é do Governo Lula e de parte contaminada do Congresso Nacional. A verificação de documentos, o cruzamento de informações, a ligação entre depoimentos e provas materiais é ato rotineiro de qualquer Comissão Parlamentar de Inquérito. Apurar fatos não compromete nada. Nem a bolsa, nem o dólar, nem a inflação, nem os fundamentos da política econômica do Dr. Henrique Meirelles. O Brasil não está em crise e tampouco em semelhante situação está o operário ao lado de quem o Presidente insiste em se fotografar. Devia estar atento ao combate à corrupção, mas prefere o delírio da campanha eleitoral extemporânea. As instituições funcionam e vão continuar funcionando independentemente das investigações. Esta conversa de agenda positiva, de agenda paralela, na verdade, é a agenda da vergonha! É como resumiu com muita inteligência o editorial do Estadão: “A economia segue o seu curso e vai muito bem, obrigado. Se o mesmo não se pode dizer do Governo em geral, a causa é anterior à eclosão do escândalo nos Correios e das denúncias de mensalão. Reside fundamentalmente, como se sabe, na inaptidão de Lula para administrar e liderar”.

Sr's e Srs. Senadores, quem se abasteceu das dádivas valerianas tem de acertar as contas com a sociedade brasileira. É inexorável! As investigações precisam provocar gestos efetivos ou, todos nós, os políticos, vamos ter de guardar na manga do paletó a tarja do descrédito. O Presidente Lula ficou na ameaça quando anunciou cortar a própria carne. Setores da Oposição, da qual eu pertenço, foram inclemtes com a omissão cirúrgica. Agora tem gente ao meu lado acreditando que o melhor é oferecer ao brasileiro um placebo. O argumento de que a CPMI dos Correios precisa ser contida para não perder o foco das investigações é aula de mopia política, ética de presidiário, orientação de advogado criminalista, ou então o autismo do Presidente Lula é o grande guia. Todas as alternativas são pretexto à insensatez. Não vou mencionar ninguém além do meu próprio Partido. Ao PFL recomendo e vou defender a tese de que, se houve ligação com o Sr. Marcos Valério, se desconsidere o perdão prescricional da história proposto nos termos do “acordão”, e se puna quem com ele se promiscuiu. Não se trata de purgar as emoções, mas de apurar e punir crimes.

Sr. Presidente, o titã Prometeu apoderou-se de uma fagulha em sua fonte primitiva e a entregou aos homens como forma de lhes conferir a sabedoria, as artes, o engenho, a ciência, o alfabeto e a esperança infinita no futuro. Como castigo, Júpiter, um déspota

devasso, orgulhoso, de “coração inexorável, com base em iníquas leis”, puniu-o com o acorrentamento no alto de uma rocha escarpada. Depois, aplicou um castigo adicional ao enviar uma águia que todos os dias comia-lhe o fígado, que sistematicamente se regenerava. O Senado, em especial, tem dois caminhos a seguir. Se assentir ao “acordão”, vai honrar Zeus e ser complacente com a infâmia. Por outro lado, pode passar o Brasil a limpo, libertar Prometeu e manter acesa a sabedoria que ele legou aos homens. É o que se espera desta Casa. É o que se espera que se faça nesta Casa. É o que o Brasil espera, Sr. Presidente Eduardo Matarazzo Suplicy.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Demóstenes Torres, neste momento em que presido a sessão, gostaria de dizer o quanto é importante que o Congresso Nacional e nós, Senadores de todos os Partidos, estejamos a cumprir os princípios constitucionais e, de maneira alguma, aceitemos fazer qualquer entendimento que infrinja o espírito e a norma constitucional, como, especialmente, a prevista no art. 55, que dispõe:

Art. 55. “Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

.....
II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar.

Obviamente, alguns procedimentos que estão sendo objeto de apuração – claro que a serem examinados e comprovados, assegurado todo o direito de defesa – resultam em perda de mandato, expressa pela Constituição.

Estamos aqui, eleitos pelo povo, Senador Demóstenes Torres – V. Ex^a, pelo PFL; eu, pelo PT; o Senador Heráclito Fortes, pelo PFL –, para fazer cumprir a Constituição.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Em V. Ex^a, eu acredito, e acredito também em nossa Casa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Tem a palavra o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, sem dúvida nenhuma, somos privilegiados por termos nascido e vivemos em um País chamado Brasil.

Hoje à tarde, ouvi atentamente um pronunciamento feito pela Senadora Ideli Salvatti, em que ela comenta o seu último fim de semana de repouso e descanso em Santa Catarina, quando teve a oportunidade de ouvir, conversar, passear. S. Ex^a trouxe a visão que colheu, segundo seu pronunciamento, de que, no Brasil, está

tudo bem; que o Brasil quer que apure, mas que está tudo bem. Querem que continue o que está bom, mas que, no mais, está tudo bem.

E fico a me perguntar por onde realmente passou a Senadora nesse seu lazer de fim de semana, porque não é isso o que se vê e o que se ouve em nenhum lugar do Brasil. Nem no próprio Partido de V. Ex^a, Senador Suplicy, se diz com unanimidade que está tudo bem.

É muito estranho que o povo de Santa Catarina, que sempre foi vanguardista de insatisfação no Brasil – e todos se lembram da famosa “novembrada”, que foi um movimento marcado pelo inconformismo com a extensão do período ditatorial que se deu na cidade de Florianópolis e que foi um marco para a redemocratização –, especialmente a população de Florianópolis, esteja achando que vai tudo bem. Pode ser que a Senadora tenha mudado os seus costumes, os seus hábitos e as suas rodas de conversa.

Senador Suplicy, tenho certeza de que V. Ex^a, que é do Estado de São Paulo e que tem uma empatia fantástica com o seu eleitor e com o povo, sabe que nem tudo vai bem. É evidente que nem V. Ex^a, nem o Brasil, nem eu queremos o caos, mas queremos ver uma luz no fim desse túnel. Que a Nação está perplexa, estarrecida, desapontada, decepcionada, para não dizer, em alguns casos, revoltada, está. Esse é um fato e uma verdade dos quais ninguém se pode desviar ou tentar encobrir.

Os problemas sociais não foram cumpridos, o Fome Zero é uma ilusão, o salário mínimo dobrado ao fim da gestão já se sabe que não será conquistado, a alimentação três vezes ao dia para todos os brasileiros é algo utópico e assim por diante.

Vivemos dos sonhos e das promessas, como se ainda estivéssemos em um palanque em que tudo pode ser prometido, porque não há caneta, nem o poder conquistado para se pôr em prática tudo aquilo que foi dito e pregado nas ruas. Daí por que eu estranhar que, em Santa Catarina, principalmente em Florianópolis, aquela cidade rebelde, o povo esteja achando que vai tudo bem e que é preciso continuar assim. Não são essas as informações que recebemos. As pesquisas não apontam nessa direção, embora ainda esteja até certo ponto blindada a figura exclusiva do Presidente da República, não só hoje como há três, quatro, seis meses.

Cada um é responsável pelo que diz. Espero que esse passeio realmente tenha revigorado a Senadora e que, amanhã ou o mais breve possível, ela faça uma reflexão, porque tenho certeza de que o povo do seu Estado não estará tão satisfeito e contente em saber que a informação e a imagem do sentimento

popular que traz a esta Casa é diferente do que realmente ocorre.

Ouvi, a seguir, Senador Demóstenes, um pronunciamento muito interessante, feito pelo Senador Mozarildo Cavalcanti. S. Ex^a tratou, Senador Suplicy, da famosa eleição com listas previamente escolhidas. Aquelas listas cujos Partidos passam a ser os senhores dos destinos de todos nós. Tenho muita dúvida sobre a sua eficácia e sobre a sua eficiência. Imaginou o Partido de V. Ex^a se nada disso houvesse acontecido? Se a imprensa, os Parlamentares não houvessem detectado esses fatos, quem iria escolher o destino dos candidatos do PT daqui a dois anos? Delúbio – se não houvesse o caso Waldomiro –, Waldomiro, Silvinho Pereira? V. Ex^a já imaginou isso? Porque eram eles que mandavam no Partido. E outros mais, o Sr. José Dirceu? V. Ex^a já pensou no destino das chapas, se elas tivessem que passar pela mão dessa cúpula partidária? O perigo que não seria?

Não quero nem acrescentar o Genoíno, Senador Suplicy, porque ainda hoje estou convencido de que o ex-Deputado Genoíno foi vítima dessa maquina avassaladora, dessa máquina partidária, na qual, de repente, ele se viu investido na sua Presidência. Talvez ele não seja um agente de todos esses atos que o PT hoje paga e que o País todo condena, talvez não tenha sido um agente voluntário. Tenho a convicção de que o Deputado Genoíno foi mais vítima do que qualquer outra coisa nesse episódio. É um sentimento pessoal que carrego e assumo.

Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, o Piauí aguarda uma visita do Presidente da República nesta semana. Acabo de ser informado de que a visita foi adiada, mas, de qualquer maneira, o Senhor Presidente vai lá na quinta-feira.

Na semana passada, baseado numa mensagem que foi enviada a esta Casa pela Casa Civil da Presidência da República, quando se mostraram que recursos para a estrada no Estado do Piauí foram desviados no seu objeto, fui violentamente agredido pelo Chefe da Casa Civil do Governador do Estado, que disse inclusive que a matéria era mentirosa. Se havia alguma mentira, ela partiu exatamente da Casa Civil. O pronunciamento que fiz foi baseado em documentos, não foi baseado em qualquer outra coisa.

Hoje, recebi um telefonema do assessor parlamentar do Ministério dos Transportes, que, com muita educação, tentou me convencer dos fatos. Eu lhe pedi Sr. Presidente – e estou a esperar –, que ele enviasse a esta Casa para análise cópia dos editais de concorrência dessas obras beneficiadas. O senhor imagina que recursos para a construção de estradas não foram modificados e vão servir apenas para pintura,

para maquiagem: placas, cal, tinta, enfim, vão apenas embelezar as estradas, enquanto os recursos foram destinados à sua construção? Mais uma vez, a obra ficará suspensa.

Assumi o compromisso – e uma dessas emendas trata dessa estrada – com o povo de Pedro II, do Estado do Piauí, de fazer a ligação de Pedro II à cidade de Poranga, no Estado do Ceará. Essa estrada é fundamental para a circulação das nossas riquezas, da nossa economia e, acima de tudo, do nosso turismo. E o recurso, segundo o que enviou para cá a Casa Civil, vai ser modificado e destinado a outros fins.

Não aceito isso de maneira nenhuma. Vou protestar, vou para a Comissão de Orçamento, da qual sou membro, porque creio que esses recursos, enviados por verbas quer sejam de Parlamentares, quer sejam até do prestígio do próprio Governador, são “imexíveis”, não podendo passar por modificações da maneira como se está querendo.

Fiz um alerta, Senador Demóstenes – V. Ex^a é testemunha –, quanto ao uso que o Governo fez dos recursos do acordo firmado com o FMI para obras de infra-estrutura. Estranhamente, dos 2,9 bilhões, 2,1 bilhões foram destinados para operação “tapa-buraco” e está acontecendo o que prevíamos: algumas dessas obras sequer tinham projeto e concorrências atualizadas, e muitas caducaram. O DNIT, apesar das tentativas de arranjos, até agora não resolveu o problema e pouco mais de 10% dos recursos foram liberados.

O Brasil tem um acordo a cumprir com o organismo internacional e está em maus lençóis. Pois eu gostaria que o DNIT, conforme solicitei ao assessor parlamentar que me ligou de maneira muito gentil, informasse-nos quais as empresas beneficiadas com essa obra, a data da sua licitação ou concorrência e os preços.

Nós, que somos participantes da CPMI, Senador Demóstenes Torres – V. Ex^a sabe bem –, temos recebido muitas correspondências chamando-nos a atenção para as práticas do DNIT, que, aliás, quero até ser justo, não começaram agora. Porém, este Governo, que prometeu acabar com tudo de errado que havia e que veio para isso, não lhes podia dar continuidade. As denúncias continuam, vêm se avolumando, e esta é uma boa oportunidade de se mostrar exatamente o porquê do interesse em se modificarem essas obras.

O Governador anuncia que o Presidente vai levar 400 milhões para o Piauí, mas, de maneira efetiva, a Chefe da Casa Civil remaneja e corta 16 milhões que já estavam assegurados.

Senador Eduardo Suplicy, pensei que, com a assunção do PT ao Governo, o Orçamento seria uma coisa sagrada e que os preços das obras seriam mais justos para os Estados e não para quem constrói, mas vemos exatamente o contrário. Há uma concentração excessiva de obras para poucas empresas, na área do DNIT.

Quando, desta tribuna, chamamos a atenção para esses fatos, no dia seguinte começam a achar que estamos contra o Governo, que o PFL, a Oposição não concorda com o que o Governo quer fazer e o atrapalha. Não é isso. Não queremos, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, que esses fatos se repitam. O Orçamento da União precisa ser tratado com mais seriedade.

O Presidente Renan Calheiros, movido pela melhor das intenções, criou um grupo de trabalho para modificar e agilizar a operação orçamentária, que, depois da Constituição, é nossa segunda lei mais importante. No entanto, por maior que tenha sido o esforço feito pelas partes, nada se conseguiu de avanço. Evidentemente, sendo o Governo maioria, se interesse e determinação tivesse, essas modificações para modernizar, agilizar e tornar cada vez mais transparente o Orçamento da União teriam obtido vitórias. Pelo visto, nós vamos trabalhar com o mesmo modelo do Orçamento passado, apesar do esforço do Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros.

Com relação à mensagem enviada pela Ministra Dilma Rousseff, o meu sentimento, Senador Suplicy, é de que, pelo fato de ainda não conhecer os mecanismos do Congresso, S. Ex^a tenha apenas seguido recomendações da burocracia. Contudo, tenho certeza de que, pelo que a conheço por informações inclusive dos seus companheiros de Partido, S. Ex^a terá mais cuidado ao tratar dessa questão orçamentária.

Na última semana do mês de junho, trouxeram para a sessão do Congresso uma infinidade de erratas, remanejando recursos do Orçamento sem nenhuma explicação justificável. Não podemos mais concordar com isso. Essas coisas devem ser feitas de maneira transparente.

O interessante é a facilidade com que...

(Interrupção do som.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – (...) se reconhecem erros, porque, ao se mandar para cá essa peça, que é discutida durante um ano a fio, temos a impressão de que tudo foi bem estudado, mas, logo após a aprovação, começa-se a usar o mecanismo das erratas, o que é difícil de engolirmos.

Esse projeto do FMI, para se ter uma idéia – V. Ex^a que é um homem público cioso do dever –, veio da Casa

Civil e não do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou do Ministério dos Transportes, no dia 23 de dezembro às 13 horas, quando a sessão seria às 15 horas. Fizeram-nos um apelo de caráter emocional, dizendo que não poderíamos prejudicar o Brasil, e nós o votamos, dando um crédito de confiança.

Houve um episódio do qual V. Ex^a participou...

(Interrupção do som.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – (...) no dia da votação do projeto, que modificava a estrutura da Previc. Com ele, criava-se um monstro que tinha tudo de agência reguladora, menos a apreciação do Congresso para a eleição dos seus membros e o seu orçamento, que não podia ser contingenciado. Não sei qual era a intenção de se darem super-poderes e privilégio para apenas esse órgão, ao invés de nivelá-lo aos outros. Como se não bastasse, houve a criação de 600 cargos, nem todos para beneficiar ou proteger funcionalmente o organismo que tentaram criar naquela noite. O projeto foi derrotado.

São coisas dessa natureza, Senador Suplicy, que não podemos aceitar.

(Interrupção do som.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Isso não significa que se esteja querendo o fim do mundo ou a queda do Governo. Queremos que o Governo cumpra o que prometeu em praça pública: governar com transparência e não repetir os erros que achava terem sido cometidos no passado. Daí o porquê da nossa vigilância responsável neste plenário, sem apito e balbúrdia, mas com convicção e na defesa do Estado brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Eu iria falar, mas está tendo início a reunião da CPMI do Mensalão, da qual sou titular.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sras e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 18, DE 2005

(Proveniente da Medida Provisória nº 247, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2005 (proveniente

da Medida Provisória nº 247, de 2005), que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, de Minas e Energia, dos Transportes, da Cultura, do Meio Ambiente e da Defesa, no valor global de quinhentos e oitenta e seis milhões, onze mil e setecentos reais.

Relator revisor:

– 2 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 248, de 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 248, de 2005, que dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005 e dá outras providências.

Relator revisor:

– 3 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 250, de 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 250, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de trinta milhões de reais, para o fim que específica.

Relator revisor:

– 4 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2003

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 599, de 2005 art. 336, II, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2003 (nº 84/1999, na Casa de origem), que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, e dá outras providências. (Dispõe sobre os crimes cometidos na área de informática, e suas penalidades, dispondo que o acesso de terceiros, não autorizados pelos respectivos interessados, a informações privadas mantidas em redes de computadores, dependerá de prévia autorização judicial).

Parecer favorável, sob nº 1.059, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

Pendente de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 5 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 31, DE 2000

(Votação nominal)

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

– 6 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 29, DE 2002

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que inclui § 8º no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 7 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 12, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 8 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 87, DE 2003***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais*. (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

– 9 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 12, DE 2004***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 10 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 59, DE 2004**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira*.

Parecer, sob nº 1.130, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Álvaro Dias, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 11 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005 (nº 6.999/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências*.

Parecer favorável, sob nº 1.024, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 29 minutos.)

(OS Nº 14957/05)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

PFL	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães	RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
		PMDB	Garibaldi Alves Filho
		PFL	José Agripino
			SANTA CATARINA
BLOCO - PT	RIO DE JANEIRO	PFL	Jorge Bornhausen
PL	Roberto Saturnino	BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Marcelo Crivella	PSDB	Leonel Pavan
		P - SOL	Heloísa Helena
PMDB	Sérgio Cabral	PMDB	Renan Calheiros
		PSDB	Teotônio Vilela Filho
			SERGIPE
PMDB	MARANHÃO	PFL	Maria do Carmo Alves
PFL	Antonio Leite	PSDB	Almeida Lima
PFL	Edison Lobão	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Roseana Sarney	PMDB	Gilberto Mestrinho
		PSDB	Arthur Virgílio
		PDT	Jefferson Peres
			PARANÁ
PMDb	PARÁ	PSDB	Alvaro Dias
BLOCO - PT	Luiz Otávio	BLOCO - PT	Flávio Arns
PSDB	Ana Júlia Carepa	PDT	Osmar Dias
			ACRE
PSDB	PERNAMBUCO	BLOCO - PT	Tião Viana
PFL	Flexa Ribeiro	P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PFL	José Jorge	BLOCO - PT	Sibá Machado
PSDB	Marco Maciel	PDT	
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Juvêncio da Fonseca
		BLOCO - PT	Delcídio Amaral
		PMDb	Ramez Tebet
			DISTRITO FEDERAL
		PMDb	Valmir Amaral
		BLOCO - PT	Cristovam Buarque
		PFL	Paulo Octávio
		PSDB	Eduardo Siqueira Campos
		BLOCO - PSB	Nezinho Alencar
		PMDB	Leomar Quintanilha
		PMDB	José Sarney
		BLOCO - PSB	João Capiberibe
		PMDB	Papaléo Paes
		PMDB	TOCANTINS
		BLOCO - PT	Amir Lando
		PMDB	Fátima Cleide
		BLOCO - PT	Valdir Raupp
		PMDB	RONDÔNIA
		PTB	Mozarildo Cavalcanti
		PDT	Augusto Botelho
		PMDB	Wirlande da luz

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros Hermes Pinto Gomes Irani Ribeiro dos Santos Verônica de Carvalho Maia José Augusto Panisset Santana Izaias Faria de Abreu Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3508) (Ramal: 3510) (Ramal: 4854) (Ramal: 3511) (Ramal: 4854) (Ramal: 3514) (Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira Maria Consuelo de Castro Souza Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3520) (Ramal: 3503) (Ramal: 3504) (Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)	
Secretários	CAE CAS CCJ CE CMA CDH CRE CI CDR CRA	Luiz Gonzaga Silva Filho Gisele Ribeiro de Toledo Camargo Gildete Leite de Melo Júlio Ricardo Borges Linhares José Francisco B. de Carvalho Altair Gonçalves Soares Maria Lúcia Ferreira de Mello Celso Antony Parente Ednaldo Magalhães Siqueira Marcello Varella	(Ramal: 4605) (Ramal: 4608) (Ramal: 3972) (Ramal: 4604) (Ramal: 3935) (Ramal: 1856) (Ramal: 4777) (Ramal: 4354) (Ramal: 3517) (Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB

Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113515 Fax: 3113652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3113972 Fax: 3114315
 E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretaria: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113498 Fax: 3113121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)**

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)**

5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
 Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3113935 Fax: 3111060
 E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos

Telefone 3111856 Fax: 3114646

E – Mail: mariadul@senado.br .

**7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3114607 Fax: 3113286
 E – Mail: cantony@senado.gov.br.

**9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mãe Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995
2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001
4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB¹, PL¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					
(atualizada em 09.08.2004)					

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

Atualizado em 16.5.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1^a Designação Geral : 03.12.2001
2^a Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	2º SECRETÁRIO Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	3º SECRETÁRIO Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO Deputado João Caldas (PL-AL)	4º SECRETÁRIO Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Paulo Rocha (PT-PA)	LÍDER DA MAIORIA Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
LÍDER DA MINORIA Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	LÍDER DA MINORIA Senador José Jorge (PFL-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 04.05.2005

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador CRISTOVAM BUARQUE Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PTB/PL/PPS)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.

PDT

	1.
--	----

P-SOL (Resolução nº 2/2000-CN)

	1 GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL/AC)
--	--------------------------------------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PT/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) (cessão)
-------------------------	---

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PP/SP)
---------------------------	----------------------------

PTB

ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
----------------------------	---------------------------------

PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. MIGUEL SOUZA (PL/RO)
-----------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PPS/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcem@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> PAULO ROCHA PT-PA	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 04.05.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”**

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br



EDIÇÃO DE HOJE: 120 PÁGINAS